UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CAIO DE SOUZA

CINEMA NA ESCOLA INDÍGENA DA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.

Benjamin Constant - AM

2019

CAIO DE SOUZA

CINEMA NA ESCOLA INDÍGENA DA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Profº. MSc. Josenildo Santos de Souza

Benjamin Constant- AM

2019

CINEMA NA ESCOLA INDÍGENA DA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **"CINEMA NA ESCOLA INDÍGENA DA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM." v**em como requisito parcial, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.

Data da Defesa: 09-12-2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. Josenildo dos Santos de Souza (Orientador - INC/UFAM)
Instituto de Natureza e Cultura | Universidade Federal do Amazonas
Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidade Nacional da Colômbia

---

Profª. MSc. Maria Francisca Nunes de Souza (Examinadora - INC/UFAM)
Instituto de Natureza e Cultura | Universidade Federal do Amazonas
Mestre em Educação pela UFAM

Profº. MSc. Hebert Santana Garcia Oliveira (Examinador - INC/UFAM)
Instituto de Natureza e Cultura | Universidade Federal do Amazonas
Mestre em Educação pela UFAM

Profº. Dr. Gilse Elisa Rodrigues (Examinadora - INC/UFAM)
Instituto de Natureza e Cultura | Universidade Federal do Amazonas
Doutora em Antropologia

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729c

Souza, Caio de
Cinema na escola indígena da comunidade Bom Caminho do município de Benjamim Constant/AM. / Caio de Souza. 2020
150 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Josenildo Santos de Souza
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Cinema. 2. Educação Indígena. 3. Ensino. 4. Aprendizagem. I. Souza, Josenildo Santos de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Natureza e Cultura
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO ACADÊMICO **CAIO SOUZA** INTITULADO **CINEMA NA ESCOLA INDÍGENA DA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.**

No dia 10 do mês de dezembro de 2019, às 17h00, na antiga sala de reunião do CONDIR do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, foi realizada a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do acadêmico **CAIO SOUZA** intitulado **CINEMA NA ESCOLA INDÍGENA DA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM**. A Banca examinadora foi composta pelo professor *Josenildo Santos de Souza (Presidente),* pela professora *Maria Francisca Nunes de Souza (membro)* e professora Doutora *Gilse Elisa Rodrigues* (membro). O presidente deu início à sessão, convidando os membros da Banca Examinadora e o acadêmico a tomarem seus lugares e em seguida, assumiu a direção do trabalho, informando sobre o procedimento da defesa pública. A palavra foi dada ao acadêmico para apresentar a monografia. Após a apresentação, o presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora para suas apreciações e arguições e em seguida o acadêmico para responder os questionamentos levantamentos. O acadêmico agradeceu as contribuições, respondeu as arguições e acatou as sugestões formuladas. Logo após a Banca Examinadora se reuniu para deliberação e a seguir o presidente divulgou o resultado da avaliação. À defesa pública foi conferida a nota 9,5. Por ter sido aferida a nota 8,75 ao trabalho escrito, a acadêmica obteve como média final no TCC a nota 9,1 sendo ela considerada APROVADO no Trabalho de Conclusão de Curso. E para constar, eu, Josenildo Santos de Souza, professor orientador do TCC, lavrei a presente ata, que após lida será assinada por mim, pelos membros da Banca e pelo acadêmico.

Prof. M. Sc. Josenildo Santos de Souza (Presidente)

Profa. M. Sc. Maria Francisca Nunes de Souza (membro)

Profª Dra. Gilse Elisa Rodrigues (membro)

Caio de Souza
Acadêmico Caio Souza

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Darcy Emílio de Souza, e Francisco de Souza que me puseram no mundo, que me dão amor, carinho, e que sempre se dedicaram a mim quando criança. E as pessoas que estiveram ao meu lado me ajudando nos momentos difíceis.

Agradecimento

Primeiramente agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado, a minha família que com muita humildade e suor me deram apoio nessa caminhada, ao meu orientador Josenildo Santos de Souza, pelo grande apoio e confiança.

EPÍGRAFE

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem.

Ou que seus planos nunca vão dar certo.

Ou que você nunca vai ser alguém.

Renato Russo.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Cinema na escola indígena da comunidade de Bom Caminho no município de Benjamin Constant/AM** apresenta-se como uma produção de caráter pedagógico que objetiva conhecer como se estabelece a relação educador e educando diante das novas tecnologias nos Anos Iniciais e sua contribuição no processo ensino-aprendizagem na educação. A pesquisa foi realizada em uma escola pública no município de Benjamin Constant/AM, utilizando a abordagem qualitativa com observações participante em sala de aula e na escola, junto à análise documental, que possibilitaram adentrar no contexto da pesquisa propiciando entender o contexto e construir conhecimentos. Na pesquisa percebeu-se que há uma boa relação entre professor e aluno dentro do ambiente pesquisado, que proporciona um bem estar e consequentemente um aprendizado significativo. Sendo assim os resultados foram suficientes para compreender na totalidade a importância da relação educadora e educando, pois dentro da realidade investigada permeiam vários fatores positivos e negativos para o desenvolvimento físico, cognitivo, motor e intelectual do sujeito e sua interação social, entre eles a afetividade, motivação do professor e dos alunos, planejamento e dedicação ao trabalho, entre outros. Portanto, faz-se necessário que essa relação humana esteja presente no dia-dia na sala de aula e fora dela, para que se fortaleçam as interações sociais, pois a partir daí o aprendizado tem uma base mais sólida de relação ao uso do cinema como ferramenta indispensável no fazer pedagógico do professor, ou seja, os sujeitos sentir-se-ão mais confiantes e motivados a construir conhecimentos nos contexto escolar e social.

Palavras-chaves: Cinema, Educação Indígena, Ensino-aprendizagem.

RESUMEN

Este documento de conclusión del curso titulado **Cine en la escuela indígena de la comunidad Bom Caminho en el municipio de Benjamin Constant/AM** se presenta como una producción pedagógica que tiene como objetivo saber cómo establecer la relación educador y educar frente a las nuevas tecnologías en los últimos años y su contribución en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Aprendizaje en la educación. La investigación se llevó a cabo en una escuela pública en la ciudad de Benjamín Constant / AM, utilizando el enfoque cualitativo con observaciones de los participantes en el aula y la escuela, junto con el análisis documental, lo que permitió ingresar al contexto de la investigación proporcionando comprensión del contexto y construyendo conocimiento. . En la investigación se notó que existe una buena relación entre el alumno docente dentro del entorno investigado, lo que proporciona un bienestar y, en consecuencia, un aprendizaje significativo. Por lo tanto, los resultados fueron suficientes para comprender completamente la importancia de la relación educador y alumno, porque dentro de la realidad investigada penetran diversos factores positivos y negativos para el desarrollo físico, cognitivo, motor e intelectual del sujeto y su interacción social, incluida la afectividad. , motivación de maestros y estudiantes, planificación y dedicación laboral, entre otros. Por lo tanto, es necesario que esta relación humana esté presente día a día en el aula y más allá, para fortalecer las interacciones sociales. Herramienta indispensable en la práctica pedagógica del profesor, es decir, las asignaturas se sentirán más seguras y motivadas para construir conocimiento en el contexto escolar y social.

Palabras claves: Cine, Educación Indígena, Enseñanza-Aprendizaje.

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 01 – População da Comunidade de Bom Caminho.....34
GRÁFICO 02 – Nacionalidades na Comunidade de Bom Caminho.....35
GRÁFICO 03–População da Comunidade de Bom Caminho – Homens e Mulheres....36
GRÁFICO 04 – Faixa etária da População da Comunidade de Bom Caminho.....37
GRÁFICO 05 - Homens e Mulheres matriculados na E. Municipal Porto Cruzeirinho.91

LISTA DE TABELA

TABELA01 - Estrutura Física da Escola Da Antiga E. M. Porto Cruzeirinho.....91
TABELA 02 - Professores a E. M. Porto Cruzeirinho.....92
TABELA 03 - Administração da Escola.....93
TABELA 04 - Resultado do Questionário.....133

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Vista Panorâmica do Município de Benjamin Constant, e do mapa do Amazonas, com destaque para o município de Benjamin Constant.....29

FIGURA 02 – Crocri da comunidade..... 32

FIGURA 03 – Vista Panorâmica da comunidade de Bom Caminho.....33

FIGURA 04 – Vista aérea do prédio da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho-AMATU.....39

FIGURA 05 – Vista aérea do prédio da Igreja da Santa Cruz.....40

FIGURA 06 – Prédio da antiga escola Porto Cruzeirinho.....89

FIGURA 07–Recursos didáticos da escola.....94

FIGURA 08 – Prédio da Unidade Básica de Saúde Indígena de Bom Caminho UBSI.....96

FIGURA 09 – Construção da nova escola municipal Porto Cruzeirinho.....98

FIGURA 10 – Prédio da nova escola municipal Porto Cruzeirinho.....98

FIGURA 11 – Prática pedagógica do professor.....105

FIGURA 12 – Projeto cinema da escola como ferramenta didática no fazer pedagógico do professor.....109

FIGURA 13 – Palestrante convidada, Francislane Emilio de Souza.....112

FIGURA 14 – Prédio da escola municipal Professor De'erecü.....118

FIGURA 15 - Prédio da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho-AMATU.....120

FIGURA 16 – Projeto Cine Club Itinerante na Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho.....121

FIGURA 17– Prédio da Igreja da Santa Cruz na comunidade de Bom Caminho.....122

FIGURA 18 - Local de exibição de filmes na comunidade de Bom Caminho.....124

FIGURA 19 – Projeto Cine Club Itinerante na Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho.....125

FIGURA 20 – Exibição de filmes na comunidade de Bom Caminho.....132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTE – Associação Brasileira de Tecnologia da Educação

AMATÜ – Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho

CF – Constituição Federal

CNE – Comissão Nacional de Educação

CNEEI – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena

DPEI – Diretrizes Para a Educação Indígena

DSEI – Distritos Sanitários Especiais Indígenas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

INC – Instituto de Natureza e Cultura

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

OGPTB – Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue

OIT – Organização Internacional de Tribos

PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PCNEI – Parâmetro Curricular Nacional de Educação Indígena

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEI – Plano Nacional de Educação Indígena

PPP – Projeto Politico Pedagógico

PROINFO – Programa Nacional de Formação Educacional

RCNEI – Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena

SECAD – Secretaria de Educação Alfabetização e Diversidade

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UBSI – Unidade Básica de Saúde Indígena

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

Sumário

INTRODUÇÃO 17

1. CAPÍTULO I 19

1.1 Abordagem qualitativa da pesquisa 19

1.2 Enfoque epistemológico da pesquisa 20

1.3 Técnicas e instrumentos de coleta de dados 22

1.4 Sistematização e analise dos dados coletados 28

1.5 Descrevendo o campo da pesquisa 29

1.5.1 Município de Benjamin Constant 29

1.6 Comunidade de Bom Caminho 32

1.7 População da comunidade de Bom Caminho 33

1.8 Faixa etária da população de Bom Caminho 36

1.9 Serviços públicos 37

1.10 Outros serviços oferecidos na comunidade: Comércio 38

1.11 Associação 39

1.12 Instituições religiosas 40

2 CAPITULO II– O CINEMA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA 41

2.1 Educação escolar indígena 41

2.2 O direito a educação escolar indígena. 45

2.3 A educação indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) 48

2.4 A educação indígena no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024). 51

2.5 Direito a educação diferenciada segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena - RCNEI. 56

2.6 A educação indígena no Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas..... 62

2.7 A educação indígena no Plano Municipal de Educação em Benjamim Constant. ... 65

2.8 A escola indígena 68

2.9 Cinema e educação na escola indígena 73

2.10 Cinema e educação indígena 77

2.11 Cinema nos anos iniciais do ensino fundamental na escola indígena 79

2.12 Educação escolar indígena e as diretrizes curriculares 83

3 CAPITULO III - ANALISANDO E DISCUTINDO AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO USO DO CINEMA NO CONTEXTO ESCOLAR INDIGENA 89

3.1 A escola Porto Cruzeirinho 89

3.2 Faixa etária escolar 90
3.3 Estrutura física e econômica da escola 91
3.4 Os recursos didáticos pedagógicos midiáticos e a educação escolar indígena 94
3.5 O perfil do gestor da escola e o cinema na escola 99
3.6 A organização do trabalho na escola 102
3.7 A comunidade escolar e local: Forma de participação 103
3.8 As práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas e sua relação com o audiovisual 105
3.9 Roda de Conversa Cinema e Educação na Escola Indígena 112
3.10 Projeto Político Pedagógico da escola e os desafios do cinema na educação 114
3.11 O cinema, a escola e a comunidade indígena de Bom Caminho. 118
3.12 Escola 118
3.13 Associação das mulheres artesãs Ticuna de bom caminho – AMATÜ 120
3.14 A igreja da Santa Cruz 122
3.15 A influência do cinema na aprendizagem das crianças indígenas. 124
3.16 A influência do cinema na aprendizagem das crianças indígenas. 126
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 136
5 REFERÊNCIAS 138
6 APÊNDICE A: 142
7 ANEXOS 149
7.1 Questionário 149
7.3 Termo de Consentimento livre e Esclarecido 150

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem a finalidade de demonstrar que durante o curso de Pedagogia, pode-se resgatar vários conhecimentos para auxílio na profissão, proporcionando aprofundamentos como docente pesquisador-inovador que se preocupa com as práticas pedagógicas dentro da escola indígena. Neste sentido, este trabalho apresenta resultados da carreira acadêmica e profissional. A pesquisa foi realizada na escola Municipal Indígena Porto Cruzeirinho do Município de Benjamin Constant-AM.

Este curso prevaleceu e sempre fará parte da minha profissão, onde através desta procurei compreender a realidade da minha comunidade indígena, hoje a visão que tenho é completamente diferente da anterior, de ver o que acontece ao nosso redor, deixou explícito que para ser um professor-mediador, é necessário inovar a cada dia, minuto, hora, e o dia-a-dia a prática pedagógica deve chamar atenção do aluno fazendo com que o mesmo interaja com o professor e os demais alunos dentro da sala de aula.

O curso veio para ampliar minha experiência de esta sempre ali pesquisando para encontrar várias informações que tenham detenham ou amenizem inquietações pertinentes dentro do contexto educacional, sabe-se que as coisas não funcionam como se espera, pois sempre esta emergindo algo, como o caso da Gestão Administrativa, as leis no País, onde não estão funcionando na prática, pois o curso fez com que eu compreendesse o que realmente acontece de fato na educação e em outros órgãos.

Nesse sentido, a pesquisa tem como o objetivo geral, compreender o papel do cinema na educação escolar indígena. Com os seguintes objetivos específicos: Identificar as práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas; Verificar os recursos didáticos pedagógicos midiáticos para a educação na escola; Compreender a influencia do cinema na aprendizagem de crianças indígenas.

Na pesquisa usou-se a abordagem qualitativa com observação participante em sala de aula e na escola, análise documental e questionários que possibilitaram adentrar no contexto da pesquisa propiciando entender o contexto e construir conhecimentos. A finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, ou seja, analisar o que acontece em uma sala de aula, e as condições do ambiente, da estrutura física da escola. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como principal vantagem do compreender o que os autores definem na questão da pesquisa.

As técnicas utilizadas no campo da pesquisa foram através de conversas informais, entrevistas e análise de documentos que favoreceram muito para meu trabalho enquanto pesquisador. A observação também foi importante, onde pude perceber as condições da sala, como a estrutura da escola de uma forma geral, o comportamento dos alunos e a metodologias utilizadas pelos professores. Além disso, foi bastante semelhante à pesquisa bibliográfica, o documento caracteriza-se pela busca de informações e ao mesmo tempo adquire-se conhecimento.

A monografia está divido em 3 (três) capítulos. O primeiro capítulo trata das descrições detalhadas do campo da pesquisa, as reflexões que serão abordadas buscam apresentar o método e a abordagem da pesquisa, bem como as categorias analíticas de sustentação de estudo.

O segundo capítulo traz em seu corpo teórico conceitos dentro dos Parâmetros legais que falam da importância do cinema na educação escolar indígena, e suas possibilidades como ferramenta didática no fazer pedagógico do professor.

O terceiro capítulo aponta os resultados no campo da pesquisa, onde pude observar analisar e ter a real compreensão dos grandes desafios que todos os servidores da escola travam diariamente. Neste capitulo apresento uma análise dos problemas detectados, evidenciando as conquistas alcançadas a realização entre os fatos verificados e a teoria.

A pesquisa reveste-se de algumas características peculiares para que possa mostrar certa segurança quanto ao tipo de conhecimento gerado. Na pesquisa o mais importante são os dados com que trabalhamos os aspectos teóricos e práticos. Assim, este trabalho teve como principais autores: LUCK (2004). Além disso, utilizamos as legislações: Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena (Resolução n 9394/96), a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996), além de leis sobre a educação escolar indígena: Programa Parâmetro em ação de Educação Escolar indígena, GRUPIONI (2001), Luiz Donisete Benzi.

1. CAPÍTULO I

Neste capítulo é delineada uma descrição detalhada sobre o campo de pesquisa, localização e o contexto escolar, conforme as atualizações nas informações obtidas durante o percurso da coleta de dados. As reflexões que serão abordadas buscam apresentar o método e a abordagem da pesquisa, bem como as categorias analíticas de sustentação de estudo.

Aproveito para informar de forma minuciosa para apresentar ao leitor os caminhos metodológicos trilhados durante toda a trajetória e as dificuldades para alcançar os objetivos e seus resultados dentro das especificidades da realidade da comunidade.

Apresenta também, o percurso metodológico trilhado para a elaboração desta monografia, caracterização dos sujeitos participantes e os procedimentos de análises para o tratamento das informações coletadas nos processos de pesquisa.

1.1 Abordagem qualitativa da pesquisa

A pesquisa se inscreve em uma abordagem qualitativa que permite a produção sistemática do real válido empiricamente para o conhecimento cientifico. A pesquisa qualitativa foi de grande importância ao estudo das relações sociais devido à pluralidade das esferas de vida. Segundo Flick (2009. p. 20):

> A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. A finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, ou seja, analisar o que acontece em uma sala de aula, e as condições do ambiente da estrutura física da escola.

Embora as diversas abordagens da pesquisa qualitativa diferenciem-se em suas suposições teóricas, no modo como compreendem seus objetos e em seus focos metodológicos, e interessa-se pelas rotinas diárias e pela realidade social. Diante disso, as relações sociais que traçam os conhecimentos entre diversas pessoas no faz refletir quanto à possibilidade ou não de uma questão de pesquisa ser estudada empiricamente. Conforme Flick (2009. p. 23):

> As ideias centrais que orientam a pesquisa qualitativa diferem daquelas da pesquisa quantitativa. Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos

> pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos.

De acordo com Flick (2009), de modo diferente a outras pesquisas, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-las como uma variável a interferir no processo. Em sintonia a pesquisa qualitativa como raiz base para obtenção de informações para a tabulação dos resultados, seguindo essa mesma direção com Flick (2009), Pocho (apud LAKATOS2008, p. 55) destaca que:

> A pesquisa qualitativa tende a buscar responder situações específicas, particulares que envolvem questões peculiares do ser humano que não podem ser qualificados. São motivos aspirações, crenças e valores o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

De acordo com a autora citada acima, a pesquisa qualitativa busca responder inquietações dentro das especificidades sociais, as problemáticas são os ponto chave para a utilização da pesquisa qualitativa, por envolver o espaço pesquisado com relações com o sujeito da aprendizagem e os fenômenos que o rodeia. Diante disso Lakatos (2008. p.85):

> A tendência da pesquisa qualitativa é buscar atender e esclarecer muitas especificidades diante dos objetivos pretendidos, com base nas caraterísticas da pesquisa qualitativa de enfoque fenomenológico, podemos notar a configuração e o sentido das características ao enfoque dialético.

Desta forma compreendemos que a escola e a comunidade é o ambiente natural para o recolhimento de dados primários e o pesquisador como instrumento central na coleta de informações, por ser indígena a etnia Ticuna, teria facilitado sua entrada nas comunidades indígenas, uma realidade ampla e complexa.

A partir das leituras foi possível perceber a importância dos métodos e técnicas, para compreender o cinema no contexto escolar indígena e seu impacto na produção coletivo e individual do conhecimento. O cinema enquanto produto e produtor de conhecimento significativo na realidade social do educando. O cinema seria outro conhecimento, para comunicar e/ou promover situação comunicativa, para fazer pensar a educação e a realidade a comunidade.

1.2 Enfoque epistemológico da pesquisa

Dentro da minha monografia o método dialético de abordagem qualitativa auxiliou na identificação dos pressupostos teóricos que sustentaram a argumentação

lógica do trabalho, utilizando a observação em sala de aula e na escola, análise documental, que possibilitaram adentrar no contexto da pesquisa propiciando entender o contexto e construir conhecimentos, que pude elaborar na minha pesquisa.

A concepção do método dialético se traduz na leitura de mundo, que podemos utilizar na interpretação da realidade que se restringe ao plano de pensamento das ideias dentro das comunidades indígenas, com isso pude notar que os fenômenos sociais são compreendidos de forma coletiva, e o objeto é estudado se simplifica através do entendimento e da leitura do olhar e vivenciar diferenciado do pesquisador, e isso podem ser decisivos da formação do conhecimento e de ideias que podem transformar as pessoas rumo ao protagonismo social. De acordo com Maciel (2010, p. 10).

> O Método Dialético, frequentemente referido apenas como **Dialética**, é uma forma de discurso entre duas ou mais pessoas que possuem diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, mas que pretendem estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados e não simplesmente vencer um debate ou persuadir o opositor. Embora o ato em si seja fundamental na formação da filosofia, o termo foi popularizado apenas com o advento dos diálogos.

De acordo com Maciel (2010), o propósito do método dialético é resolver os desacordos através de discussões racionais, e, em última análise, a busca pela verdade. A forma herdada de Sócrates para proceder tal discussão é mostrar que uma dada hipótese leva a contradições, então, forçar a retirada da hipótese como candidato a verdade. Desta forma, teríamos de encontrar outro candidato à verdade, para verificar se este também estaria comprometido com uma contradição, de tal forma que pudesse ser eliminado.

Ainda com as ideias de Maciel (2010), os meios que são encontrados para se alcançar os fatos que tenham interligação a verdade que por todos os meios não pudesse ser refutado, manter-se-ia como tal. Fica mais claro quando colocamos a dialética como uma forma conhecedora na busca do conhecimento mútuo coletivo e sua receptividade tendo como base pessoas que fazem dela um valioso instrumento para frutificar do conhecimento. Contudo, a dialética tem um papel fundamental na estrutura filosófica como destaca Maciel (2010. p. 25):

> No século XX, a receptividade a dialética, especialmente a dialética afastou a filosofia anglo-americana daquela chamada "continental", referindo-se particularmente aos filósofos do continente europeu. No continente a dialética tem papel fundamental na estrutura filosófica, a dialética possui papel claro na filosofia, sendo o mais relevante. Alguns filósofos como Karl Popper dedicaram-se a mostrar que a dialética levava a aceitação da contradição.

De acordo com Maciel (2010), com raízes em diversos países, com autores importantes que abordam a dialética como forma necessária para a obtenção de conhecimento necessário para se tratar de fatos importantes em relação a realidade, podemos destacar que o método dialético estudando os fenômenos, pode explicar consideravelmente o processo educativo, isso significa dizer que tais fenômenos, como da educação escolar indígena tem sua realidade e especificidades próprias, fora do conhecimento de muitos pesquisadores, e isso se atribui na concretude dos objetos de estudo, como por exemplo o cinema na educação escolar indígena.

1.3 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Para a realização do estudo foram selecionados vários instrumentos de coleta de dados que se articulassem com a natureza da pesquisa e pudessem trazer informações sobre o objetivo pesquisado, tais como: revisão bibliográfica, técnicas de observação, questionários, entrevistas, máquina fotográfica.

Conforme, Lück (2008, p. 223):

> Os materiais como os documentos arquivados dentro dos locais de pesquisa são considerados uma fonte poderosa que podem fornecer evidências para fundamentar afirmações e declarações do pesquisador, representam uma fonte natural de informações para a conversão de resultados.

As informações que estão contidas dentro dessa monografia são de extrema importância por conter acontecimentos decorridos de determinado contexto social, e sua especificidade, mas que se relacionam com outros, os quais nos permitem a compreensão da totalidade da comunidade estudada. Para Flick (2009, p. 233):

> Os documentos não são, portanto, apenas simples dados que se pode usar como recurso para a pesquisa, uma vez que comece a utilizá-los para a pesquisa, ao mesmo tempo o pesquisador deve sempre focalizar esses documentos enquanto um tópico de pesquisa, quais são suas características, em que condições específicas foram produzidas.

Seguindo a linha de pensamento de Flick (2009), as fontes documentais proporcionam dados em quantidade e qualidades suficientes para evitar demanda maior de tempo se fossem coletadas diretamente das pessoas, pois a capacidade humana de memorizar não é suficiente para registrar todos os acontecimentos.

Os documentos produzidos pelas instituições escolares são um importante meio de levantar dados para alcançar determinados objetivos. Segundo Flick (2009) os documentos fazem parte do acervo de documentos pessoais e oficiais que se

diferenciam entre público e privado que podem presentar informações simples ou didáticas. No caso das instituições educativas, os documentos representam uma versão especifica da realidade escolar que contextualiza informações relevantes.

Para Flick (2009, p. 236) “analisar um documento é, muitas vezes, um modo de utilizar dados produzidos com finalidades práticas no campo em estudos”, e podem servir como importante instrumento para a compreensão da realidade social no contexto as instituições de ensino.

Um dos instrumentos de coleta de dados utilizados durante a pesquisa foi a observação participação para investigar o contexto educacional indígena, permitindo conhecer a comunidade e a escola, com suas peculiaridades. A observação participante, por permitir na participação real na vida escolar e comunitária do grupo estudado.

Dessa forma, segundo Flick (2009, p. 208) “a observação participante deve ser entendidas sob aspectos como um processo. Em primeiro lugar, o pesquisador deve, cada vez mais, torna-se um participante e obter acesso ao campo e às pessoas”.

Seguindo o pensamento de Flick (2009), o pesquisador deve ser envolver de forma completa dentro do campo da pesquisa para que os resultados esperados com mais qualidade, isso se deve muito a forma de interação com o outro, conhecendo o campo de pesquisa a partir do olhar do protagonista social.

(VIANNA apud FLICK2009. p. 240):

> A observação é uma importante técnica em pesquisa qualitativa em educação. É um dos meios para o pesquisador fazer anotações cuidadosas e detalhadas para elaborar e construir dados primários, cuja qualidade vai depender, em grande parte, das habilidades do observador e sua capacidade de observar e registrar os dados.

A utilização da observação como técnica de coleta de dados é importante meio na conversão de detalhes pode tornar a busca de informações muita mais estruturada e decisiva na sistematização dos resultados.

De acordo com Flick (2009), a observação deve passar por um processo para tornar-se cada vez mais concreta e concentrada nos aspectos essenciais às questões de pesquisa, o mesmo destaca que a observação dever ser registrada, logo utilizamos o diário de campo como instrumento de anotação dos fatos observados, nele registramos a relação orgânica dos educadores com as organizações populares, sindicais e movimentos sociais, do campo.

A observação fez parte diária da dinâmica ritualística da escola, nas atividades da disciplina de Estágio Supervisionado na Gestão Escolar, Educação Infantil e Anos

Iniciais, bem como a pesquisa bibliográfica para buscar nos registros informações quanto ao cinema na educação escolar indígena, especificamente no Projeto Político Pedagógico, Planejamento, Diário de Classe e anotações nos cadernos dos alunos.

> A observação como método de obtenção de dados reporta-se à nossa capacidade de registro do visto e vivido por sujeitos da pesquisa, por nós mesmos e pelas interações ocorridas entre nós (pesquisadores) e os sujeitos da pesquisa (participantes). A observação se orienta por nossa sensibilidade e habilidade de "escutar" e "descrever" o contexto, costumes, práticas, linguagens, diálogos, símbolos, e tudo o que está envolvido com a pesquisa. Em uma observação, qualquer que seja o seu objetivo e suas finalidades, deve se dar à partir da reflexão sobre quatro questões a serem consideradas ao longo do trabalho de observação (VIANNA apud MARTINS, 2013, p. 30)

Segundo Vianna (apud MARTINS, 2013), a importância da observação retrata-se de um conjunto de interações entre os indivíduos no campo da pesquisa, no qual o entrevistador passa a conhecer com mais detalhes a realidade do entrevistado diante dos fatos reais que estão dentro das especificidades do local de pesquisa. A utilização dessa técnica de pesquisa nos faz ter uma vasta compreensão do real entre, pesquisador e pesquisado, e isso traz a tona no diz respeito à familiaridade com o contexto social da pesquisa.

A forma de como colocamos as simbologias das questões da observação, devemos levar em consideração a linguagem, as práticas, os costumes e o diálogo do contexto social a conhecer, contudo, a forma como a técnica de observação nos faz interagir com o meio, é a algo que vai além da sensibilidade, ou até muito anterior do contato verbal.

Conforme os autores que compõem o cartel teórico desta monografia, vale muito apena sobre, a forma de como interagimos com o sujeito no campo de pesquisa, a observação é um conjunto de vários fatores decisivo que podem ter um peso muito importante na tabulação dos resultados. Vianna (2003, p. 30)

> Deixa claro que capacidade de registro do visto e vivido por sujeitos da pesquisa, por nós mesmos e pelas interações ocorridas entre nós (pesquisadores) e os sujeitos da pesquisa (participantes). A observação se orienta por nossa sensibilidade e habilidade de "escutar" e "descrever" o contexto, costumes, práticas, linguagens, diálogos, símbolos, e tudo o que está envolvido com a pesquisa. Em uma observação, qualquer que seja o seu objetivo e suas finalidades.

Portanto, de acordo com Viana (2003), a técnica de observação é de extrema importância por sua eficácia na busca de informações de determinados objetivos, que podem fazer com que a sistematização dos resultados fique simplificada, a compreensão

mais clara, e o impacto realístico mais apurado para o que se pretende com a pesquisa, atendendo a maioria dos objetivos para um entender mais significativo dentro de todos os processos da realidade social e do conjunto de suas atribuições.

Uma das técnicas para a coleta de dados utilizada foi o questionário no qual foi aplicado junto aos alunos do 5° ano dos iniciais do ensino fundamental. Foi um questionário semiestruturado. O questionário favorece a construção do conhecimento em busca para responder aos objetivos da pesquisa. Para Richardson (apud SOUZA 2015, p.96):

> Os questionários permitem perguntas unidimensionais ou perguntas múltiplas: vários itens estreitamente ligados à problemática pesquisada. A aplicação do questionário não deve ultrapassar 1 (uma) hora de duração e deve contemplar diferentes aspectos do problema, evitando-se aplicar diversos questionário.

Segundo os autores citados acima, o questionário permite com que o pesquisador adentre na realidade do contexto na qual o mesmo pretende conhecer, e isso é relevante na construção do conhecimento. Uma das questões a serem analisadas na hora da aplicação do questionário é a composição das amostras da abordagem usual em preparar as perguntas sobre o tema visado, como aponta Laville (1999, p.183):

> Para interrogar os indivíduos que compõem essa amostra, a abordagem mais usual consiste em preparar uma serie de perguntas sobre o tema visado, perguntas escolhidas em função ao da hipótese. Para cada uma dessas perguntas, oferece-se aos interrogados uma opção de respostas, definida a partir dos indicadores, pedindo-lhes que assinalem a que corresponde melhor a sua opinião. Ou então, outra forma possível de questionário: enunciados lhes são propostos, cada um acompanhado de uma escala (frequentemente dita escala de Likert), serie de campos que lhes permite precisar se, por exemplo, estão em total desacordo, em desacordo, sem opinião, de acordo, ou totalmente de acordo com o enunciado considerado.

Um dos fatores decisivos para a aplicação dos questionários é a estrutura na qual estão organizadas as perguntas, isso pode variar dependendo de quem aplica o questionário, os resultados obtidos também vai variar conforme a organização das questões. Isso fica claro quando Laville (1999, p.86) destaca que “para cada uma das perguntas, oferece-se aos interrogados uma opção de resposta”. Diante disso, é de responsabilidade do pesquisador organizar as questões a serem utilizadas dentro do campo de pesquisa.

Para Richardson apud Souza (2015, p. 97):

> [...] é responsabilidade do pesquisador de determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado e respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes do pesquisador.

Segundo os autores acima citados, a natureza dos questionários é para responder determinadas questões dentro da realidade estudada, o questionário em seguida é distribuído de forma que os resultados esperados sejam conforme o planejado, mas respeitando as peculiaridades e especificidades de cada contexto social. Para Gil (apud LAKATOS 2008, p. 12):

> O questionário é um instrumento primordial utilizado em minha pesquisa, em função do levantamento de dados dos sujeitos que compõem a comunidade pesquisada, constituído por um conjunto de questões com o propósito de obter informações sobre o conhecimento, interesses, expectativas e entre outros. Foi elaborado com questões fechadas às quais nos permitem caracterizar a partir de vários elementos que configuram a identidade, localização, formação e participação.

No dia da aplicação do questionário para os alunos do 5° ano dos anos iniciais do ensino fundamental o qual possui 22 (vinte e dois) estudantes, sendo que no dia da coleta apenas 10 (dez) se fizeram presente. O detalhamento das informações contidas no referido instrumento será analisado no decorrer da monografia, especificamente na seção que trata da caracterização da turma pesquisada, articuladas com referencial teórico que orientam as reflexões desta monografia.

A entrevista foi uma técnica muito importante utilizada dentro do campo de pesquisa na coleta de dados, onde me interessam a investigação das situações com relação ao cinema e sua importância na formação de protagonistas sociais da Comunidade Indígena de Bom Caminho, portanto, uma forma de interação social que o compartilhamento do saber se dá através do diálogo entre pessoas, mas especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Para Ludke, Carvalho e Carvalho (apud LAKATOS 2008, p. 53), “a técnica de entrevista se caracteriza pela relação de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. Nesse sentido, o entrevistador deve permitir ao entrevistado o fluxo natural das informações, mas sem induzi-lo a respostas, deixando-o fluir livremente.

Considerando essas informações, dentro dessa investigação, a entrevista em função da possibilidade do pesquisador acrescentar outras questões não previamente definidas, porém necessárias ao processo de investigação, para melhor compreensão do

objeto. Para Triviños (apud LAKATOS2008, p.56) “essa técnica ao mesmo tempo em que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessária”.

Um dos instrumentos para a coleta de dados foi a máquina fotográfica cuja importância foi imensa, e diante do uso desse material o papel das novas tecnologias aplicadas à educação é de nos fazer pensar que educar utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, é um grande desafio que, até o momento, ainda tem sido encarado de forma superficial, apenas com adaptações e mudanças.

Aranha (2003, p. 125):

> A câmera fotográfica na sociedade da informação ou sociedade do conhecimento nos faz entender a leitura das imagens com outro olhar, com mais nitidez, com contrastes exuberantes, e muitos outros termos que são utilizados para designar a sociedade atual com variadas cores e paisagens.

De acordo com Aranha (2003), as tecnologias de congelamento de ambiente como a câmera fotográfica atinge cada vez mais o sistema educacional, a escola, enquanto instituição social é convocada a atender de modo satisfatório as exigências da modernidade, seu papel é propiciar esses conhecimentos e habilidades necessários ao pesquisador para que ele exerça integralmente a sua pesquisa, construindo assim uma relação do homem com a natureza, é o esforço humano em criar instrumentos que superem as dificuldades das barreiras naturais.

Leite (2009, p. 223):

> Câmeras fotográficas são utilizadas para romper as barreiras impostas pelas paredes das sociedades mostrando a realidade, tornando possível ao professor e ao aluno conhecer e lidar com um mundo diferente a partir de culturas e realidades ainda desconhecidas, a partir de trocas de experiências e de trabalhos colaborativos.

De acordo com Leite (2009) o uso da câmera fotográfica na escola indígena em alguns casos torna-se a única fonte de acesso às informações e aos recursos tecnológicos, das crianças de famílias da classe trabalhadora baixa. Vale ressalta que as possibilidades para se fazer o uso do cinema, a primeira é de que o professor deve fazer uso deste para instruir os alunos e a segunda possibilidade é que o professor deve criar condições para que os alunos descrevam seus pensamentos reconstrua-os e materialize-os por meio de novas linguagens, nesse processo o educando é desafiado a transformar as informações em conhecimentos práticos para a vida.

Portanto, o uso câmera fotográfica na minha coleta de dados foi de extrema

importância, pois com o auxílio dela pude registrar momentos marcantes da relação das crianças indígenas de Bom Caminho com o cinema, onde nota-se que precisamos expandir o cinema para as comunidades indígenas como forma de conhecer o outro, e não há melhor para aproximar as pessoas do que o cinema na educação escolar.

1.4 Sistematização e analise dos dados coletados

Os métodos que utilizados para coletar as informações necessárias para a sistematização dos dados podem trazer uma grande oportunidade para conhecer o máximo possível do campo pesquisado, tendo isso em mãos a forma como organizamos os resultados é simplificado, considerando as finalidades e validades do objeto pesquisado a realidade se resume em percursos sucintos, com clareza e sustentação nas concepções teóricas.

> Considerando que o método tem a finalidade de atribuir sentido e validade explicativa ao objeto investigado e não agir como uma camisa de força, enquadrando a realidade a partir dele não pode se resumir a simples técnica ou regras a serem utilizadas no percurso de pesquisa, precisa estar precedido por uma concepção teórica que a sustente. (KASSAN apud LAKATOS, 2008, p.34).

De acordo com Lakatos (2008), os procedimentos facilitam as discussões da sistematização inicial e final dos resultados e identificação das fontes de pesquisa que realmente interessam ao desenvolvimento do tema escolhido, embora este contato seja inicial. O tempo disponível para a realização das inúmeras tarefas mostra que a forma como conhecemos os materiais para a elaboração e sistematização dos dados, e para que os resultados venham de forma benéfica, temos o total apoio de muitos teóricos que mostram o caminho na qual se leva a discussão e análise das informações, essa contribuição é um aprofundamento na essência dos dados coletados e nos conteúdos a serem vistos.

A sistematização dos resultados para Minayo (apud Silva 2019, p. 69), “significa mais que um procedimento técnico. Faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais”. Conforme Silva (2019), a sistematização dos resultados é conjunto técnicas que nos permite ir além do esperando dentro do contexto estudado, e diante disso podemos conhecer todas as trajetórias de um conjunto social, e isso ultrapassa o senso natural do conhecimento.

Portanto, a sistematização dos dados foi com base nas técnicas e instrumentos utilizados na coleta de informações dentro do campo da pesquisa, onde o objetivo é

aprofundar emersamente nas conexões com o meio social, estabelecendo mediações perante os fatos.

1.5 Descrevendo o campo da pesquisa

1.5.1 Município de Benjamin Constant

Figura 01: Vista panorâmica do município de Benjamin Constant e Mapa do Amazonas, com destaque para município de Benjamin Constant.

Fonte: Divulgação/ Ministério Público do Amazonas.

O povoamento do município de Benjamin Constant iniciou-se nas primeiras décadas do Século XVIII. Por volta de 1750, já existia nas proximidades da foz do Javarí, no Solimões, a aldeia do Javarí, onde viviam os índios Ticunas, fundadas pelos jesuítas. Nessa aldeia, seria instalada a Sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de Julho de 1755 do governo português, dirigida ao governador do Grão Pará, Mendonça Furtado.

Este, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a capitania na Aldeia de Mariuá, no rio negro. Em São José do Javari eram sediados então um destacamento militar e um posto fiscal (registro). O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias ao fim a que estava servindo. Tabatinga, lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões numa pequena elevação de terra oferecia excelentes condições para os dois fins, isto é, posto militar e fiscal.

O local foi então em 1766 ocupado pelo Sargento-Mor Domingos (ou Francisco) Franco, que ai fundou no mesmo ano a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga. Construiu então um forte para onde foi transferido o deslocamento militar de

São José do Javari. Tabatinga era, então, como ainda o é, ponto avançado nas fronteiras do Brasil com o Peru.

Em 1780-81 Tabatinga hospedou Dom Francisco Requena e sua pomposa comitiva, que vinha representando a Espanha na demarcação das fronteiras brasileiras com as colônias espanholas. Veio ao encontro de Requena em Tabatinga o Tenente-Coronel Teodósio Constantino Chermont, substituto legal do chefe da Comissão portuguesa – General Pereira Caldas.

Em 1854, já não existia a antiga aldeia de São José do Javari, era apenas uma tapera. Em 1866-74, Tabatinga, hospedou outras comissões de limites. A primeira era chefiada por parte do Brasil pelo Capitão-Tenente da Marinha Imperial José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário e por parte do Peru por Dom Manuel Raunaud y Paz Galdan.

Nessa ocasião foram fixados no dia 28 de Junho de 1866 o marcos de limites entre Brasil e o Peru, nas proximidades de Tabatinga. Quando essa comissão subiu o Javari afim, de verificar suas nascentes, foi morto numa das emboscadas dos índios o Capitão-Tenente José Soares Pinto, geógrafo da comissão.

A segunda comissão a de 1874 era chefiada por parte do Brasil, pelo Capitão de Fragata Antônio Luiz Hoonholtz, depois Barão de Tefé, e por parte do Peru, por Dom Guilherme Black. Quando essa comissão já terminava os seus trabalhos, descendo o Javari, faleceu o irmão do Barão de Tefé, Carlos Von Hoonholtz, que também fazia parte da comissão.

Esperança, que mais tarde seria a sede do Município, foi fundada em 1880 pelo comerciante Antônio José dos Remédios, que ali instalara um estabelecimento comercial. Em 1890, surgiu o Remate de Males, que foi a primeira sede do município.

O nome foi-lhe dado pelo maranhense Alfredo Bastos, que havendo passado por várias vicissitudes em sua vida, um tanto aventureira, ali se estabeleceu, vindo do Peru, naquele ano, onde encontrara alguns moradores. Deram-se bem no lugar, e então "resolveu nele fixar-se, como um remate aos seus males". Colocou na fechada do seu barracão o letreiro "Remate de Males", designação que se estendeu a todo o lugar.

Em 29.01.1898, pela Lei Estadual nº 191, é criado o município de Benjamin Constant por desmembramento do território do município de São Paulo de Olivença. Em 1904, deu-se a restauração do município de Benjamin Constant, pela Lei nº 446. Em 12 de outubro do mesmo ano ocorreu a reinstalação do município de Benjamin Constant e a restauração de termo judiciário. Remate de Males não oferecia as condições necessárias e desejadas para continuar como sede do município. Situadas em local

baixo, na foz do rio Itecoai, inundava-se todos os anos por ocasião das enchentes. As casas eram edificadas sobre esteios.

Atendendo a essa situação, é determinada pela Lei nº 759, de 5 de agosto de 1909, a transferência da sede municipal para o povoado de Santo Antônio. Essa transferência, todavia, não chegou a realizar-se. Em 1920, nos quadros de apuração do recenseamento figura o município de Benjamin Constant com cinco distritos, a saber: o de Sede, e os de Campo Alegre, Calon, Curuçá e Sentinela. Em 04.01.1928, pela Lei Estadual nº 1.375, a sede do município é transferida para o povoado de Esperança, elevado, então, à Categoria de Vila.

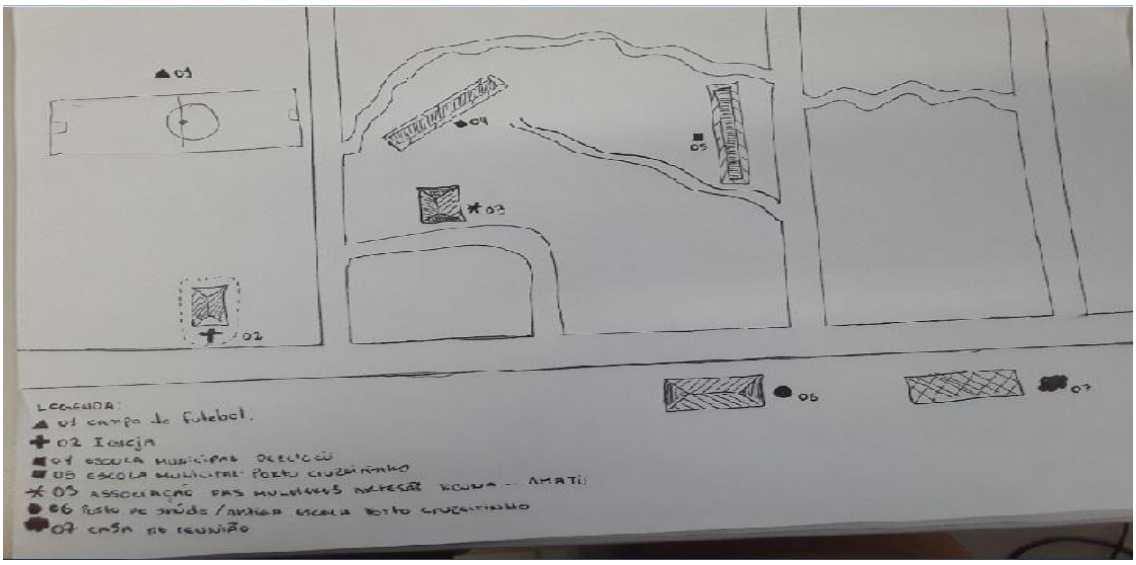
Em 28.02.1930 pelo Ato Estadual nº 45, é suprimido o município, que é restaurado em 14.09.1931 pelo Ato Estadual nº33. Em 1933, na divisão administrativa, aparece o município de Benjamin Constant com um só distrito, e a sede municipal mantém ainda o nome de Esperança. Em 31.12.1934, por força do Ato Estadual nº 4.344, a denominação de Esperança foi mudada para Benjamin Constant.

Em 1938, passa a denominar-se Comarca de Fonte Boa a Comarca do Alto Solimões e no mesmo ano, pelo Decreto Estadual nº 68, Benjamin Constant é elevado à categoria de cidade. Também em 1938, foi determinado pelo Decreto-Lei Estadual nº 97 a indenização dos terrenos desapropriados Esperança, para que nele fosse instalada a sede do município. Ainda em 1938, deu-se a criação do distrito de Remate de Males, por força do Decreto-Lei Estadual nº 176, de 1º de Dezembro.

Em 24.12.1952, pela Lei Estadual nº 226, é criada a comarca de Benjamin Constant. Em 19.12.1955, pela Lei nº 96 perdeu o município de Remate de Males que passou a constituir o novo município de Atalaia do Norte. Em 4.06.1968, pela Lei Federal nº 5.449, o município é enquadrado como “Área de Segurança Nacional”. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, é desmembrado de seu território o distrito de Tabatinga, que passa constituir município autônomo.

1.6 Comunidade de Bom Caminho

Figura 02: Crocri da Comunidade.



Fonte: Otávio Augusto de Souza Ramirez, 10 anos de idade. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

No dia 20 de março de 1978, chegando à margem do igarapé de Santa Rita o senhor Floriano Pinto de Souza juntamente com a sua família construiu um pequeno casebre fazendo assim sua residência fixa.

No entanto passado alguns dias, chegaram mais duas famílias com nome bem conhecido na redondeza, a família do senhor Sales e do senhor Walter. Essas foram às três primeiras famílias que participaram diretamente na história desta comunidade.

Nesta mesma data, dedicando o nome de Santa Rita, porque havia a função de uma nova comunidade com o nome de Porto Cruzeirinho, tendo como fato importante à passagem do irmão Francisco da Cruz, e neste mesmo dia às 11 horas da manhã houve a solenidade do assentamento da Santa Cruz, passando assim ser chamada naquele momento histórico de comunidade Porto Cruzeirinho.

Estavam presentes as seguintes autoridades religiosas, Humberto Aiambo, sacerdote Felisberto, Jose Fernandes da Silva, diretor da comunidade porto cordeirinho, Erundina Perez diretor, de comunidade de Tucana, irmão Memento, patriarca, irmão Firmino capitão da ordem cruzada.

Houve um almoço de confraternização para os que estavam presente, logo após o almoço houve as escolha dos primeiros dirigentes da Santa Cruz, iluminado e apontado pelas autoridades religiosas, o senhor Floriano Pinto de Souza, ficou sendo o primeiro diretor da Santa Cruz da comunidade, Fernando Ferreira de Souza, primeiro presidente, Walter do Santo vice- presidente, Abel Julião Ferreira primeiro secretário e

Maria Gabriel como segunda secretaria, assim estava formada a primeira diretoria da comunidade Porto Cruzeirinho.

Figura 03: Vista Panorâmica da Comunidade de Bom Caminho

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

Após um mês houve uma reunião com o pastor da Cruzada, irmão Jose Francisco da Cruz na sede de Rio Juá, onde estavam presentes todos os diretores da Santa Cruz, onde foram discutir diversos assuntos, um deles foi escolhido os verdadeiros nomes de cada comunidade e Porto Cruzeirinho foi nomeado como comunidade de Bom Caminho, assim o nome Porto Cruzeirinho passou para a escola que funcionava com dezoito (18) alunos.

E com a chegada do diretor, Floriano Pinto de Sousa, houve uma reunião onde o mesmo explicou para o povo que o nome da comunidade não seria Porto Cruzeirinho e sim Bom Caminho.

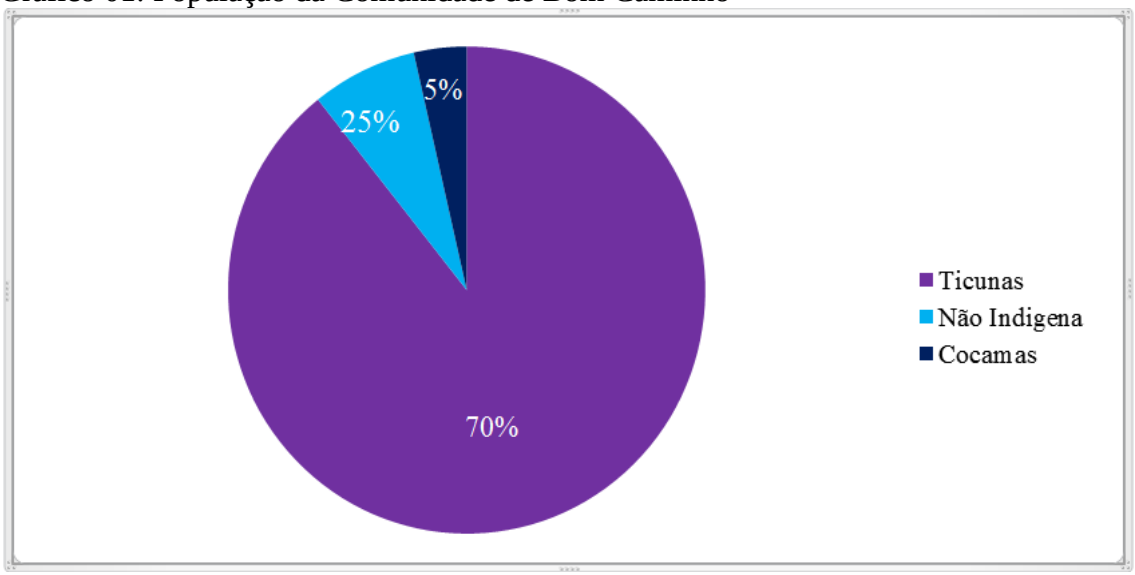
1.7 População da comunidade de Bom Caminho

A população de Bom Caminho é formada por sua grande maioria de Indígenas da etnia Ticuna, que tem o artesanato, como principal fonte de geração de renda da comunidade que conta com o apoio da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATÜ.

A associação foi criada com a finalidade de organizar a produção e comercialização dos artesanatos o qual é o ponto forte da comunidade, visando à valorização e divulgação da cultura Ticuna como patrimônio, como também, a elaboração de projetos para o desenvolvimento da comunidade.

Na comunidade a uma grande variação de etnias dentro da mesma localidade demarcada, onde estatisticamente segundo o levantamento feito pelos Agentes de Saúde da comunidade de Bom Caminho no ano de 2017.

Gráfico 01: População da Comunidade de Bom Caminho



Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

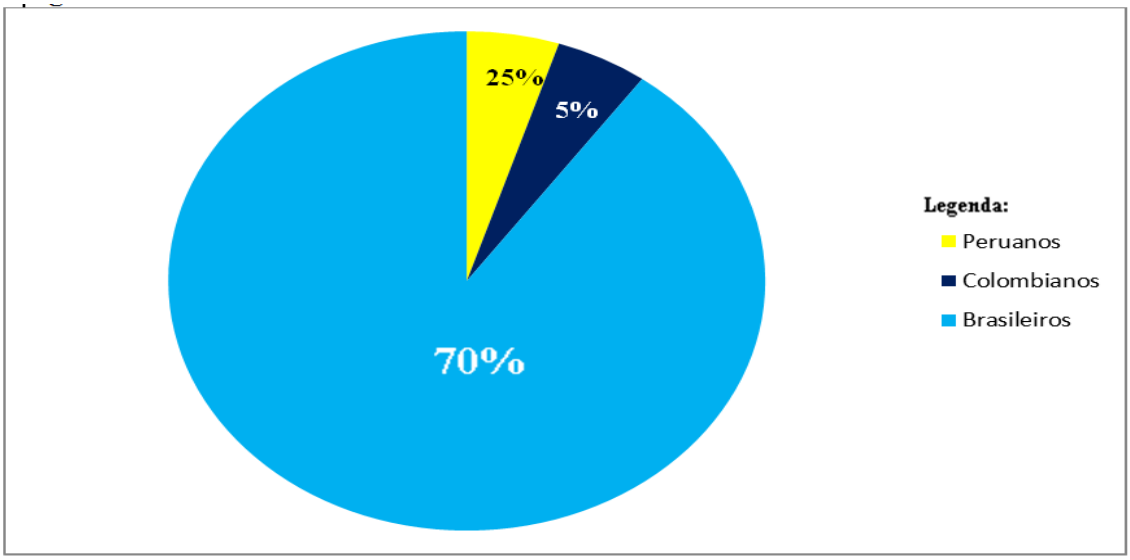
Este gráfico mostra que atualmente a maior população na comunidade é do povo Ticuna, seguida de não indígenas e da etnia Cocama. Houve um grande aumento de pessoas não indígena morando na comunidade de Bom Caminho devido à facilidade de transito de pessoas de outros lugares. Segundo o ex-cacique, isso não acontecia desde o fim de seu mandato em 2008, onde a comunidade mantinha-se preservada de pessoas de outras localidades, estranhas a etnia Ticuna para que os mesmos não levassem e nem aproveitassem dos benefícios da comunidade.

O grande aumento de moradores não indígena e da etnia Cocama na comunidade de Bom Caminho está ligado de forma direta no casamento de entre essas pessoas com moradores da comunidade, sendo que, uma vez que a união seja confirmada, tanto o não indígena como o Cocama, não podem mais sair da comunidade, pois a lei da comunidade deixa claro, que o povo deve manter a integridade, e a confiabilidade entre os moradores.

A busca de documentos também é uma das causas que fazem com que essas pessoas procurem terras indígenas afim de benefícios oferecidos pelo governo, dessa forma podemos destacar que os agentes da FUNAI que fazem os serviços de documentação estão liberando esses documentos com muita facilidade.

Dentre outros acontecimentos dentro da comunidade, temos que levar em consideração o grande aumento de moradores de outras nacionalidades, com isso têm as seguintes informações baseados em levantamentos feitos pelos Agentes de Saúde da Comunidade de Bom Caminho no ano de 2017.

Gráfico 02: Nacionalidades da Comunidade de Bom Caminho



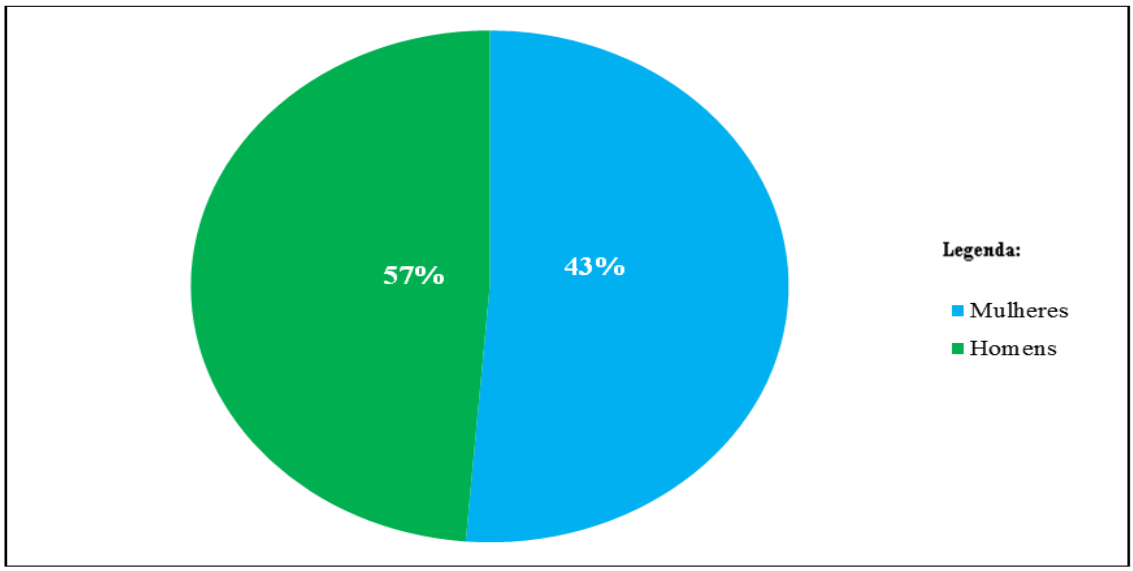
Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

Este gráfico mostra aumentos significativos de pessoas de outras nacionalidades morando na comunidade de Bom Caminho, devido às oportunidades que podem encontrar em terras brasileiras, como: Escolaridades para jovens e adultos, Benefícios Sociais e etc. De 2017 a 2018, a porcentagem foi de 1,5% de pessoas, e de 2018 a 2019 o número aumentou massivamente que totalizou 3,5% já no primeiro semestre.

Contudo, essas variações o número de habitantes da comunidade de Bom Caminho cresceu de forma avassaladora que contando o número de habitantes mostra o significativo aumento, tanto é que, em 2012 a população em habitantes estimava-se em 440 (contando com crianças, jovens e adultos). Já no final de 2018, ao início de 2019, esse número quadriplicou em 25%, onde totaliza no seu modo geral a cerca de 620 pessoas registradas (contando com crianças, jovens e adultos).

Mostrando esses números em gráfico podemos perceber que a grande maioria da população da comunidade é liderada por mulheres.

Gráfico 03: População da Comunidade de Bom Caminho – Homens e Mulheres.



Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

Apesar de reconhecer as dificuldades enfrentadas na comunidade, as mulheres indígenas de Bom Caminho têm um aspecto com profissionalização e inserção no mundo social a sua volta, devemos reconhecer os avanços conquistados e apresentados na expectativa para o futuro. Os números que apontam a mulher como maioria na comunidade representam um marco histórico de lutas no meio social, mostrando a capacidade de representatividade da mulher, não tanto que hoje, na comunidade as mulheres gerenciam a maior parte das atividades, tanto na própria associação de artesãs, como nas instituições de ensino.

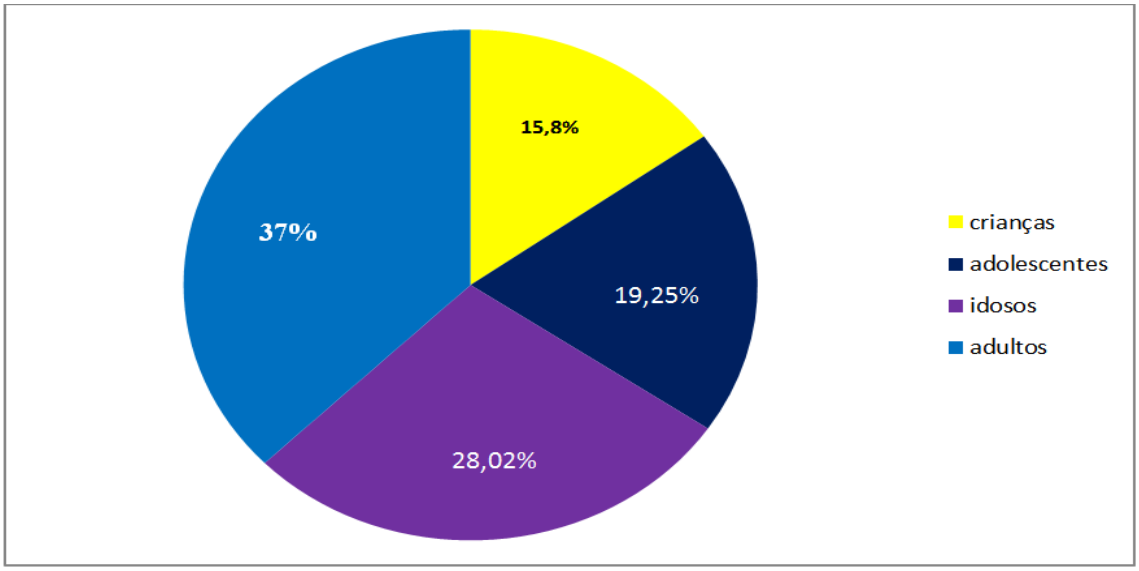
Houve um avanço na vida das mulheres indígenas, ocuparam espaços, estão graduadas e se graduando, deixaram aquele lado de "coitadas" e avançaram junto com os desafios que a vida lhes impõe. Mesmo com seus filhos no colo, se fazem presentes dentro de uma sala de aula ou em uma universidade para ocuparem uma posição em suas aldeias. A minha grande expectativa hoje é ver uma mulher indígena ocupando um espaço Legislativo, e em todas as esferas governamentais.

1.8 Faixa etária da população de Bom Caminho

Dados apontam que a faixa etária dos habitantes da comunidade de Bom Caminho esta na média de 95 anos, como idade limite (isso segundo o Polo Base de Filadélfia), onde cerca de 37%, estão na faixa média de 25 à 45 anos de idade (entre homens e mulheres), 15,8% estão na faixa de 01 à 14 anos de idade (com tendência que esse número cresça com o levantamento da próxima pesquisa), 19,25% estão na média

de idade estimada em 16 à 25 anos (com tendência que esse número cresça com o levantamento da próxima pesquisa), e por fim 28,02% estão na média de idade entre 53 à 87 anos (com tendência que esse número cresça com o levantamento da próxima pesquisa).

Gráfico 04: Faixa etária da População da Comunidade de Bom Caminho – Homens e Mulheres.



Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

1.9 Serviços públicos

Os serviços públicos consistem em serviços que são fornecidos pelo Governo para pessoas que vivem dentro de sua jurisdição, seja diretamente (através do setor público) ou pelo financiamento da prestação d serviços.

A comunidade de Bom Caminho tem os seguintes serviços fornecidos pelo governo, tanto Federal, Estadual e Municipal:

- **Saúde:** Os serviços de saúde voltada para a comunidade de Bom Caminho e outras comunidades fica por conta da SESAI – Secretaria de Saúde Indígena, controlado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, responsabilidade do Governo Federal junto a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, correspondente a terras indígenas criadas pela Lei n° 9.836 de 24 de setembro de 1999, também conhecida como Lei Arouca, devido à atuação do Deputado Sergio Arouca na sua aprovação, inaugurada em 2018, o posto de saúde atende a população de Bom Caminho, Santa Rita e comunidades próximas, situada no centro da comunidade, o posto recebeu o nome de

Unidade Básica de Saúde Indígena de Bom Caminho – UBSI. (PMBC/UBS-Bom Caminho, 2019).

- **Educação:** A educação oferecida na comunidade de Bom Caminho é responsabilidade do município que oferece a Educação Infantil Pré I e Pré II, Anos Iniciais e Anos Finais, as escolas que atendem a população tem os seguintes nomes, Escola Municipal Porto Cruzeirinho e Escola Municipal Professor De'erecü. A escola Municipal Porto Cruzeirinho é responsável por oferecer os Anos Iniciais e Anos Finais, já escola Municipal Professor De'erecü, é responsável da Educação Infantil Pré I e Pré II. (PMBC/UBS-Bom Caminho, 2019).
- **Energia Elétrica:** O fornecimento de energia elétrica fica pela responsabilidade da Amazonas Energia, parceria do município com o Governo estadual, que no caso não está em 100% de seu bom funcionamento em áreas indígenas. (PMBC/UBS-Bom Caminho, 2019).
- **Água:** O sistema de Distribuição de água encanada fica a cargo da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, onde o sistema de tubulação perpassa para as seguintes comunidades da área Indígena de Santo Antônio: Filadélfia (Polo Base); Bom Caminho; Porto Cordeirinho; Santo Antônio. (PMBC/UBS-Bom Caminho, 2019).

1.10 Outros serviços oferecidos na comunidade: Comércio

Na comunidade de Bom Caminho muitos pequenos comércios fazem a economia girar em torno da venda de produtos industrializados, a maioria desses pequenos comércios é dirigida por pessoas que outros países, sendo que grande parte desses comerciantes são peruanos.

Muitas pessoas da comunidade de Bom Caminho aproveitam a localidade desses pequenos comércios para abastecerem suas cozinhas, muito mais ainda quando o tempo de produção na agricultura fica difícil devido às mudanças do clima na região, dificultando assim à colheita, o plantio, a caça, a pesca e entre outros serviços.

Muitos desses comércios aproveitam os produtos da comunidade, fazendo com que a economia prevaleça dentro da própria comunidade, gerando emprego e renda, a maioria dos produtos está ligada de forma direta à agricultura, a caça e a pesca, sendo os produtos de venda mais rápida dentre os comunitários.

1.11 Associação

Figura 04: Visa aérea do prédio da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATU.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

A comunidade de Bom Caminho possui apenas uma associação, a Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATÜ (Imagem 04), desde sua fundação até os dias atuais a associação das mulheres vem gerando muita renda com a produção massiva de artesanatos de materiais naturais.

Conhecida mundialmente a associação vem ganhando credibilidade por sua qualidade de produção, localizada no centro da comunidade, ela é cartão de visita principal para turistas que procuram conhecer a belíssima arte Ticuna, que mostra o prosseguimento na linha da cultura matriz da região dos filhos da floresta.

Construída com apoio do governo federal junto ao governo do estado e da prefeitura de Benjamin Constant, associação passou por algumas reformas tanto na estrutura física como na forma de organização, onde atualmente tem o apoio direto com uma instituição italiana, que de forma direta luta pelo reconhecimento dos valores dos povos indígenas no alto Solimões.

1.12 Instituições religiosas

Figura 05: Vista aérea do prédio da Igreja da Santa Cruz.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

A única instituição religiosa situada na comunidade de Bom Caminho é da missão Católica, Apostólica e Evangélica, ou seja, a Cruzada. Dirigida na Coordenação Geral da missão pelo irmão Francisco da Cruz, com sede em Brasília, e com Izael Luciano de Souza, como diretor atual da igreja de Bom Caminho.

2 CAPITULO II– O CINEMA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Trabalhar com cinema em uma escola indígena visa despertar novos anseios e possibilidades, para fazer os estudantes refletirem sobre sua realidade, possibilidades na construção e no desenvolvimento do conhecimento para o protagonismo social ativo dentro da sociedade na qual o mesmo está inserido, compreendendo as relações com o meio em que vivem, fazendo-os entender como o cinema pode tornar o ambiente educacional, num lugar de significativos resultados em relação à construção do conhecimento.

Diante disso, o Capitulo I, traz em seu corpo teórico conceitos que falam da importância do cinema na educação escolar indígena, e suas possibilidades como ferramenta didática no fazer pedagógico do professor.

2.1 Educação escolar indígena na Amazônia

A Educação é o processo de desenvolvimento do ser humano, assim como através da mesma nos tornamos pessoas críticas e responsáveis de si e pela sociedade onde estamos inseridos, pois a educação faz com que o indivíduo reflita sobre o seu comportamento. Todos sabem que a educação é a mais questionada pelo povo brasileiro, principalmente no âmbito escolar, onde os professores tentam transformá-la de uma maneira mais dinâmica para incentivar o indivíduo para atuar como protagonista dentro da sociedade respeitando as diferenças. Para (PONTES FILHO apud BANIWA 2019, p. 45):

> A educação na Amazônia ficou a cargo dos Jesuítas que durante um longo período de tempo estabeleceram um modelo de educação na qual modularam as características da educação para com a realidade na década que ficou conhecida educação que catequisava os indígenas. Notoriamente os Jesuítas eram padres e religiosos membros da ordem missionária chamada companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola, em 1534.

No Brasil, os primeiros Jesuítas chegaram a partir de 1545, sob a chefia do Padre Manuel da Nóbrega, e se dedicaram, inicialmente, à catequese indígena e à educação dos colonos onde suas intenções eram a dominação total de terras para fins lucrativos em prol do enriquecimento da sociedade colonizadora dominante, e para isso teriam que tomar conhecimento para a administração perante as demais autoridades que financiavam as viagens missionárias. Conforme SEKI (apud SOUZA, 2014, p. 58):

> No decorrer dos 500 anos de colonização, cerca de mil línguas se perderam devido ao desaparecimento físico dos falantes, em decorrência de epidemias, extermínio direto, escravização, redução de territórios, destruição das

> condições de sobrevivência e aculturação forçada, entre outros fatores que sempre acompanharam as frentes de expansão desde o período colonial até nossos dias.

Dentro do processo de colonização e muitos conflitos em relação ao descobrimento e alocação e permanência dos colonos, os portugueses ocuparam terras na qual suas ações tiveram serias consequências nas trajetórias de muitos povos nativos das terras naquele século. Diante disso, muitos autores destacam-se com suas proezas literárias, em relação ao momento de contato e catequização dos povos pelos Jesuítas.

No entanto, podemos destacar que a partir da chegada dos portugueses ao Brasil a existência de povos indígenas, bem como de suas línguas, tornou-se conhecida, mas não completamente, pois a catequização levou junto metades das raízes culturais dos povos ancestrais, conforme isso se aponta que.

> A partir da chegada dos portugueses ao Brasil a existência de povos indígenas, bem como de suas línguas, tornou-se conhecida, mas não completamente. O primeiro contato ocorreu com povos tupis que ocupavam na época toda a costa brasileira e, com exceção do kariri, a língua falada por esses povos foram à única estudada nos primeiros trezentos anos de colonização, pois mais adiante os Jesuítas concretizaram sua educação catequista nas aldeias [...] (SEKI APUD SOUZA, 2014, p.62)

Sendo, que a educação encontra-se em toda parte ou lugares, e vivemos cada dia um pedaço dela, observa-se que cada indivíduo tem uma educação diferente. Segundo o autor Brandão (2007, p.6) “ninguém escapa da educação em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela, o mesmo comenta que cada dia que passa misturamos a vida com a educação”.

Além disso, não há uma única, nem único modelo de educação. Brandão (2001, p.7):

> Nos grupos indígenas a educação inicia pelos conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração pelos mais velhos que as crianças a partir da observação aprendem e já levam esse conhecimento para escola, a convivência com os outros também é importante para sua aprendizagem, por que através dessa interação de pessoas expandem vários conhecimentos, outros fazem lembranças dos contos, como a história do povo Ticuna, e surgimento da nossa comunidade.

De acordo com a fala de Brandão (2001), podemos notar que é uma necessidade guardar a herança ancestral dos povos indígenas, perpetuar seu conhecimento de varias maneiras, sendo através da observação, do contar, do ouvir e etc. De acordo com Brandão (2001), a maioria dos povos indígenas inicia sua a educação através dos saberes tradicionais encontrados dentro da própria comunidade,

onde é transmitida de geração a geração a linha que liga essa significativa interação com o outro, nos diálogos abertos que expandem vários outros conhecimentos.

Destaco a história da origem do povo Ticuna, que até nos dias de hoje a comunidade, em especifico os mais velhos repassam nossa história para a nova geração, que passarão para seus filhos, e para os filhos deles quando todos se forem, assim deixando viva toda história do povo e da comunidade.

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos índios o direito de manter suas identidades diferenciadas, preservando suas línguas, culturas, tradições e modos de ser e de pensar. Assim como outros países reconhecem, onde também é constituído pela presença de grupos étnicos diversificados entre si, que tem direito à manutenção de suas especificidades culturais, históricas e linguísticas.

Como deixa explícita a Constituição Federal de 1998:

> Os povos indígenas têm o direito de ter uma educação diferenciada, e a preservação de sua identidade e outros, é muito importante quando se trata dessas especificidades, mas na realidade muitos indígenas não estão fazendo o que está na Constituição. Com a luta dos povos indígenas uma importante e significativa mudança ocorre na legislação quanto na política governamental em relação aos povos indígenas no Brasil.

A educação escolar indígena foi constituída para que os professores tenham a visão que é de suma importância manter os costumes, e modo de vida na comunidade, bem como a produzir materiais bilíngues para o uso nas escolas indígenas de todo país, adequando-se os calendários e currículos à realidade de cada povo indígena, isso convém muito para os índios, mas nem sempre são trabalhadas dessa forma.

A necessidade de trabalhar os costumes dos povos indígenas na escola é de grande importância para que os próprios alunos tenham em sua memória, sua história de vida, e que não deixe de lado seu costume e principalmente a nossa língua materna, hoje nossas crianças falam mais o português do que a própria língua materna, e isso a maioria das crianças trazem de suas casas, onde o pai e a mãe geralmente falam o português, então as crianças ouvem, e reproduzem o que seus pais, irmãos e outros fazem, mas, existe um, porém, elas falam e compreendem tanto a Língua Portuguesa como a Língua Ticuna, e isso é algo muito surpreendente.

Entretanto, podemos dizer que a escola tem como sua obrigação dar prosseguimento nos saberes que a comunidade possui. Sendo assim, cabe à gestão e aos docentes da escola trabalhar a necessidade do problema detectado nas escolas indígenas,

através de projetos ou diferenciando as metodologias na sala de aula, para alcançar os objetivos de fazer as mudanças. De acordo com Barbosa (2003, p. 290).

> Pensar a formação docente significa torná-la como um processo continuo e entender que ela é também auto formação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências, cotidianamente vivenciada nos contextos escolares. É nesse confronto em um processo coletivo de força de experiência e prática que os professores vão constituindo seus saberes, refletindo sobre a prática, conforme elaboram, efetivam e avaliam a proposta pedagógica de suas escolas em clima de gestão democrática.

Portanto, no âmbito escolar indígena em uma perspectiva democrática emancipatória com tomadas de decisão decisivas temos que levar em consideração que, para resolver os problemas detectados na educação, é importante que a gestão escolar trabalhe em equipe para melhorar as práticas pedagógicas dos professores na sala de aula, a partir da coletividade podemos constituir novas ideias para a prática docente, é importante que no contexto educacional, haja uma gestão democrática, onde todos podem dar sua opinião, pois trabalhando em cima dos problemas é fundamental para alcançar os objetivos.

A construção das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena se deu em diálogos instituídos entre a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (CNEEI/MEC 2010) e o grupo de trabalho Técnico Multidisciplinar criado no âmbito pela Secretária de Educação Alfabetização e Diversidade (SECAD/2011) do MEC. Nesse processo as manifestações apresentadas nos dois seminários sobre Diretrizes para a Educação Escolar Indígena realizado em pelo CNEEI, ocorrido em 2011 e 2012 em Brasília, tem como as contribuições provindas da reunião-técnica ocorrida durante o último seminário em 2012, onde essas contribuições foram decisivas na elaboração de uma educação de qualidade para os povos indígenas.

Nesse sentido, as Diretrizes constituem o resultado de um trabalho coletivo que expressa o compromisso de representantes de diferentes esferas governamentais e não governamentais, com participação marcante de educadores indígenas, envolvidos com a promoção da justiça social e a defesa dos direitos dos povos indígenas na construção de projetos escolares diferenciados, que contribuíram para a afirmação de suas identidades étnicas e sua imersão digna na sociedade brasileira.

A Comissão Nacional de Educação discutiu os direitos indígenas com o Ministério da Educação e do Desporto, em conjunto com outras secretarias relacionadas

à Educação, para que tenham uma escola de qualidade respeitando as especificidades de cada etnia. Além, disso na (CNEEI/2010), estavam também professores indígenas, representantes das diferentes esferas, governantes e outros para tratar a questão da construção das Diretrizes para a educação Indígena, pois, com muitas lutas os povos indígenas buscam seus objetivos para conseguir uma educação escolar indígena diferenciada, que considere cultura e a realidade de cada povo e as diversas etnias do Brasil.

As Diretrizes que compõem a (CNEEI/2010), estão definido os direitos indígenas, pois até então a maioria não teria uma Educação Escolar Indígena de qualidade. Quem sabe os povos a partir da tomada de consciência por meio a educação lutem para que os seus direitos sejam efetivados e não aceitem facilmente o que os professores não-indígenas querem ensinar nas aldeias. A Constituição Federal de 1988, afirma, que os indígenas devem ser respeitados e ter seus direitos de reivindicar a melhoria como no caso da Educação Escolar Indígena, uma educação de qualidade.

2.2 O direito a educação escolar indígena.

A atual Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, estabelece direitos, deveres e procedimentos dos indivíduos e do Estado, dos cidadãos e das instituições. Dividida em nove títulos, a Constituição trata dos princípios, direitos e garantias fundamentais da organização do Estado, dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da defesa do Estado e das Instituições democráticas, da tributação e do orçamento, da ordem econômica, financeira e social. Conforme isso, podemos notar que:

> A constituição reconhece aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", definindo essa ocupação não só em termos de habitação, mas também em relação ao processo produtivo, à preservação do meio ambiente e à reprodução física e cultural dos índios. (PCNEI, 1998, p. 14).

As terras indígenas que ainda possuem suas tradições podem ser consideradas um verdadeiro canteiro de produção de conhecimento, no qual a preservação e a produção da cultura é o foco principal, a Constituição Federal de 1988 reconhece aos "índios" os direitos originários sobre as terras que os povos de traços, cores e formas ocupam.

A produção cultural em terras indígenas é uma constante, a forma de aliança que os mesmos possuem com a natureza, é algo surpreendente, a preservação do meio ambiente é uma estrutura de repetição que passa pelo ciclo de hereditariedade há séculos. Manter e garantir que os povos indígenas produzam sua herança cultural é pintar os céus com luvas trançadas.

Entre as principais propostas PCNEI (1998) aprovadas pelos participantes das conferências que tratam dos direitos dos povos indígenas, está a criação de um sistema próprio de Educação Escolar Indígena articulado ao Sistema Nacional de Educação, a implantação dos territórios etnoeducacionais, a necessidade de ampliação dos novos modelos de gestão garantam e ampliem o protagonismo indígena em todas as instâncias propositivas e deliberativas.

Podemos dizer que nesse sentido, destaca-se a recomendação para que os projetos educativos reconheçam as autonomias pedagógicas das escolas e dos povos ao contemplar os conhecimentos e modos indígenas de ensinar, como por exemplo, o uso das línguas maternas dos povos indígenas, a participação dos sábios indígenas independente da escolaridade, a participação das comunidades valorizando os saberes produzidos por outras sociedades humanas. Por isso:

> Além do reconhecimento do direito dos índios de manterem sua identidade cultural, a Constituição de 1988 garante a eles, no Artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. (PCNEI, 1998, p. 14)

O maior saldo da Constituição de 1988, que rompeu com uma tradição da legislação brasileira, diz respeito ao abandono da postura integracionista que sempre procurou incorporar e assimilar os “Índios” à “comunidade nacional”, vendo-os como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento. Com a aprovação do novo texto constitucional, os indígenas não só deixaram de ser considerada uma espécie em vias de extinção, como passaram a ter assegurado o direito à diferença cultural, isto é, o direito de ser Indígena e de permanecer Indígena.

Hoje, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, reconhece que é constituída pela presença de grupos étnicos diversificados entre si, que tem o direito a manutenção de suas especificidades culturais, históricas e linguísticas.

Podemos perceber também que nos últimos anos, importantes e significativas mudanças ocorreram tanto na legislação e na política governamental em relação aos povos indígenas no Brasil. E umas das maiores conquistas desses valiosos povos, é a valorização de sua Língua materna como identidade da Etnia, principalmente quando

sua aplicação é dentro do âmbito escolar. Assim podemos dizer que segundo o PCNEI, “esse direito ao uso da língua materna e dos processos próprios de aprendizagem ensejou mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. (PCNEI, 1998, p. 14).

Em anos recentes a escola ganhou um novo sentido para os povos indígenas, tornando-se um meio de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. Em nossa região, no Alto Solimões foi criado a Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues especifico à realidade sociocultural e histórica dos povos da própria região, marcados ao principio da interculturalidade e do bilinguismo.

De algo imposto, a educação e a criação de escolas em terras indígenas passaram a ser uma demanda dos próprios povos indígenas, interessados em adquirir conhecimentos sobre o mundo de fora das aldeias e em construir novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira, por assim dizer, e com o mundo que os cerca. O destaca que trazemos da LDB (1996) presente no O Capitulo III – Da Educação, da Cultura e do Esporte. Seção I – Da Educação

> Artigo 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
> 2. O ensino fundamental regular será ministrado e língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
> Seção II – Da Cultura
> Artigo 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Diante das sessões acima citadas podemos dizer que, como condições necessárias para isso devem conhecer as diferenças que há dentro da educação escolar indígena como se pode trabalhar a cultura local, valorizando e utilizando a língua materna local junto ao processo de ensino aprendizagem, mediante a utilização básica comum em respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, garantindo o pleno exercício dos direitos culturais.

Sabe-se, que as crianças indígenas já carregam uma bagagem de conhecimento da cultura e da realidade da comunidade. Entretanto, é na escola que elas vão sistematizar junto com o professor, através de diálogos, ou socializando com outros colegas, então nesse caso é importante que o professor indígena ou não indígena respeite o que as crianças carregam em conhecimento levadas para o ambiente escolar, porque geralmente a maioria dos professores não dá oportunidade para os alunos expor

suas ideias, e outros que não estão nem preocupados com o ensino-aprendizagem das crianças.

2.3 A educação indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996)

A educação Indígena é de fato um complexo sistema de colocações que ainda tende ser compreendida cautelosamente pelos agentes que promovem a educação, sendo que esse complexo universo possui variadas especificidades que podem ser decisivos diante das “anomalias” encontradas dentro do sistema de educação oferecidas por nossos governantes.

A LDB menciona de forma explicita a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Ela aparece na parte do ensino fundamental, no Art. 32, estabelecendo que este seja ministrado em língua portuguesa, mas que será assegurado às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Diante disto podemos destacar que, a educação Indígena vem ganhando seu espaço dentro dessa turbulência social que vem varrendo muitos direitos no nosso país. Nossas Diretrizes promovem a utilização de nossas especificidades dentro do ambiente educacional, temos a LDB que ligada à Constituição Federal de 88, põem em destaque a importância de se promover os direitos sociais dos povos, para que os mesmos não percam sua identidade e valor.

Contudo, a seguir, reproduzimos os dispositivos presentes na LDB que tratam especificamente da educação indígena, vejamos:

> Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, completa-se a legislação educacional emanada da Constituição de 1988. Em seu Título VIII - "Das Disposições Gerais", Artigos 78 e 79, a LDB trata especificamente da educação escolar indígena. (RCNEI, 1998, p. 30)

As Diretrizes e Bases da Educação amparam os direitos do cidadão, de modo geral ajudam a promover o desenvolvimento dentro das instituições como no caso, a população indígena. De acordo com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, dentro do Titulo VIII, podemos encontrar artigos que se se tratam das disposições gerais, voltadas para a educação indígena, isso mostra que nós indígenas temos o direito de uma educação conforme nossa necessidade, promovendo nossa cultura como forma de identidade.

Promover a cultua de um povo é expressar o movimento vivo que brota nos olhos de quem faz a cultura, é transparecer a alegria de um povo de fibra aguerrida, nós indígenas obtivemos o reconhecimento que monta em marco legal nossa trajetória no país, as políticas sociais, decorrentes dos novos termos constitucionais, como as ações pela igualdade em direito a uma educação de qualidade, que apontaram para o surgimento de um novo país.

Para que se consigam resultados dentro do âmbito educacional para a educação indígena, é necessário contar com muita assistência do eixo governamental, para que garantam acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

No que tange a universalização da oferta de uma educação escolar indígena de qualidade para os povos indígenas, que venha ao encontro as necessidades das populações indígenas que garanta a sua inclusão no universo dos programas governamentais que buscam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, encontramos no Art. 78 do RCNEI, 1998.

> Determina que, cabe ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de: "1o) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; 2o) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

De acordo com o RCNEI de 1998, cabe ao Sistema de Ensino da União, junto às agências federais de fomento à cultura e de assistência aos indígenas, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa para fortalecer a cultura dos grupos étnicos. O que nos compete a fazer dentro da nossa realidade pela via da educação indígena, é buscar a afirmação da cultura, das tradições, dos saberes e fazeres e sua relação com as diferenças culturais das diversas étnicas.

A necessidade de trabalhar as tradições dos povos indígenas na escola, neste caso á Ticuna, é de grande importância para que os alunos indígenas tenham em sua memória, sua história de vida, e que não deixe de lado seu costume principalmente linguagem, hoje as crianças falam mais o português do que a própria língua materna. Nesse aspecto, a família, o pai e a mãe geralmente falam o português, e termina que as crianças absorvem o que ouvem e imitam. Nesse processo a escola indígena exerce um papel muito importante em preservar e manter as tradições.

É necessário que as ações concretas para o fortalecimento da Educação Indígena sejam realizadas nos diferentes sistemas de ensino do país de maneira articulada, em todos os níveis de ensino, principalmente nas universidades, onde a abordagem sobre a cultura e identidade dos grupos étnicos é refletida com mais ênfase, como forma de contribuir para a manutenção e sobrevivência das culturas indígenas, e, assim, promover o desenvolvimento autossustentável e de progresso permanente, sem a perda da identidade étnica e da cidadania brasileira em sua plenitude, conforme previsto no RCNEI (1998).

> Está definido que os programas terão como objetivos: "1o, fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; 2o, manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; 3o, desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; e 4o, elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (RCNEI, 1998, p. 31)

As responsabilidades e as especificidades da educação escolar indígena estão explicitadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destacando e enfatizando a diferenciação da escola indígena em relação às demais escolas dos sistemas pelo bilinguismo e pela interculturalidade.

A LDB (1996) abre possibilidade para que a escola indígena, na definição de seu projeto pedagógico, estabeleça não só a sua forma de funcionamento, mas os objetivos e os meios para atingi-los. Com relação à elaboração do currículo, a LDB enfatiza, no Artigo 26, a importância da consideração das "características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" de cada escola, para que sejam alcançados os objetivos do ensino fundamental, neste caso, a escola indígena da etnia Ticuna.

No caso das escolas indígenas, para que seja garantida uma educação diferenciada, não basta que os conteúdos sejam ensinados por meio do uso das línguas maternas: é necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do saber indígena. È necessário e imprescindível a elaboração dos currículos entendidos como processo sempre em construção, envolvendo a escola e a comunidade indígena a que serve, e sob a orientação desta última.

Em relação ao calendário escolar, a LDB estabelece que o mesmo deve adequar-se às peculiaridades locais, da enchente e vazante, inclusive as condições climáticas do regime da chuva, verão, ao período do cultivo de plantação e colheita, e as

econômicas. A escola pode organizar-se de acordo com as conveniências culturais, independentemente do ano civil.

Quanto a organização escolar, a LDB, em seu Artigo 23, prevê quanto a diversidade na organização escolar, que poderá ser de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados por idade e outros, critérios. A flexibilidade para as escolas indígenas traz possibilidades para inovações de concepções e práticas pedagógicas próprias dos universos socioculturais onde elas se situam sempre no interesse do processo e ensino e aprendizagem.

2.4 A educação indígena no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024).

A educação indígena de fato, é uma das maiores conquistas alcançadas pelas etnias no Brasil, com a redemocratização dos pais, para o desenvolvimento das aldeias, no amplo e complexo o ensino diferenciado. Na perspectiva educacional que respeite a diversidade cultural e promova o enriquecimento permanente do universo de conhecimentos das populações tradicionais, o PNE de 2014, define diretrizes, metas e estratégias voltadas para a educação escolar indígena, que se articula, ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Nesse sentido, a necessidade de adoção de estratégias educacionais que permitam às crianças indígenas, usufruírem da natureza, observando e sentindo a real delicadeza que sua cultural matriz correr em suas veias, brincando, cantando em linhas transadas, o diversificar do povo de pele pintada.

Dentro do ambiente escolar indígena as atividades que se tornam especialmente relevantes se considerarmos que as crianças indígenas ficam em espaços internos às construções na maior parte do tempo em que se encontram nas instituições de Educação.

Literalmente, diante dessa forma originária do processo de educação nas escolas indígenas, posso destacar que, o tempo em que se as crianças se encontram dentro da sala de aula, é o suficiente para que se tenha uma boa metodologia voltada o contexto real dos sujeitos da aprendizagem, a prática a da língua materna, é de extrema importância, podemos nos identificar diante do mundo, usando nossa “língua mãe”, ou língua materna, onde nossas instituições de ensino devem utilizar dentro dos processos próprios de aprendizagem. O RCNEI (1998) assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Dentro dessa forma, na educação indígena, podemos destacar que a pluralidade intercultural existente nas escolas ainda precisa ser incorporada no dia-a-dia da escola e da sala de aula nos processos de ensino-aprendizagem para uma educação diferenciada.

> O PNE de 2014 destacam-se aspectos pontuais à educação escolar indígena na educação básica. A meta do PNE/2014 de universalização da pré-escola (4 e 5 anos) e ampliação da oferta em creches da educação infantil traz como estratégia: fomentar o atendimento da educação infantil nas respectivas comunidades indígenas, levando em consideração a distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades, garantido consulta prévia e informada. (BRASIL/PNE, 2014, Meta 1, Estratégia 1.10)

Dentro desses aspectos destacados acima devem ser considerados no processo de discussão e elaboração de diretrizes pedagógicas dos sistemas de ensino e das propostas pedagógicas das instituições de educação indígena. Vale ressaltar a relevância da participação dos professores, dos demais profissionais da instituição e da comunidade nesse processo, não só para que os aspectos citados sejam efetivamente considerados no desenvolvimento da proposta como também para cumprir a legislação. Diante disso podemos destacar (BRASIL/RCNEI, 1998, P.47) mostra que:

> A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exigem das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

Além disso, para que a sobrevivência das particularidades esteja garantida e seu crescimento e desenvolvimento sejam favorecidos, para que o cuidar/educar sejam efetivados dentro do ambiente escolar indígena, são necessárias que sejam oferecidas às crianças condições de usufruírem plenamente suas possibilidades de aprendizagem de apropriação e de produção de significados no mundo da natureza e da cultura.

> A Meta 1 do PNE trata do acesso das crianças de até 5 anos de idade, dividindo-se em dois grandes objetivos, que são a universalização da pré-escola e a ampliação do acesso à creche. O cenário geral constatado foi de ampliação do acesso à educação nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, mas de manutenção de muitos desafios para o alcance das metas, tanto no que se refere ao indicador para o Brasil quanto para estratos populacionais específicos. (BRASIL/PNE, 2014, Meta 1, Estratégia 1.2).

As crianças indígenas precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas de apropriação e de produção de significados no mundo da natureza e da cultura para que assim sejam respeitadas suas particularidades. Muitos direitos foram

alcançados com o passar de gestores que regeram nosso país, mas pelo ponto de vista, sócio cultural voltado para os povos indígenas, ainda existem muitas barreiras que superar.

Dentro das dificuldades que encontramos dentro das comunidades indígenas, é acessibilidade dos nossos alunos às escolas, e a conclusão do ensino fundamental, pois a permanência dos alunos é muito difícil, e isso é uma das metas e estratégias que tem o PNE 2014-2014:

> A Meta 2 do PNE trata do direito de acesso à educação da população de 6 a 14 anos, dividindo-se em dois objetivos: a universalização do acesso ao EF e a conclusão dessa etapa na idade recomendada. Foi possível constatar alguns avanços ao longo do período analisado, embora ainda restem muitos desafios a serem enfrentados, em particular a melhoria do indicador de conclusão dessa etapa na idade recomendada. (BRASIL/PNE, 2014, Meta2, Estratégia 1.1).

Diante da meta 2 do PNE, temos vários pontos positivos que foram alcançados pelos povos indígenas, temos um grande aumento nas formações de professores indígenas, escolas que atendem o calendário local conforme as necessidades da comunidade e da escola, respeitando todas as datas comemorativas, valorização da cultura dos povos indígenas dentro do âmbito escolar, para que as novas gerações deem continuidade nas tradições, democracia nas escolas de soluções para amenizar problemas encontrados no ambiente escolar, para o desenvolvimento do protagonismo social do educando na sociedade local.

Nos últimos anos, o discurso sobre a qualidade da educação nas escolas indígenas ocupou um espaço significativo no debate educacional e direcionaram políticas implantadas no quadro das reformas educacionais nos diversos países, com relação a isso vários parâmetros foram criadas para uma educação de qualidade para os povos do nosso Brasil. Sucedendo a um período de significativa expansão de alunos indígenas, com a crescente presença dos mesmos de classes populares nas escolas, houve um deslocamento das preocupações com a democratização do acesso para a ênfase nas questões de permanência e acesso à escola.

Nesse contexto, em que se estimula a pluralidade, surgem novas formas de organização do trabalho e da sociedade, levando à ressignificação de noções fundamentais como os próprios conceitos de educação, ensino e aprendizagem. Assim, a educação indígena passa a significar o processo de formação do sujeito, ao longo de toda a vida, buscando a autor realização, a compreensão do mundo, principalmente, a

participação como cidadão dentro da comunidade, para a transformação do meio social em que vive.

Para que se tenha uma atuação social bastante significativa dentro do ambiente escolar ou na própria comunidade, deve-se muito aos promovem o desenvolvimento dessas pessoas, elas deem conhecer a realidade local como um todo, para assim planejar da melhor forma possível os caminhos que o educando irá percorrer esses agentes precisam de fato ter uma carga de experiência principalmente por parte dos educadores e professores, sendo que a formação acadêmica é a principal delas, por isso podemos destacar que, segundo o RCNE I(1998, p. 20) mostra que:

> Formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programa especifica para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas.

Nas escolas indígenas essas conquistas são resultados de lutas travadas dentro e fora das quatro paredes que regem todo um país, o grande avanço na formação de professores indígenas fez com que pudéssemos sonhar com o perpetuar da nossa cultura, usar a cultura local é de grande valor para escola e para a comunidade, pois assim trabalham o calendário escolar que foi minuciosamente planejada e atende as datas comemorativas conforme a realidade da comunidade e da escola.

> Por sua vez, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) define diretrizes, metas e estratégias e nestas incluem a educação escolar indígena. O PNE de 2014 acolhe às recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com alterações posteriores4, incluindo as Emendas Constitucionais – EC, em especial a EC nº 59, de 11 de novembro de 2009, que modifica o caráter plurianual do PNE para decenal e amplia diversos princípios para à elaboração do plano. (BRASIL/PNE, 2014-2024, p. 85).

A organização democrática das escolas indígenas demostra que os povos estão em direção ao desenvolvimento em busca de seu espaço dentro da sociedade, há um ponto forte de concordância inicial, trata-se de construir várias possibilidades contundentes na educação indígena, em prol de alcançar Todos e Todas. A democratização nos últimos anos vem disponibilizando oportunidades para o beneficio da comunidade indígena. Vejamos o PNE/2014-2024 para educação escolar indígena:

> Para a educação escolar indígena, o PNE/2014 fixa a universalização da educação básica à população de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, na recomendação de que deva ser estruturada, "[...] ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais [...]", assim como "[...] formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas indígenas" (BRASIL/PNE, 2014, Meta 04, Estratégia 4.3).

A educação indígena se vê muito bem amparada diante das metas traçadas pelo Plano Nacional de Educação de forma efetiva, onde a Constituição Federal de 1988, é o ponto principal para que os direitos sejam alcançados, pois as possibilidades de qualidade que desejamos é muito maior grande, muitas conquistas desejadas foram conquistadas dentro da nossa sociedade contemporânea, e uma das maiores conquistas é formação continuada dos nossos professores indígenas, para o atendimento das nossas populações indígenas, que tanto querem que suas especificidades sejam atendidas.

> Propõe atender às escolas de comunidades indígenas, com a oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais. Na meta 07, o Plano de 2014 reforça o fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e da aprendizagem, tendo por estratégia garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena. (BRASILPNE/2014 Meta 06, Estratégia 6.7)

Os objetivos do Plano Nacional de Educação são muito claro quanto ao respeito à educação escolar indígena, onde as peculiaridades locais devem ser atendidas, a educação básica respeitada, nossos valores preservados, tudo isso é muito importante para nós, crescemos com elas, e com elas nos tornamos pessoas que veem o mundo com outro olhar, com mais atenção com os detalhes da vida.

> A meta de qualidade da educação básica, o PNE/2014 inclui como estratégia (7.26) para a escola indígena a articulação entre ambientes escolares e comunitários, garantindo, dentre outras ações: a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão, as práticas socioculturais; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; o atendimento em educação especial, aquisição de equipamentos, programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação (BRASIL/PNE, 2014, Meta 04, Estratégia 7.26).

Diante da meta 7.26 do Plano Nacional de Educação, podemos destacar a preservação da identidade cultural dos povos e das escolas indígenas, e isso é algo marcante para a comunidade indígena, como também a participação das comunidades indígenas na organização da trajetória pedagógica da escola, sempre visando às práticas

socioculturais na oferta de uma educação bilíngue para as crianças indígenas, levando em consideração a nossa língua materna nas comunidades indígenas.

Portanto a educação escolar indígena no PNE (2014-2024) nos faz refletir os processos educativos que ainda devemos percorrer durante um longo período na busca de melhorias na educação nacional na direção de trazer as especificidades de questões pontuais desta temática para as escolas municipais das comunidades indígenas, que é sempre um contexto repleto de particularidades a serem atendidas.

2.5 Direito a educação diferenciada segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena - RCNEI.

Tratar sobre os direitos dos povos indígenas como protagonistas e agentes de sua própria história, de forma efetiva na sua construção no Brasil não é uma tarefa simples e suas repercussões ultrapassam largamente questões setorizadas e pontuais. Notoriamente, é como mexer num castelo de cartas, logo é levado a rever as mais frequentes e consagradas interpretações realizadas sobre eles, bem como as formas de constituição de memória e de uma história nacional.

Com a Constituição Federal (1988, p.87) “assegura-se aos índios no Brasil o direito de permanecer “índios”, isto é, de permanecer eles mesmos, com as suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar”, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural dos povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração.

Assim, é imprescindível que questione as categorias e práticas derivadas de modelos jurídicos coloniais, que explicite pressupostos e crenças subjacentes, que busque superar limites disciplinares. Muitas vezes as consequências de suas ações não apenas se restringem à temática indígena e aos objetos usualmente abordados pela etnologia.

É preciso aprofundar a compreensão especifica sobre a presença indígena em cada um dos contextos históricos em que essas representações foram formuladas, buscando estabelecer como funciona efetivamente um regime de memória. Diante disto, é notório que no decorrer dos tempos os povos indígenas vem guardando seus conhecimentos de forma que possa ser transmitido em tempos futuros, isso mostra que sua preservação de conhecimento vem sendo tratado de forma que futuramente possa ser aproveitado pelo próprio povo.

O direito à educação escolar indígena ultrapassa os limites do pensamento, onde esse direito deve ser respeitado, pois, temos como principal arma, a Constituição Federal de 1988, onde mostram que nossas necessidades devem ser respeitadas, nossas especificidades atendidas. Os costumes devem ser preservados, nossas crenças respeitadas, nossa língua valorizada, conforme o (RCNEI, 1998, p.20) pode-se afirmar que:

> Os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural.

Segundo o que o RCNEI (1998) nos trás, a memória procede a uma rigorosa separação entre o conhecimento de "fora" e o "local", apontando nitidamente os cenários e contextos sociais em que cada um deles pode ser encontrado. Além das informações regulares que foram possíveis terem acesso, onde se cria uma convergência de preocupações que apontam para uma agenda comum, é preciso dispor de alguns ícones no que concerne ao passado e à reconstrução simbólica da origem comum dessa coletividade.

É fundamental celebrar os heróis dos movimentos e seus episódios marcantes, na luta pelos direitos dos povos, consolidando uma história que é de todos conhecida e supostamente partilhadas pelo tempo e espaço. O seu modo de existência é totalmente distinto daquele das memórias públicas e oficiais. Ao contrário dos lugares de memória, não possuem monumentos, não celebram, não operam com superlativos, mas diminuem os fatos e personagens envolvidos. Tampouco os tornam sagrados, mas se apresentam mais frequentemente como lúdicos, curiosos, espontâneos.

Desde então, as leis subsequentes à Constituição de 1988 que tratam de educação, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996)e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), têm abordado os direitos dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios indígenas para atuarem como docentes em suas comunidades. Comparativamente a algumas décadas atrás, trata-se de uma verdadeira transformação em curso, que tem gerados novas praticas a partir do desenho de uma nova função social para a escola em terras indígenas.

Diante dos acontecimentos, assegurou-se aos povos indígenas o direito à uma educação escolar diferenciada. Esta acontece pelo acesso aos conhecimentos universais, pelo uso da língua materna e pela valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas, que se materializa com calendários escolares adaptados às atividades do povo, no uso de materiais didáticos próprios e na docência de professores membros de suas respectivas comunidades.

> Elas têm o direito de decidirem seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro. Um olhar que acompanhe a história dessas sociedades no Brasil dos últimos anos reconhece um claro processo de consolidação de experiências de autonomia indígena. Estas se desenvolvem, porém, ao lado de situações críticas, em que a proteção do Estado é essencial para a sobrevivência física e cultural dos povos envolvidos. (RCNEI, 1998, p. 21).

Assim nos grupos indígenas a educação inicia pelos conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração pelos mais velhos, onde as pessoas a partir da observação aprendem e já levam esse conhecimento para escola, por esse motivo devemos preservar essa riquíssima fonte de sabedoria dentro da comunidade e dentro da própria escola, pois a convivência com os outros também é importante para aprendizagem. Através dessa interação de pessoas expande conhecimentos diferentes, de vivências diferentes com variadas formas de enxergar o mundo, e com que essa visão que podemos destacar um dos elos principais referentes à colocação do RCNEI/1998, a língua materna.

No entanto, nota-se que nós indígenas somos donos de nossa própria existência, temos o direito de escolher a nossa educação, somos criadores do conhecimento milenar que ultrapassa a barreira do tempo, isso deve ser respeitado já que é nosso por direito. Na Constituição Federal de 1988, garantiu aos índios o direito de manter suas identidades diferenciadas, preservando suas línguas, culturas, tradições e modos de ser e de pensar. Assim como outros países reconhecem que é constituído pela presença de grupos étnicos diversificados entre si, que tem direito à manutenção de suas especificidades culturais, históricas e linguísticas.

Como deixa explícito na Constituição Federal de 1988, os indígenas têm o direito de ter uma educação diferenciada, e a preservação de sua identidade e outros, é muito importante quando se trata dessa especificidade, mas na realidade muitos indígenas não estão fazendo o que está na então Constituição Federal.

Com a luta dos povos indígenas uma importante e significativa mudança ocorre na legislação quanto na política governamental em relação aos povos indígenas no

Brasil, e na luta de alcançar os objetivos, os indígenas realizaram a então bem desejada educação escolar indígena, a criação da educação escolar indígena passou a ser uma demanda dos próprios povos indígenas interessados em adquirir conhecimento sobre o mundo de fora das aldeias e em construir novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira e com o mundo que os cerca. Então, de acordo com o, (RCNEI, 1998, p. 21).

> Entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais:
> • uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos "seres" e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir - e assegurar – determinadas qualidades;
> • valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;
> • noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
> • formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados - econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

A importância de encontrar a identidade cultural que foi sufocada mediante a tantas imposições sofridas pelos povos indígenas, os tópicos acima citados trazem todos estes aparatos legais impulsionando e dando sustentação ao direito às diferenças culturais, que no caso vemos como fenômeno ligado de forma direta a práticas e discursos políticos que celebram a igualdade de direitos, a promoção das diversidades e a dignidade humana.

As leis do governo são executadas na forma de projetos dentro das comunidades, em parceria com associações que exaltam a cultura local como forma de identidade de um povo, e esses projetos tem a finalidade de fazer com que os grupos étnicos possam valorizar a sua cultura, como forma de resistência.

Os interesses para a educação indígena diferenciada passa a ser uma forma de resistência que começa a partir do momento em que seus valores são preservados afins de que serão transpassados de forma continua para futuras gerações, a visão colaborativa de mundos totalmente opostos podem fazer com que a proposta de ter uma nova experiência seja maior, assegurar que a qualidade entre essas relações sejam fixas deixa tudo menos ruim que a décadas passadas.

As integrações entre os povos indígenas para uma educação de qualidade tem surtido efeito em grande escala, a formação e reconstrução da própria cultura como

forma de identidade de um povo vem nos mostrando que o compartilhamento de várias formas de expressão podem causar impactos significativos quanto à valorização de sua natureza, quando falamos de Ser Indígena.

Neste cenário, as políticas públicas encontram o desafio de unir universalizações de direitos e ações políticas com efetivo respeito e valorização das diferenças culturais como principio orientador para as políticas educativas voltadas aos grupos indígenas. Conforme isto, em tais políticas, igualdade e diversidade não devem ser diferentes, constituindo-se nos fundamentos de uma sociedade democrática promotora da justiça social.

Diante disso podemos destacar com base no RCNEI (1998, p. 22).

> Permite que se projetem, mesmo que como utopia democrática, relações igualitárias entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. Chama-se a atenção para as contribuições que a educação escolar específica e diferenciada pode dar ao exercício da cidadania indígena. Parte do sistema nacional de educação, a escola indígena é um direito que deve estar assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas.

Conforme o RCNEI (1998), a contribuição para uma educação indígena especifica é garantir ao sujeito o exercício do protagonismo social em sua realidade, fortalecendo a preservação de seu maior patrimônio, a sua língua materna, e suas demais fontes de identidade, como a cultura a intelectualidade e etc.

De acordo com o PCNEI (1998), A educação escolar indígena para sua realização plena, enquanto um direito constitucionalmente garantido, precisa estar alicerçada em uma política linguística que assegure o princípio do bilinguismo e multilinguismo, e em uma política de territorialidade, ligada à garantia do direito a terra, a auto sustentabilidade das comunidades e a efetivação de projetos escolares que expressem outros projetos e visões de mundo e de futuro dos diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

Na organização da escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão bem como suas estruturas sociais, suas práticas socioculturais, religiosas, econômicas suas formas de produção de conhecimento, processos próprios métodos de ensino aprendizagem o uso de materiais didáticos pedagógicos produzidos de acordos com o contexto sociocultural de cada povo indígena, e a necessidade de edificação de escolas com características e padrões construtivos de comum acordo com as comunidades usuárias ou da pré-disposição de espaços formativos que atendam os interesses das comunidades indígenas.

É importante ainda no que diz respeito ao reconhecimento das especificidades dos povos indígenas no ambiente educacional, a necessidade de se considerar os casos dos estudantes indígenas que estudam em escolas não indígenas como, por exemplo, nas situações em que estes estudantes mesmo morando em suas aldeias são obrigados a procurar escolas não indígenas pela ausência de escolas diferenciadas ou da oferta de todas as etapas da educação básicas em suas comunidades, além dos casos em que os indígenas residem fora de suas comunidades de origem, tais estudantes também precisam ter garantido o direito de expressão de suas definições e técnico-culturais de valorização de seus modos tradicionais de conhecimentos, crianças, memórias e demais formas de expressão de suas diferenças. Diante disto, podemos constar que, segundo o RCNEI (1998, p. 34).

> Esse esforço de projetar uma nova educação escolar indígena só será realmente concretizado com a participação direta dos principais interessados—os povos indígenas, através de suas comunidades educativas. Essa participação efetiva, em todos os momentos do processo, não deve ser um detalhe técnico ou formal, mas, sim, a garantia de sua realização. A participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada.

O currículo ligado às concepções e práticas que definem o papel social da escola deve ser concebido de modo flexível adaptando-se ao contexto político e cultural os quais a escola está situada, bem como aos interesses e especificidades de seus atores socais. Componentes pedagógicos dinâmicos, o currículo diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais tecidas no dia a dia escolar, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presente no fazer educativo nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares. Estão presente, desse modo, nos processos sócios políticos e culturais de construção de identidades.

Entendido desta forma, ele se refere não apenas aos conteúdos selecionados, ensinados e aprendidos por meio das atividades de leitura, escrita interpretação de texto, pesquisa dentre outras estratégias de ensino e de aprendizagem, aos mais também variados tipos de rituais da escola, tais como, as atividades recreativas, as férias culturais, os jogos escolares, as atividades comemorativas, dentre outros. Contudo, podemos destacar que:

> Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. O papel

> do Estado e outras instituições de apoio devem ser de reconhecimento, incentivo e reforço para este projeto comunitário. Não se trata apenas de elaborar currículos, mas de permitir e oferecer condições necessárias para que a comunidade gere sua escola. Complemento do processo educativo próprio de cada comunidade, a escola deve se constituir a partir dos seus interesses e possibilitar sua participação em todos os momentos da definição da proposta curricular, do seu funcionamento, da escolha dos professores que vão lecionar, do projeto pedagógico que vai ser desenvolvido, enfim, da política educacional que será adotada. (RCNEI apud BANIWA, 2019, p. 23)

No que tange às escolas indígenas, os currículos, em uma perspectiva intercultural, devem ser construídos considerando-se os valores interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos enquanto sociedade e escola, definidos nos projetos políticos pedagógicos.

A gestão escolar indígena se dá como fonte provedora da cultura, onde uma de suas perspectivas é alcançar de forma democrática a interculturalidade na comunidade externa, como também na comunidade escolar. Tendo em vista a pluralidade cultural nas escolas indígenas, a gestão integra a relação comunidade-escola como principal forma de buscar a qualidade no ensino-aprendizagem para a construção do protagonismo social.

Para sua construção há que se considerarem ainda as condições de escolarização dos estudantes indígenas em cada etapa e modalidade de ensino, as condições de trabalho do professor indígena, o espaço e tempo da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, memórias da cultura, casas de cultura, centros culturais, centros ou casas de línguas, laboratórios de ciências, informática.

A observação deste critério demanda, por partes dos sistemas de ensino, e de suas instituições formadoras, as crianças das condições a construção de desenvolvimento dos currículos das escolas indígenas com a participação das comunidades indígenas, promovendo a gestão comunitária, democrática e diferenciada da escolar indígena, bem como a formação inicial continuada dos professores indígenas, doentes e gestores, que privilegie a discussão a respeito das propostas curriculares das escolas indígenas em atenção aos interesses e especificidades de suas respectivas comunidades.

2.6 A educação indígena no Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas.

Dentro do Plano Estadual de Educação voltada para a população indígena se cria várias concepções originadas do mundo unilateral que foram adotadas pelos seus

precursores, tais como os chamados programas de qualidade total, que procuram substituir os controles externos do trabalho por uma adesão do trabalhador às metas de qualidade do sistema do estado.

O incentivo para o desenvolvimento da educação indígena cabe às esferas governamentais o País, onde todo apoio dado pela União é visando às necessidades e especificidades dos povos indígenas, e sua educação como direito. A população indígena possui várias diretrizes que deixam ainda mais claro sua particularidade dentro do meio social brasileiro, dentre essas diretrizes temos a LDB, que vem dando suporte para a educação indígena como uma educação diferenciada.

Muitas diretrizes são mais especificas quando se trata da organização escolar do nosso país, sendo que muitas delas conferem em pauta as oportunidades criadas dentro das realidades nas quais o ensino é oferecido.

As organizações das diretrizes apoiam a interculturalidade dos povos de comunidades indígenas e para isso precisaram de centro de organização que possa distribuir de forma justa ou especifica para todas as especificidades dos povos. Diante destaco que o CNEI/1999, que aponta a responsabilidade da União em legislar em âmbito Nacional a organização da educação escolar indígena.

> I – à União caberá legislar, em âmbito nacional, sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, em especial:
> a) legislar privativamente sobre a educação escolar indígena;
> b) definir diretrizes e políticas nacionais para a educação escolar indígena;
> c) apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento dos programas de educação intercultural das comunidades indígenas, no desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, com a participação dessas comunidades para o acompanhamento e a avaliação dos respectivos programas;

No lugar de uma estrutura hierarquizada de administração dos sistemas de educação, buscou-se descentralizar responsabilidades e tarefas, ao mesmo tempo em que se montou um sofisticado aparato de avaliação dos resultados de aprendizagem dos alunos, resultados estes considerados produto da educação.

Por sua vez, o respeito à diversidade cultural e étnica e a consideração das realidades locais, reivindicados por diversos movimentos sociais, no bojo de um questionamento sobre a imposição de critérios estabelecidos unilateralmente a partir da lógica dos grupos dominantes, reforçam a demanda por processos mais participativos de definição e aferição da qualidade da educação.

No que se refere à Educação Indígena dentro do Plano Estadual de educação, tem origem em debate sobre a qualidade dentro do ambiente educacional, na qual foi

arcada pela abordagem em primeiro instante. No início, a preocupação com os supostos efeitos negativos da separação entre governo e povos indígenas levou a um questionamento centrado principalmente nos aspectos afetivos do desenvolvimento dessa qualidade, mas diante disto:

> II - aos Estados competirá:
> a) responsabilizar-se pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus municípios;
> b) regulamentar administrativamente as escolas indígenas, nos respectivos Estados, integrando-as como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual;
> c) prover as escolas indígenas de recursos humanos, materiais e financeiros, para o seu pleno funcionamento;
> d) instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, a ser admitido mediante concurso público específico;

Dentro do CNEI/1999, podemos notar que a população indígena poderá se beneficiar de conhecimentos da própria localidade, materiais didáticos produzidos na própria comunidade, podendo utilizar os instrumentos da natureza local, os Estados encarregados em disponibilizar as oportunidades a educação indígena, podem instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, a ser admitido mediante concurso público especifico a educação indígena.

Mediante a essas ofertas, o funcionamento da educação escolar indígena possui um norte a se seguir, a busca do desenvolvimento da comunidade loca e do avanço na educação diferenciada, a com que os povos discorram de suas possibilidades mediante os direitos estabelecidos em Lei, lutar pelo direito sempre foi à marca que define a população indígena.

Em primeiro momento podemos destacar que as funções governamentais em prol a educação escolar indígena de qualidade, nos dá a perceber que as possibilidades de um grande avanço social da população indígena são maiores e que está indo num caminho em que são valorizadas todas as formas de conhecimento dos povos do Brasil.

Em um segundo momento, sob efeitos das teorias da privação cultural a partir da década de 1960, houve um deslocamento do foco para o desenvolvimento de educação em tempo integral visando englobar a educação indígena, onde o aproveitamento futuro na escola indígena poderia surtir mais resultados que, os próprios indígenas possuir sua escola.

A crítica ao foco exclusivo na separação de ensino e indígenas, a valorização do papel da cultura na sociedade, a mudança de uma preocupação voltada principalmente à escolaridade futura para a valorização das experiências vividas no

cotidiano das instituições de Educação Indígena foram fatores importantes nesse processo. As abordagens de avaliação da qualidade também passaram a conferir maior atenção.

> Artigo 1º do PCNEI/1998 Estabelece, que no âmbito da Educação Básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamentos jurídicos próprios e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. (BRASILPCNEI/1998. P.78)

De acordo com o PCNEI/1998, uma dos grandes valores que podemos destacar mediante a Educação Escolar Indígena esta ligada a identidade em afirmação da população, tendo como base a valorização cultura dos povos, respeitando os critérios das Diretrizes que reger o sistema de educação, dentro do conselho estadual de educação podemos destacar que.

> III – aos Conselhos Estaduais de Educação competirá:
> a) estabelecer critérios específicos para criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas;
> b) autorizar o funcionamento das escolas indígenas, bem como reconhecê-las;
> c) regularizar a vida escolar dos alunos indígenas, quando for o caso.

O contexto da região Norte do Brasil, caracterizado por uma enorme diversidade de culturas, línguas, identidades nacionais e regionais, exigiu a adoção de uma perspectiva sensível às diferenças de tradição e às várias modalidades nacionais de oferta de atendimento educacional. Por sua vez, as experiências consolidadas e reconhecidas por sua qualidade, como, por exemplo, aquelas desenvolvidas em outras regiões, inspiraram e ajudaram a formulação de uma concepção de qualidade mais avançada, atenta para as questões das desigualdades sociais e ao mesmo tempo voltada para o respeito à diversidade cultural.

2.7 A educação indígena no Plano Municipal de Educação em Benjamim Constant.

A educação indígena dentro do Plano Municipal de Educação recentemente passou por uma revisão de experiência, a qual evidencia a crescente inquietação com os grupos sociais de origem étnica, cultural e religiosa dos diversos povos do Brasil, representados ali principalmente pelos indígenas.

As diversas concepções encontradas dentro das aldeias locais estão se tornando grandes tormentos para a secretaria de educação do município, fazendo com que pensemos em novas formas de demandas para atender diferentes realidades, podemos notar que nem todas as comunidades pertencentes ao município encarregado em atender a população indígena esta preparada para sua real missão, disponibiliza uma educação escolar indígena de qualidade.

> Na linha de questões pontuais e específicas do Plano Nacional de Educação de 2014, a Meta 04 destinada à educação especial garante um sistema inclusivo e de atendimento especializado, nos termos do PNE/2014. Nas estratégias dessa meta, o Plano Municipal reafirma o fomento à formação continuada de professores para atendimento educacional especializado nas escolas indígenas, acrescentando que esta formação contemple também a formação em educação para as "relações étnico-raciais, diversidade religiosa e educação em direitos humanos" (BRASIL/PNE Meta 04, Estratégia 4.3).

Assim, os problemas decorrentes do confronto entre identidades diferentes, contribuem para a ênfase maior na necessidade de uma relativização de perspectivas na definição de "padrões" de atendimento educacional. Segundo o Parecer do CNEEI de 1999, destaca que:

> § 1º – Os Municípios poderão oferecer educação escolar indígena, em regime de colaboração com os respectivos Estados, desde que se tenham constituído em sistemas de educação próprios, disponham de condições técnicas e financeiras adequadas e contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas.

Em um país marcado por tantas diferenças, o equilíbrio entre a preocupação com a igualdade e a preocupação com o respeito às diferenças nem sempre é fácil de alcançar. O desigual acesso à renda e aos programas sociais está marcado por esses diversos pertencimentos de classe, de etnia e de gênero, heranças históricas e culturais que também estão presente no acesso à Educação Indígena e na qualidade dos programas oferecidos para a mesma.

Dentro da linha educacional no município percebe-se que a forma como a educação escolar indígena é tratada, nos leva a compreensão de que, a interculturalidade e troca de conhecimento das populações irá beneficiar ambas as partes, sendo que os objetivos são incentivar a utilização e aproveitamento da população local para o desenvolvimento da educação conforme a realidade de cada população.

> Artigo 2º – Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

> I – sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos estados ou municípios contíguos;
> II – exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;
> III – ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
> IV – a organização escolar própria.

Assim, no contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação escolar indígena na perspectiva do respeito à diversidade implica necessariamente enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças indígenas e de suas famílias, seja qual for sua origem ou condição social, sem esquecer que, entre esses direitos básicos, se inclui o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero.

Ademais, é preciso considerar que não existe ainda um patamar mínimo de qualidade que caracterize a maior parte dos estabelecimentos de Educação Indígena. Assim, o respeito à diversidade e a consideração ao contexto local devem ser relativizados quando condições adversas, presentes nas escolas, afetam os direitos básicos do aluno, chegando a significar riscos a seu desenvolvimento físico, psicológico e como protagonista social.

Já existe um conhecimento acumulado sobre os resultados da educação indígena, a partir de pesquisas empíricas, sobre os fatores associados a resultados obtidos por alunos do município de Benjamin Constant em seu desempenho e sócio emocional que estão ligados a características dos estabelecimentos de Educação Indígenas frequentados.

Essas pesquisas realizadas na maioria das vezes pela Universidade Federal do Amazonas, Campus Alto Solimões do Instituto de Natureza e Cultura, procuram controlar os demais fatores ligados às condições e às características das famílias e do meio social e cultural dos alunos e suas características individuais, no sentido de identificar o peso dos fatores escolares na avaliação dos resultados obtidos pelos alunos em diversos momentos, desde o final da etapa escolar até as universidades.

Como a citado anteriormente, a educação escolar indígena ainda é uma novidade dentro do sistema de educação no nosso país, muitas formas de levar essa educação para sua grande particularidade como uma grande forma de representatividade cultural são criadas para que as secretarias possam ter um norte no desenvolvimento de soluções que se adequem dentro das respetivas realidades.

A grande variação de realidade que esse sistema ainda muito frágil perpassa, é algo alarmante, a concepção criada por seus percussores é ver os objetivos para a educação indígena como uma algo que possui mecanismo igualitário a outras formas de educação, sendo que segundo o (CNEEI 1999, p.116), define exatamente a proposta para a educação escolar indígena.

> A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do país e exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades. Para tanto, estão sendo implementados programas com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e de garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não indígenas.

Alguns levantamentos recentes de grande escala estão procurando esmiuçar melhor esses fatores analisando de perto características dos diferentes tipos de serviços frequentados pelas crianças indígenas, por meio de estudos de práticas de campo, em que também são investigados os diversos efeitos constatados no desempenho das crianças em determinadas fases de seu desenvolvimento.

São assim comparadas as diferentes trajetórias de cortes de crianças, aquelas que não frequentam nenhum tipo de escola não ser a da própria comunidade, as que estudam na sede do município, as que ficam sob cuidado de outras instituições, e assim por diante, tentando cobrir as várias situações possíveis e testando estatisticamente as associações observadas entre as diferentes experiências e os resultados das crianças, medidas com auxílio de diversas técnicas.

2.8 A escola indígena

A Constituição Federal de 1988 assegura às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Cabe ressaltar que, a partir da Constituição de 1988, os índios deixaram de ser considerada uma categoria social em vias de extinção e passaram a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Garantir o direito à educação escolar indígena é manter os costumes sempre em preservação, a escola indígena é o local onde os saberes da terra, saberes das águas,

saberes do mundo mítico são explorados para perpetuá-lo na cultura dos povos de pele trançada, onde muitas outras culturas permeiam como fonte de conhecimento para a formação do cidadão local em conhecer a cultura do outro para assim respeitar e ser respeitado.

Usando como um local para orientação na busca de desenvolver o conhecimento dos agentes da comunidade, a escola é uma instituição democrática onde a população possa discutir seus interesses de forma menos desigual e menos hierarquizado, como mostra Baniwa (2019.p 61).

> A escola indígena intercultural tem se orientado pela primeira perspectiva, ou seja, buscando emponderar os sujeitos indígenas para um diálogo menos desigual, menos assimétrico e menos hierarquizados intra e extra-aldeia/escola. Na perspectiva das comunidades originárias, a escola indígena intercultural deveria ajudar na compreensão da lógica de pensamento e funcionamento da sociedade moderna envolvente. Isso porque os povos indígenas entendem que a sua derrota parcial no processo colonial foi resultado fundamentalmente de não conhecerem *os modus pensanti e operandi* dos conquistadores. Assim, para a defesa de suas culturas, seus conhecimentos e seus direitos na atualidade, necessitam dominar o máximo possível esses modus *pensanti* e operandi dos colonizadores.

De acordo com Baniwa (2019), a escola indígena deveria de alguma forma, na compreensão de pensamentos sociais que envolvam os povos indígenas em levar seus objetivos em ter uma ter uma educação de qualidade sem lembrar-se de tempos passados, onde suas trajetórias foram tratada como um jogo de cartas, e várias barganhas. A interculturalidade nas aldeias indígenas traz de forma magnânima um exemplar leque quando falamos em choque de cultura, toda uma sequencia hereditária consagrada em espaços plurais para o expandir do conhecimento mútuo.

Diante disto, destaco com muito orgulho o que diz Baniwa (2019.p 68), em relação aos povos indígenas quanto ao compartilhamento dos saberes dos filhos da floresta dentro das instituições de ensino.

> Os povos indígenas gostariam de compartilhar com o mundo, a partir da universidade, seus saberes, seus valores comunitários, suas cosmologias, suas visões de mundo e seus modos de ser, de viver e de estar no mundo, onde o bem-viver coletivo é a prioridade. Os direitos indígenas no Brasil são coletivos, por isso o direito coletivo à terra. As universidades públicas consideram o direito de ingresso ao ensino superior de forma individualizada. A individualização dos indígenas é um risco e uma ameaça aos princípios e modos próprios de vida coletiva indígena.

Seguindo a linha do pensar de Baniwa (2019), a forma de como é compartilhado o conhecimento dos povos indígenas, dentro ou fora da escola, nas

igrejas, nas entre a aldeia, sempre visa à forma coletiva para nada se perca com o tempo, sem privatizar nada, tudo que deve ser de todos é para o próprio bem da comunidade e do povo.

Continuando o pensar de Baniwa, quando se trata do conhecimento coletivo é saber trançar as linhas do conhecimento, é ligar vidas, saberes, traços, cores e formas, é aprender com o outro, aprender consigo próprio, é aprender com todos, e assim a identidade de um povo é levada e abençoada com tempo.

Para que a escola funcione dentro dos conformes, existem muitas Diretrizes que embasam aos fatores necessários para que se garantam todas as especificidades de uma educação escolar indígena de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngue. A Resolução n.º 3, de 10/11/1999, do Conselho Nacional de Educação, que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, define como elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena.

> I. Sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;
> II. Exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;
> III. O ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
> IV. A organização escolar própria. (art. 2º).

A coordenação das ações escolares de educação indígena está, hoje, sob responsabilidade do Ministério de Educação, cabendo aos Estados e municípios a sua execução. A União deve apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. Tais programas devem: ser planejados juntamente com as comunidades indígenas; prever a formação de pessoal especializado para atuação na educação escolar indígena; contemplar currículos e programas específicos à realidade da comunidade indígena; dispor de materiais didáticos específicos.

A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do país e exigem das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

Para tanto, estão sendo implementados programas com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e de garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não indígenas.

A educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é mais bem atendida por professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades devem ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização.

A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

Conforme o CNEEI/1999 destaca que a implementação de apoio para o desenvolvimento da educação indígena na formação de professores indígenas dentro do âmbito escolar é de subitamente importante para que o caminhar da educação o contexto indígena caminhe e progrida de forma ordenada conforme sua plena organização geral.

> O MEC vem implementando, nos últimos anos, as seguintes ações e programas: a) apoio financeiro a projetos estaduais de formação e cursos de capacitação de professores indígenas, destacando-se o Projeto Tucum, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; b) produção e publicação de material didático, produzido pelos professores indígenas e seus assessores; c) divulgação da temática indígena para a sociedade nacional, objetivando o combate à discriminação e ao preconceito em relação às sociedades indígenas; d) cooperação técnica, organizando seminários e reuniões técnicas. (CNEEI/1999, P.06)

De acordo com a CNEEI/1999, os currículos de ensino devem ter uma base nacional comum, a ser complementada por uma parte diversificada que atenda às características locais e regionais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, por isso a grande preocupação com a. No que se refere às comunidades indígenas, está assegurada a utilização de suas línguas maternas, processos próprios de aprendizagem e, consequentemente, o desenvolvimento de currículos e programas específicos.

Procurando atender essa necessidade de atender aos preceitos da diferença e especificidade, o MEC publicou o Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI) em 1998. Esse referencial está voltado prioritariamente aos professores indígenas e aos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela implementação de programas educativos junto às comunidades indígenas.

Na primeira parte desse documento, Para começo de conversa, estão reunidos os fundamentos históricos, políticos, legais, antropológicos e pedagógicos que balizam a proposta de uma escola indígena intercultural, bilíngue e diferenciados.

Na segunda e última parte, ajudando a construir o currículo nas escolas indígenas, apresentam-se, a partir das áreas de conhecimento, sugestões de trabalho para a construção dos currículos escolares indígenas específicos a cada realidade.

São indicados, então, seis temas transversais, a saber: auto sustentação, ética indígena, pluralidade cultural, direitos, lutas e movimentos, terra e preservação da biodiversidade e educação preventiva para a saúde – além de seis áreas de estudos: Línguas, Matemática, Geografia, História, Ciências, Arte e Educação Física.

Em relação ao impacto da escola indígena dentro da sociedade atual, aponta que ela favorece o desenvolvimento na duração da frequência na escola que é importante, com inicio maior de desenvolvimento intelectual. Geralmente, a frequência em tempo integral não pode ser correlacionada a melhores resultados para as crianças indígenas em comparação a outras escolas, devido as suas especificidades de ensino. Por sua vez, crianças indígenas podem se beneficiar significativamente de uma experiência escolar de qualidade, especialmente quando frequentam centros que recebem população heterogênea do ponto de vista da origem social.

Quanto à qualidade das práticas das escolas indígenas do município, foi evidenciado que está diretamente relacionada à melhores resultados no desenvolvimento intelectual e sócio comportamental. Isso foi constatado, sobretudo, no início da escolaridade formal nas crianças que frequentaram, por um longo período, escolas de qualidade.

Buscando a qualidade na educação escolar indígena devemos levar em consideração vários fatores que são decisivos dentro da escolaridade oferecida, contudo alguns critérios são levados em consideração, para que realmente essa qualidade seja alcançada, dentre essas situações temos como grande informação a CNEEI/1998, que põem em destaque alguns tópicos que podemos citar como critérios valiosos na busca da qualidade de ensino dentro da educação escolar indígena. Dentro desses tópicos

podemos notar que os critérios em avaliação para a educação indígena e prol a qualidade se torna muito importante à forma de sua organização.

> Dentre as políticas e ações relativas à educação indígena atualmente em curso destacam-se:
> • Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena ou delegando essa responsabilidade aos seus municípios.
> • Universalizar, em dez anos, a oferta às comunidades indígenas de programas educacionais equivalente às quatro primeiras séries e ampliar gradativamente de 5ª a 8ª série do ensino fundamental.
> • Universalizar a adoção das diretrizes e os parâmetros curriculares para a educação indígena.
> • Proceder ao reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados em terras indígenas e a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas.
> • Estabelecer um programa nacional de colaboração entre a União e os Estados para oferecer às escolas as condições físicas, materiais e humanas para o seu funcionamento.

Apesar de obtidos em contextos bem diversos dos encontrados na nossa realidade, esses tópicos constituem importantes subsídios para a definição de parâmetros de qualidade, pois muitas de suas conclusões são também confirmadas por estudos realizados em outros municípios.

Proceder ao reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados em terras indígenas e a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas, nos faz pensar em uma nova forma de estabelecer prioridades ao buscar do desenvolvimento da educação em terras indígenas, dentre outras prioridades na relação à educação, o estabelecimento de um programa nacional de colaboração entre a União e os Estados para que os mesmos possam oferecer escolas às condições físicas, materiais e humanas para seu funcionamento.

Os tópicos acima citados representam a importância da organização para o desenvolvimento da educação escolar indígena tento como várias vantagens, onde a universalização dos direitos para uma educação de qualidade para povos brasileiros.

2.9 Cinema e educação na escola indígena

O cinema possui uma vasta história que retrata sua trajetória na qual teve uma grande influência no sentido e no conceito de arte no mundo inteiro, sua grande importância teve inicio em meados do século XIX, onde depois da grande explosão dos carros movidos a vapor, a arte toma um rumo na qual o espetáculo se destaca como uma grande inovação na sociedade moderna. Como mostra Holleben (2015, p.12):

> Na cidade de Paris, em 28 de dezembro de 1895, em frente ao Grande Café - o Boulevardd ês Capucines - forma-se uma enorme fila de pessoas que se estende por centenas de metros. Faz muito frio, mas nem assim as pessoas deixam de comparecer. Agasalham-se bem e aguardam ansiosa sua vez para entrar.

Nesse período o grande impacto do cinema teve um enorme prestigio pela inovação, como algo inédito, tudo começa quando os irmãos Lumière, juntando a imaginação e criatividade para o esplendo da arte da captura de imagens.

> Do lado de dentro do Salão Indiano, os irmãos Lumière, Auguste e Louis exibem à outra centena de pessoas que sentadas diante de um grande pedaço de pano branco, assistem - encantadas a produção "Chegada de um trem à estação de la Ciotat" – um espetáculo de luzes e movimentos. A certa altura, um trem avança em direção à plateia. Algumas pessoas em pânico abandonam a sala correndo. (HOLLEBEN, 2015, p.12)

Quando falamos em cinema e educação a década de 60 é considerada o período do uso mais sistematizado das tecnologias dependentes na escola brasileira, essa realidade tinha como propósito político e econômico mostrar para o mundo a capacidade do país como produtor e consumidor dos bens. No campo educacional esse modelo, sugeria o uso de modernização da prática pedagógica por meio das tecnologias especialmente o computador que chega às camadas menos favorecidas da população por meio da escola pública. Libâneo (2009, p. 47):

> Na teoria pedagógica tecnicista, a sociedade é vista como um sistema, e a escola como a instituição que utiliza técnicas específicas, que pode levar o indivíduo a modificar seus comportamentos conduzindo-os a novos padrões de competências. Esse pensamento é reorganizado na década de 1980, com o uso da Tecnologia Educacional (TE) como estratégia de inovação nas práticas pedagógicas.

Ao reportar sobre o assunto, (LEITE 2009. p. 67):

> Quanto à tecnologia mais complexas nos referimos às tecnologias da informação e da comunicação, que devem ser conhecidas e utilizadas pelos alunos e especialmente os professores. No entanto, a nosso ver, não se pode esquecer tecnologias, mais simples como (lápis, quadro de giz etc.) que também contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem.

Conforme Leite (2009. p.89) “no estudo teórico-prático o uso das tecnologias, objetivam instrumentalizar os profissionais e pesquisadores a realizarem um trabalho pedagógico de construção do conhecimento” a partir da interpretação e aplicação das tecnologias abordada pelo autor, é oportunizando as possibilidades de aprendizagem aos

diversos tipos de alunos que encontramos as qualidades deles. Seguindo essa linha de pensamento podemos perceber o valor da tecnologia na educação. (LEITE, 2009, p.17):

> A Tecnologia Educacional fundamenta-se em uma opção filosófica, centrada no desenvolvimento integral do homem, inserido na dinâmica de transformação social; concretiza-se pela aplicação de novas teorias, princípios, conceitos e técnicas, num esforço permanente de renovação da educação.

Conforme Leite (2009), essa afirmativa mostra que a tecnologia é dinâmica e precisa atender as necessidades do seu tempo histórico. Na sala de aula pode ser o lápis ou o computador que possibilitará uma aprendizagem. Conforme os citados e respeitados autores que abordam o cinema na educação cabe ressaltar reflexões sobre as questões das tecnologias dentro do ambiente escolar de forma democrática na rotina da Escola Municipal Porto Cruzeirinho, de modo a investigar e intervir nas atividades escolares executadas nesta instituição.

A análise deu ênfase à reestruturação de meu pensamento diante da forma de pensar a educação como um olhar crítico construtivo tanto para a escola, como para o professor e para a sociedade para com o aluno em uma perspectiva educacional na forma de mediação com as tecnologias dependes que formam o cinema. Conforme Leite (2009, p.19),

> Tecnologias Dependentes são materiais que estão no cotidiano do homem, que, quando levados para o lado da educação se tornam aliados para um bom nivelamento de ensino-aprendizagem. Portanto, são tecnologias que necessitam de outras para sua produção e/ou utilização, tornando interativo, criativo e interessante o ambiente de estudo.

É evidente pensar que o uso desses instrumentos não seja apenas de domínio exclusivo do professor, uma vez que ele, tradicionalmente, compete fazer as pontes necessárias entre o ensino e a aprendizagem tendo como recursos materiais tecnológicos necessários na educação para o século XXI, no caso cinema na escola.

Leite (2009, p. 35) “o uso das tecnologias dependentes quando levados para o lado da educação se tornam grande materiais que podem de forma ilimitada servir como recurso para um bom nivelamento no fantástico processo de ensino-aprendizado”.

Almeida (2005, p. 47):

> [...] com vista à definição de propostas adaptadas a melhoria do ensino aprendizagem no Ensino Fundamental, que por sua vez foi objeto de observação durante o ano letivo no qual o desempenho da aprendizagem registrou números preocupantes, exigindo não só uma reflexão quanto ao papel da escola frente ao desafio de garantir o direito de Educação de

> qualidade para seus alunos, quanto à estruturação de ações que possam garantir a qualidade no ensino dos discentes da escola.

Com isso sua demonstração magnânima de excelentes resultados, o cinema traz consigo uma carga de conhecimento ainda não conhecida pela maioria dos docentes em suas práticas educativas, para que isso aconteça devemos voltar aos resultados encontrados durantes às observações ainda que de forma desnecessária. Para Marcelino-Jr. e cols. (*apud* LEITE 2009, p.37):

> O uso do cinema em sala de aula pode ter um impacto inicial maior que um livro ou uma aula expositiva por permitir a associação da atividade escolar a um conceito de entretenimento, e que, quando utilizado de forma correta, exerce função motivadora, informativa, conceitual, investigadora, lúdica, metalinguística e atitudinal.

O cinema na escola possui métodos que proporcionam aos estudantes conteúdos específicos que podem beneficiar o mesmo a fortalecer todas as características descritas por Leite. Como sabemos a educação é o processo de desenvolvimento do ser humano, onde gradativamente o mesmo absorve dados, acontecimentos e outros fatos armazenando-os e transformando-os em conhecimentos.

SOUZA (2015, p. 174) nos indica a perceber que existiria indiretamente uma preocupação dos professores e dos alunos quanto ao uso do cinema em sala de aula da "instituição que há preocupação com o aprendizado dos educandos do ensino fundamental, com a utilização de filmes e documentários, tendo em vista a formação de opinião, o interesse pelos assuntos e as novas ideias".

A educação faz com que o indivíduo reflita sobre o seu comportamento, mas dependendo de cada um, pois, nem sempre pensamos iguais. Diante disto se torna oportuno trazer para a pesquisa exemplos de algumas instituições que fazem uso desses materiais para pensarmos a educação em um olhar crítico tanto para escola, como para o professor diante da sociedade para com o aluno.

Desde o início do século XXI, a aceleração dos avanços tecnológicos, a globalização do capital e as transformações nas relações de trabalho, como a perda dos direitos sociais, trouxeram mudanças para as políticas e gestão e democratização dos serviços prestados para o desenvolvimento da educação.

Com isso veio acarretando várias preocupações em diferentes setores que fazem parte do anel colaborador para fins sociais, dentre esses fatos, devem ser dito e revisto, como podemos perceber vem as tecnologias midiáticas que por sua grande

explosão de produção e suas infinitas possibilidades de uso, vem tomando seu espaço como ferramenta que auxilia na formação de pessoas com o interesse de caminhar de mãos dadas com o avanço da sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394, de 20 de dezembro de 1996) ao observar a demanda da população e a necessidade de utilização das tecnologias que azem parte do cinema propõe uma prática educacional que esteja compatível com a modernidade, o mercado de trabalho e o conhecimento. Essa realidade mostra o valor do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na escola, habilitando esse aluno, futuro protagonista social, a participar do mercado tecnológico de trabalho.

Para melhorar o acesso à tecnologia com o Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007 em seu art.1º o Presidente da República instituiu "O Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo", do Ministério da Educação (MEC), que tem como finalidade o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de Educação Básica.

Com esse programa o Brasil dá um passo na direção da Tecnologia da Informação na Educação de Inclusão Digital, oferecendo ao aluno da rede pública o acesso à informatização, estendida aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) passou a ter acesso às tecnologias dependentes com uso do computador que favorece as adaptações no espaço da sala e minimizam as suas dificuldades.

2.10 Cinema e educação indígena

Na sociedade indígena como não indígena vivência e respira a tecnologia em todos os momentos em todos os lugares, a sala de aula por possuir uma função de desenvolver as potencialidades do aluno se coloca como espaço para esse fim tão importante para a construção do ser na sua sociedade e para o desenvolvimento da mesma. Apesar dessa peculiaridade entre as escolas não se pode pensar que a mesma só tenha respostas eficazes com as chamadas tecnologias dependentes.

Diante desse impasse acredito ser necessário refletir sobre atividades desenvolvidas na sala de aula que muitos acreditam não ser uma tecnologia, pois aproveitar o espaço da sala de aula é um fator muito importante, citar os materiais que compõem uma sala de aula, é começar a falar sobre tecnologias e por fim, chegar às TIC's.

Ao utilizarmos um lápis, um cartaz ou um livro didático estamos nos referindo às chamadas tecnologias independentes, aquelas que não necessitam de recursos elétricos ou eletrônicos para ser desenvolvida, isto nos leva a crer ser esse tipo de tecnologia os mais usados ainda nas escolas brasileiras. Neste sentido é importante para o professor compreender essa realidade e valorizar essas tecnologias encontrando alternativas e estratégias que possam ser utilizadas para estimular o processo de aprendizagem.

É possível que a sala onde exista tecnologia dependente possa obter resultados satisfatórios, no entanto as tecnologias simples ainda permanecerão no contexto das salas de aula por muito tempo. Essa realidade revela que o uso de tecnologias sejam elas simples ou complexas deve existir, como também a compreensão por parte do professor e aluno da realidade apresentada em seu ambiente educacional.

Este espaço deve compor troca entre a sala de aula com suas tecnologias simples e o ambiente virtual uma vez que segundo Almeida et al (2005, p.245) "essa tecnologia deve está inserida pois proporciona aos professores e alunos um vínculo intenso com o conhecimento".

O mesmo autor afirma ainda, que o professor deve se apropriar do saber relativo às tecnologias, pois as mesmas favorecem a prática docente resultando em um planejamento pedagógico mais adequado as diversidades existentes na sala de aula. Nesta mesma ótica Perrenoud (*apud* LEITE 2009, p, 128) comenta:

> Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.

Isto significa que o cinema é forte ferramenta na produção de conhecimento, onde as novas tecnologias especialmente as que utilizam a informática e mídias são instrumentos para estimular o processo de aprendizagem, a partir de novos modelos de ensinar e aprender tendo como suporte o domínio e o uso pedagógico das tecnologias onde o professor na escola atual precisa dominar as tecnologias principalmente as complexas. Para tanto, não deve esquecer o significado da alfabetização tecnológica necessária ao docente que envolve domínio das tecnologias existentes na sociedade e que são conduzidas ao espaço educacional.

2.11 Cinema nos anos iniciais do ensino fundamental na escola indígena

O ensino fundamental possui estratégias para o melhor desenvolvimento dos alunos como mostra no PNE 2014-2024, e diante disso podemos destacar o cinema como uma ferramenta, como material dependente que é visto por muita gente como um fator de muita importância para a sociedade, que se destaca como instituição que automaticamente produz pessoas para atuarem no contexto social como protagonista, pois ela forma o indivíduo a se auto manifestar com opiniões próprias complementadas no âmbito escolar, onde a outra metade já vem sendo aprendida nas próprias residências, de fato escola e comunidade em momento algum podem andar separados, literalmente elas se complementam.

> A universalização do acesso ao ensino fundamental (EF) e a conclusão dessa etapa na idade recomendada são os objetivos da Meta 2 do PNE. O prazo para o cumprimento desses objetivos estende-se até 2024, último ano de vigência do atual Plano. Em relação ao EF, o atual PNE destaca, então, mais do que apenas o acesso à escola da população-alvo – 6 a 14 anos –,mas também o acesso e a conclusão dessa etapa na idade recomendada. (BRASIL/PNE, 2014, Meta 2, Estratégia 1.1)

De várias formas e ângulos podemos perceber que a educação mediada pelas tecnologias é de forma magnânima uma complementação do avanço tecno-eletrônico que surge a partir das necessidades humanas que vem aumentando a cada dia que passa, podemos perceber que, as tecnologias midiáticas são ferramentas que fazem as pontes que interligam a passagem do conhecimento entre o professor em relação ao conteúdo para o aluno, por isso recebe o nome de instrumento mediador de conhecimento.

A nossa sociedade possui uma diversidade cultural muito ampla, aonde os modelos metodológicos vão variando de acordo com a região, dessa forma segundo BRANDÃO, 2001, p.9 “não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

De acordo com Brandão (2001), podemos aprender em diferentes contextos, independente do lugar onde estamos tecnicamente nos encontrou em uma sociedade onde as tecnologias estão em todos os lugares, e com elas podemos aprender bastante, mas isso vai depender de como o usuário irá manuseá-la, praticamente elas podem ser inseridas no contexto escolar possibilitando novos campos de combinações metodológicas.

O espaço onde o saber transita em todas as instâncias, criativa e livremente, com o apoio de recursos que facilitem sua apreensão de forma inovadora, motivadora, aguçando a curiosidade e o desejo de aprender como ressalta (SANTOS e AQUINO, 2011, p.160):

> Não há quem resista ao cinema. Seu uso em sala de aula insere-se no campo das chamadas mídias-educação, ligadas às tecnologias de informação. Diferentemente das outras mídias (áudio, vídeo, internet), o cinema permite um envolvimento do espectador com o filme a que assiste, relacionando situações e experiências vividas.

Dessa forma, interagir com o conteúdo repassado com o auxílio do cinema, não só torna as aulas mais interessantes, como deixam expostas para discussões, questões e opiniões que podem levar o telespectador ao desenvolvimento discursivo dialogando com a toda classe expressando suas opiniões com relação ao conteúdo proposto. Assim podemos perceber o real poder da sintonia entre tecnologia + professor que resulta em mais educação.

As mais variadas formas de pensar em como nos adaptamos perante esses novos materiais, causam um grande transtorno nos profissionais em educação, onde o mesmo veio criando uma dimensão distante na qual ele se limita, tornando sua importância desnecessária, pensando que o avanço das tecnologias vem tirando seu espaço em sala de aula, é importante lembrar que isso não irá se concretizar, pois as tecnologias literalmente vieram para servir de complementação para aprimorar a qualidade de ensino. Vejamos a citação de Teberosky e Colomer (apud CARVALHO e CARVALHO 2012, p.67):

> O tipo de atividades ou de materiais que as escolas oferecem à criança pode estar em plena contradição com suas expectativas e hipóteses. Isso pode acontecer, por exemplo, se a escola propõe a cópia como único caminho de acesso à aprendizagem da escrita ou outras formas conhecimento, como as tecnologias [...].

Percebemos que os estudantes estão repletos de cópias na cabeça na forma como foram ensinados, eles simplesmente reproduziram o que os seus educadores haviam aprendido durante os estudo, mas contra isso, os estudantes dos dias atuais dominam as tecnologias da informação e comunicação (TIC) de uma maneira muito dinâmica, e de forma mais impressionante ainda, é que isso acontece em questão de horas ou até mesmo em minutos, é notável ver uma criança dos dias de hoje manusear

um aparelho eletrônico como um celular com mais facilidade do que um adulto, de três anos atrás, ou melhor de vinte anos atrás.

Uma das formas de combinação entre tecnologias que podem motivar pessoas a descobrir o mundo de diferentes formas, ângulos e dimensões. Criado como forma de liberdade e expressão o cinema causa no indivíduo a motivação, o interesse em si autodescobrir artisticamente e profissionalmente, é diante dessa força de pensamento que podemos destacar suas inúmeras e importantíssimas funções, considerando que, cinema segundo Walter Benjamin (1994, p.172):

> Nas obras cinematográficas, a reprodutibilidade técnica do produto não é, como no caso da literatura ou da pintura, uma condição externa para sua difusão maciça. A reprodutibilidade técnica do filme tem seu fundamento imediato na técnica de sua produção. Esta não apenas permite, da forma mais imediata, a difusão em massa da obra cinematográfica, como a torna obrigatória. A difusão se torna obrigatória, porque a produção de um filme é tão cara que um consumidor que poderia, por exemplo, pagar um quadro, não pode mais pagar um filme. O filme é uma criação da coletividade.

O cinema é um meio de expressão de alto impacto e isto é assim porque você pode combinar dentro de muitas artes. O filme precisava não apenas o trabalho de atores e artistas se não também diretores e etc. Então é um fenômeno complexo que pode dar como resultado, mais representatividade e ao mesmo tempo criação de protagonistas sociais. No entanto (ARANHA, 2003, p.17) afirma que “as mídias provocam interrogações e debates públicos a tal ponto que nos leva a questionar suas funções. É porque elas tocam uma parte irracional que não podemos dominar”.

De acordo com Gonnet (*apud* LEITE, 2009, p. 145):

> As mídias como o cinema, podem ampliar o conhecimento em uma sala de aula com muita facilidade, pois com ele podemos aprender várias disciplinas que nos faz voltar no tempo, simplesmente como a disciplina de história, geografia, português, matemática e dentre outras. O cinema na escola funciona na verdade como um estimulo auditivo e visual, que desde a sua invenção é usado pedagogicamente para melhorias na educação artística, fazendo com que o homem encontre seu real potencial nas profundezas do espirito enquanto agente social.

Diante disso muitos autores se destacam em suas obras mostrando o poder do cinema no ambiente educacional, onde a linguagem midiática se destaca de forma magnânima em relação ao protagonismo social dos agentes em diferentes sociedades, independente do ambiente o cinema aborda conceitos de diferentes disciplinas que vão além do que uma aula normal pode conter. De acordo com Souza (2015, p.73).

> [...] enquanto linguagem fílmica, que se apresenta como uma tecnologia educacional no processo de ensino aprendizagem. O acelerado avanço tecnológico acarretou inúmeras transformações sociais. Cada vez mais a linguagem tecnológica se fez presente na atividade escolar. O cinema enquanto linguagem educativa permite diferentes olhares sobre a realidade na dimensão dos temas de desenvolvimento sustentável, possibilidade que deve ser considerada como importante ferramenta no processo didático-pedagógico de ensinar-aprender-ser-fazer e estar com os outros.

De acordo com Souza (2015), a disseminação do uso de tecnologias que fazem composição do cinema, em distintos ramos de atividades, coloca-nos diante de vertiginosas mudanças na cultura, na sociedade, na economia, na educação e em especial, perante os avanços da ciência e de conhecimento que precisamos incorporar e lidar em sala de aula. Isso exige de nós, educadores, a constante busca de aprendizado, produção e gestão de conhecimento e, também, desenvolvimento de diferentes modos de obter informações atualizadas, de nos comunicar, de ensinar e criar melhores condições de aprendizagem para nossos alunos, onde podemos ver, é a marca dos novos tempos.

Nos novos caminhos que nossa sociedade vem percorrendo, nota-se que as informações trazem a partir da leitura de imagem e de vídeos uma verdadeira fonte de conhecimento diversificado, onde o uso do cinema para a elaboração de novas formas de ver o mundo traz em suas perspectivas a mudança de ver o mundo com outro olhar, junto à imagem, produção cinematográfica, representada em linguagens fílmicas. Contudo, segundo Souza (2015, p. 74).

> Na atualidade, o cinema tem adquirido relevância para o estudo de temas de diferentes áreas do conhecimento, sendo proposto potencializador de mudança no ambiente escolar e em sala de aula, em abordagens didáticas que propiciam ao educador inovar sua prática educativa, levando o educando a perceber nos filmes e documentários não somente oportunidade de lazer e entretenimento, mas um instrumento a ser incorporado em momentos de aprendizado encantador. O cinema deve provocar no educando uma tomada de consciência, um choque de realidade.

Souza (2015) é bastante claro com sua proposta em mostrar que o avanço das tecnologias dentro da nossa sociedade atual tem uma importância e relevância para o estudo de diversas áreas de conhecimento, onde podemos aproveitar o cinema como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de novas metodologias para uma educação de qualidade para a educação escolar.

2.12 Educação escolar indígena e as diretrizes curriculares

As diretrizes expressam uma concepção de respeito às diferenças e consequente garantia do princípio da igualdade, na medida em que visam ao acesso da população do campo à Educação Básica e, por consequência à Educação Indígena.

Reforçam a qualificação mínima para a docência na Educação Indígena, o detalhamento de tópicos específicos na formação dos professores que atuam nas escolas do campo, a responsabilidade dos sistemas referente à habilitação dos professores sem formação e o aperfeiçoamento permanente dos docentes, sua remuneração adequada e inclusão nos planos de carreira. Trata-se, portanto, de garantir uma qualidade de atendimento escolar no campo equivalente à das outras localidades: diferente, porém não inferior.

Por outro lado, as sociedades indígenas compartilham um conjunto de elementos básicos que são comuns a todas elas e que as diferenciam da sociedade não indígena. Assim, os povos indígenas têm formas próprias de ocupação de suas terras e de exploração dos recursos que nelas se encontram, têm formas próprias de vida comunitária, têm formas próprias de ensino e aprendizagem, baseadas na transmissão oral do saber coletivo e dos saberes de cada indivíduo.

A diversidade coletiva e individual dos povos indígenas faz do nosso país uma verdadeira mistura de traços, cores e formas, pintando em aquarela a grande arte de vivenciar e valorizar a identidade de uma nação. Segundo, as Diretrizes Para a Educação Indígena – DPEI/2012 destaca que as sociedades dos povos possuem suas qualidades e valores.

> [...] As sociedades indígenas são portadoras de tradições culturais específicas e vivenciaram processos históricos distintos. Cada um desses povos é único, tem uma identidade própria, fundada na própria língua, no território habitado e explorado, nas crenças, costumes, história, organização social. (DPEI, 2012, P.10)

As populações indígenas possuem características próprias, identidades, crença e forma de organização, trançando a linha do conhecimento das culturas na fonte do saber na pele, no traço, no passo, na magia do cantar os rituais, na sua mitologia originária, se colocando como fonte de conhecimento imensurável.

Despertando a raiz cultural do saber ancestral, definindo seu passo na linha das culturas raízes de um povo, que encanta e canta à felicidade na própria identidade, ver os povos indígenas falando sua língua materna é ter a garantia de identidade preservada, sua cultura vivenciada, seu saber colocado em valorização, a verdade de um povo país, no olhar sorridente da criança de pele pintada.

Somos nossa língua falada, nossa canção cantada, nossos passos em pele trançada, almejada no clamor da soberana arte de ser único e ter seus direitos sendo posto em prática. Falar de educação escolar indígena é contar a cultura da nação Brasil, é realocar os olhos, para quem faz com tão pouco, muita diferença. As escolas indígenas específicas e diferenciadas são aquelas que marcam a identidade de um povo, elas são de caráter especifico onde é cultuado todo conhecimento nascido na comunidade ou local de concentração do povo. A forma de organização que há para sua construção se dá através de um profundo envolvimento coletivo de diálogo e muito compromisso como destaca no (DPEI/2012, p.11).

> As escolas indígenas, por conseguinte, deverão ser específicas e diferenciadas, ou seja, as características de cada escola, em cada comunidade, só poderão surgir do diálogo, do envolvimento e do compromisso dos respectivos grupos indígenas, como agentes e co-autores de todo o processo.

As maiores conquistas trazidas de lutas em grandes movimentos sociais em prol da população indígena mostra que dentro de cada comunidade indígena há uma especificidade a ser respeitada, e que cada comunidade possui seu conhecimento que deve ser preservado, fazendo de seus moradores os protagonistas para seu desenvolvimento, tanto de forma econômica, social, intelectual e etc. Então de acordo com a DPEI/2012, para que as escolas indígenas tenham suas especificidades, os grupos indígenas devem esta presente dentro do processo de sua criação.

As características das escolas indígenas sempre estiveram marcadas com a linha trançada do conhecimento tradicional, onde os mais velhos repassam todo conhecimento necessário para as futuras gerações para que a tradição não se perca com o tempo. A universalização do conhecimento dentro da escola indígena liga tudo na sociedade local e exterior, liga gente, liga natureza e vida.

Diante disso, o destaque que se da é para a interculturalidade presente na sociedade, e isso nos faz navegar em mundo repleto de saber ancestral de povos, pessoas, paixões em vida escrita, falada e vivida.

> A interculturalidade, isto é, o intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades, deve ser característica básica da escola indígena. Isso significa passar da visão estática da educação para uma concepção dinâmica. Não se pode ficar satisfeito só em "valorizar" ou mesmo ressuscitar "conteúdos" de culturas antigas. Deve-se, pelo contrário, ter em vista o diálogo constante entre culturas, que possa desvendar seus mecanismos, suas funções, sua dinâmica. Esse diálogo pressupõe que a inter relação entre as culturas, o intercâmbio entre as mesmas e as contribuições recíprocas são processos aos quais todas as sociedades são e foram submetidas ao longo de sua história. (DPEI, 2012, P.11)

O intercâmbio cultural entre os povos indígenas acontecem em todos os lugares, dentro da escola e fora dela. Conforme a DPEI/2012, a interculturalidade é a troca saudável de conhecimento entre os diversos povos que fazem de sua cultura um cartão postal repleto de características enriquecedoras, e isso acontecem de variadas formas, sendo que as mais utilizadas são o diálogo, dança e etc.

As sociedades indígenas apresentam um quadro complexo e heterogêneo em relação ao uso da língua materna (a língua local de povo) e ao uso e conhecimento da língua oficial (o português). Monolingüismo total em língua indígena é situação transitória de comunidades indígenas nos primeiros momentos do contato.

A maioria dos povos indígenas se encontra em diversas situações e modalidade de bilinguismo e/ou multilinguismo. Essa situação sociolinguística, assim como o momento histórico atual e suas implicações de caráter psicolinguístico, faz com que se assuma a educação escolar indígena como sendo necessariamente bilíngue.

A aprendizagem é social, resulta da própria vida. Isso significa que ela não pode ocorrer isoladamente, visto que se constrói simultaneamente no desenvolvimento da pessoa humana. Ela existe sem o ensino e o ensino existe também sem a escola. A aprendizagem, portanto, funda-se num processo contínuo e global, que evolui em função das situações e das ações exercidas pelos sujeitos no seu contexto sócio histórico.

Nessa perspectiva, esse processo de conhecimento significa dotar de sentido, e dotar de sentido implica relacionar uma nova situação com aquilo que já se sabe; compreender e aprender, por sua vez, implica transformar os conhecimentos adquiridos e requerem, como primeira condição, a capacidade de dotar de sentido as atividades exercidas.

A ênfase do processo educativo escolar, portanto, deve estar na aprendizagem como processo de construção coletiva de conhecimentos e envolve alunos, professores e comunidade. As atividades desenvolvidas durante o processo educativo não devem ser compartimentalizadas, seus conteúdos devem ser trabalhado de maneira global e

integrado, de forma a que os sujeitos possam dotá-los de sentido e operar sobre eles, ou seja, construir os conhecimentos, compreender é aprender. Então de acordo com a (DPEI 2012, p.12) que ressalta:

> A escola indígena tem como objetivo a conquista da autonomia sócio-econômico-cultural de cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não indígenas. A escola indígena tem que ser parte do sistema de educação de cada povo, no qual, ao mesmo tempo em que se assegura e fortalece a tradição e o modo de ser indígena, fornecem-se os elementos para uma relação positiva com outras sociedades, a qual pressupõe por parte das sociedades indígenas o pleno domínio da sua realidade: a compreensão do processo histórico em que estão envolvidas, a percepção crítica dos valores e contra valores da sociedade envolvente, e a prática da autodeterminação.

A vivência na escola e fora dela é constituída por ações e interações que configuram todas elas, o desenvolvimento do indivíduo. Não cabe, assim, falar da experiência extraescolar e da experiência escolar. Um dos aspectos relevantes para a definição de interculturalidade e de uma escola indígena é o conhecimento da prática cultural do grupo a que a escola se destina, já que essas práticas é que definem determinadas estratégias de ação e padrões de interação entre as pessoas, que são determinantes no processo de desenvolvimento do indivíduo.

Para uma ação educacional efetiva, requer-se, não apenas uma intensa experiência em desenvolvimento curricular, mas também métodos de investigação e pesquisa para compreender as práticas culturais do grupo.

Assim, para a definição e desenvolvimento do currículo da escola de uma determinada comunidade indígena é necessária a formação de uma equipe multidisciplinar, constituída por antropólogos, linguistas e educadores, entre outros, de maneira a garantir que o processo de ensino-aprendizagem se insira num contexto mais amplo do que um processo paralelo e dissociado de outras instâncias de apreensão e compreensão da realidade.

Cabe ressaltar que no Art. 1º da Resolução CNE Nº 3, de 10 de novembro de 1999, o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições regimentais e com base nos artigos 210, § 2º, e 231, *caput*, da Constituição Federal, nos art. 78 e 79 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda no Parecer CNE 14/99, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, em 18 de outubro de 1999, mostra que.

> No âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídicos próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.(CNE, 1999, p.01)

De acordo com o CNE/1999 o funcionamento das escolas indígenas dentro da educação básica, devem possuir estrutura e funcionamento reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídicos próprios, e fixados as diretrizes curriculares de ensino intercultural e bilíngue visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação de sua diversidade étnica.

Entretanto, dentro do Parecer do Conselho Nacional de Educação de 1999, entra em destaque o Art. 3º que ressalta os objetivos da educação Escolar Indígena e sua matriz originaria como base de construção para o desenvolvimento de uma educação com norte para se guiar dentro dos parâmetros, afim de uma educação de qualidade. Portanto, em destaque, o CNE/1999, mostra que.

> Art. 3º Constituem objetivos de a Educação Escolar Indígena proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos:
> I - a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
> II - o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.
> Parágrafo único A Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações inter étnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

Podemos destacar que os ensinos interculturais nas escolas indígenas devem ser vista como espelho na formação de pessoas criadoras de opiniões, por chamados protagonistas sociais, que fazem de sua própria as suas oportunidades, desempenho como formador em sua realidade social local. Conhecer novas culturas faz parte da característica humana em se adaptar em diferentes realidades para o convívio social, dentre essa forma conhecedora, o resgate de sua origem cultura se torna um fato muito importante para sobrevivência de sua tradição.

A continuidade dos saberes vale muito pelos protagonistas sociais que os detêm, sendo assim o sujeito aprende as especificidades de sua cultura com o outro, formulando sua individualidade, que o identifica em seu meio social, sua forma de aprender pode ser coletiva ou individual, dessa forma preparada para transformar sua realidade social, conhecendo sua importância da vida dos demais. Para Souza (2014, p. 19):

> Todo indivíduo aprende realmente observando os mais velhos eu então a partir do conhecimento que é repassado para as crianças é levada para sala de aula, antes das crianças indígenas frequentarem a escola, elas já levam consigo seu próprio conhecimento tradicional, na educação indígena, são os costumes que já nascem dentro de cada indivíduo, onde aprendem, a caçar, pescar, plantar e a sobreviver dos recursos naturais, através da observação dos pais atualmente com o avanço da tecnologia as crianças indígenas preferem está nesse processo, porem com essas tecnologias elas também adquirem outros conhecimentos dependendo de como será repassado na escola.

As características individuais dos indígenas desde inicio da sua vida letiva dentro da escola já significa a partir do conhecimento que é repassado pelo mais em sala de aula, mostra que os costumes já nascem de cada de cada um, como mostra Souza (2014). De fato, esse conhecimento empírico levado para a escola é muito importante para que assim seja complementado com outros saberes, tanto científicos, como tecnológicos.

Portanto, a escola indígena possui um destaque a parte devido a sua complexidade diversificada em relação a outras educações, as especificidades de cada povo define a forma de sua educação, sua simbologia tradicional em cultivar seus valores nos mostra a importância de lutar por uma educação de qualidade, com respeito aos todos os povos do Brasil.

3 CAPITULO III - ANALISANDO E DISCUTINDO AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO USO DO CINEMA NO CONTEXTO ESCOLAR INDIGENA

Neste capitulo aborda-se os resultados alcançados no campo da pesquisa, onde pude observar analisar e ter a real compreensão dos grandes desafios que todos os servidores da escola travam diariamente. Apresento uma análise dos problemas detectados, evidenciando as conquistas alcançadas, a realização entre os fatos verificados e a teoria. Através da observação no campo da pesquisa foi possível averiguar o contexto da Escola Municipal Porto Cruzeirinho, bem como analisar o desafio de inserir os materiais que fazem parte do cinema.

3.1 A escola Porto Cruzeirinho

Figura 06: Prédio da antiga escola Porto Cruzeirinho.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2017. (Arquivo do autor).

A escola Indígena Porto Cruzeirinho está localizada na comunidade Ticuna de Bom Caminho pertencente ao município de Benjamin Constant, teve seu papel importante no sentido de participar também da história da comunidade que surgiu na década de sessenta (60), sendo oficializada na comunidade em 05 de abril de 1968, e reconhecida como uma comunidade indígena em 15 de abril de 1986, com as demarcações das terras indígenas pelo Governo Federal.

A escola era improvisada não havia participação do poder público nas questões educacionais, no sentido de uma construção para a escola e aquisição de materiais pedagógicos. Sendo assim, Francisco Julião Ferreira foi o primeiro professor, a lecionar para alunos de 1ª a 4ª série e o professor Jose Ferreira da silva com o programa alfabetização solidária.

A participação do poder público na educação começou a partir do ano de 1978, com o crescimento da população e de alunos vindos de outras comunidades indígenas Ticuna e não indígenas foi necessário à construção de uma nova escola, com apenas uma sala de aula, para estudar o multisseriado (1ª a 4ª).

Não havia condições de estudar na sede do município por questões financeiras. Em 2006 com a entrada de uma nova administração municipal, o senhor Jose Maria Freitas da silva Junior e vice- David Nunes Bemerguy, junto à secretaria France Clay ré Moutinho da Silva Melo, implementaram 5ª à 8ª série do ensino fundamental que contribuiu para o desenvolvimento da educação e fez com que os jovens da comunidade indígena e não indígena tivessem acesso ao ensino fundamental completo e comum.

Já em março de 2014 foi inaugurada a nova escola chamada, Escola Municipal Professor "De'erecü", esse nome foi dado em homenagem ao primeiro professor da comunidade. Essa escola tem quatro (4) salas, mais para a quantidade de alunos que temos hoje essas salas não são suficientes para todos eles.

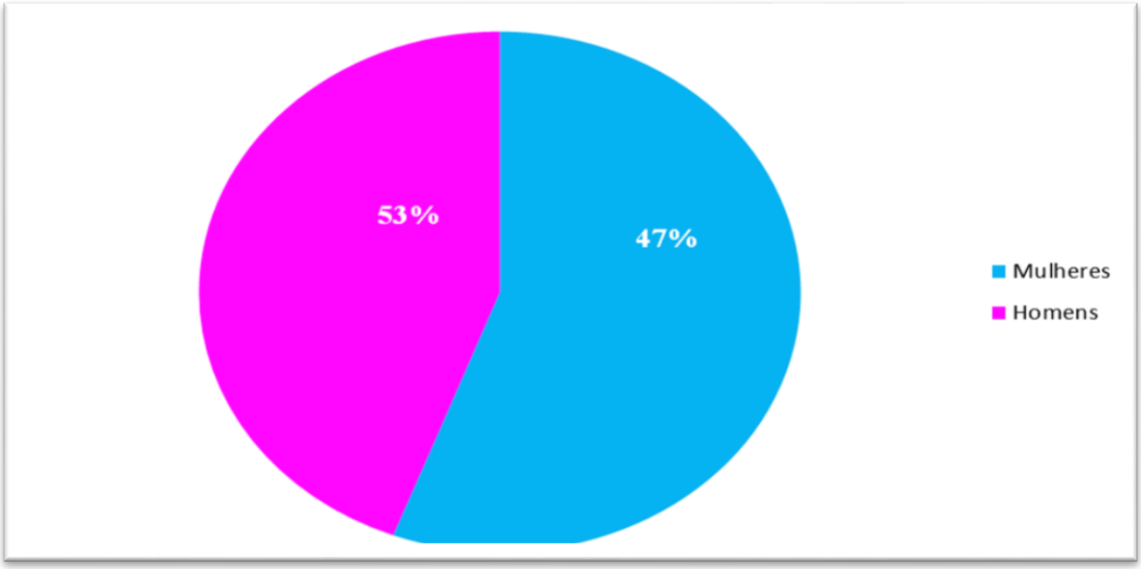
Atualmente funcionam as duas escolas tanto a "nova" como a "velha", oferecendo o ensino e aprendizagem nos Anos iniciais ao ensino fundamental, de 1º ao 9°ano funcionando no turno, matutino, vespertino.

Durante todo percurso da escola, sua estrutura foi tomada completamente pelo tempo, e assim tornando-se sem condições de lecionar o então ano letivo no calendário escolar, várias reuniões foram feitas para decidir o rumo da escola que é marca como símbolo de luta para o direito a educação na comunidade de Bom Caminho, escola que há muitos tempos foi protagonista na mudança de muitas pessoas, resistência em cores, traços e formas.

3.2 Faixa etária escolar

Na Escola Municipal Porto Cruzeirinho a faixa etária dos alunos nos anos iniciais até os anos finais está na média 10 aos 12 anos de idade para o 5º ao 6º ano, do 6º ao 7º ano a idade média é de 12 aos 14 anos, 7º ao 8º a média de idade varia de 14 aos 15 anos, 8º ao 9º à idade está em 16 aos 23 anos. Dentre essas idades, o percentual de mulheres matriculadas na Escola Municipal Porto Cruzeirinho é bastante significativo, onde os números mostram que a maioria dos alunos são mulheres:

Gráfico 05. Homens e Mulheres Matriculadas na Escola Municipal Porto Cruzeirinho.



Fonte: Posto de Saúde da Comunidade. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

3.3 Estrutura física e econômica da escola

A escola Municipal Porto Cruzeirinho e construída de madeira e a outra de alvenaria e sua estrutura física contém (oito) 08salas de aula, medindo cada uma com 30 metros cada uma (uma) 01 secretária, (uma) 01 sala dos professores com 02 mesas, 08 cadeiras 01 armário, e 01 computador para o uso exclusivo dos professores, (dois) 02 banheiros um masculino e outro feminino para os alunos (uma) 01 diretoria, (uma) 01 cozinha com (um) 01 fogão e uma geladeira.

Tabela 01: Estrutura física da antiga escola Porto Cruzeirinho.

Compartimento	**Quantidade**	**Observação**
Salas de aula	08	Cada sala com 01 mesa do professor
Refeitório	01	Não possui mesas nem cadeiras
Banheiro para aluno	02	01 feminino com 01 vaso, 01 pias, 0 1 masculino com 01 vaso, 01 pias.
Diretoria	01	02 armários
Secretaria	01	02 mesas e 02 carteiras
Cozinha	01	01 fogão
Depósito	01	01 despensa
Sala dos professores	01	02 mesas, 08 cadeiras 01 armários e 01computador para uso exclusivo dos professores.

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Indígena Porto Cruzeirinho. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

Podemos notar no quadro da estrutura física da antiga escola (Tabela 01), que a mesma não possui nenhum material audiovisual para o uso do cinema que poderia ser utilizado dentro da sala de aula como ferramenta pedagógica na prática do professor, a estrutura física da escola não favorece o uso dos materiais dependentes como o cinema, pois para utilizarmos os materiais audiovisuais, necessariamente temos que ter um ambiente aquedado, pois com o uso do cinema podemos atuar com uma pedagogia diferenciada para beneficiar tanto a escola, a comunidade e as crianças indígenas.

Diante dos fatos, vejamos os pensamentos de (SOUZA, 2015, p. 182) em relação ao cinema dentro do ambiente escolar:

> Quando se fazem uso de filmes, conhecimentos adquiridos atuam significativamente nas etapas posteriores do processo de ensino aprendizagem, como base na formação do educando, ela articulação entre informação e conhecimento dos saberes construído, e por meio da experiência de vida e em relação com o cinema.

De acordo com Souza (2015), os conhecimentos adquiridos no processo de ensino e aprendizagem com o uso do cinema sempre visa a formação do educando, pois eles são atores principais diante todo o processo, os saberes construídos coletivamente em sala de aula sempre são em prol do protagonismo social dos alunos indígenas para que os mesmos possam trilhar novos caminhos que possam ajudar no crescimento de sua comunidade.

O uso do cinema é uma das mais valiosas práticas que podemos usar dentro do ambiente escolar, principalmente para mostrar a real beleza da cultura da comunidade que se encontra na escola, tudo pode ser transformado em material didático, o artesanato, a pesca, a caça e etc.

Tabela 02 Professores Da Escola Mun. Porto Cruzeirinho/Professor De'erecü.

Nº	**Situação**	**Formação**	**Cargo**
01	Efetivo	Especialização em história UFAM	Professor
02	Efetivo	Magistério	Professor
03	Efetivo	Licenciada em Letras / PARFOR	Professora
04	Efetivo	Licenciado em Geografia UEA	Professor
05	Efetivo	Licenciado em pedagogia/PARFOR	Professor
06	Efetivo	Licenciado em matemática/PARFOR	Professora
07	Efetivo	Licenciado em letras OGPTB, UEA.	Professor
08	Efetivo	Licenciado em letras OGPTB, UEA.	Professor
09	Contratado	Licenciada em Matemática UEA	Professor
10	Contratado	Licenciado em Letras UFAM/PARFOR	Professor

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Indígena Porto Cruzeirinho. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

Na tabela acima (Tabela 02), temos uma junção dos professores das Escolas, Porto Cruzeirinho e Professor De'erecü, e o recurso humano que atua dentro das duas escolas, onde podemos notar que a maioria dos professores tem Licenciaturas em sua formação acadêmica, mesmo assim são poucos os que atuam em sua formação inicial, sem levar em conta que os que possuem a Licenciatura em Pedagogia são raros.

Dentro do campo docente das escolas, temos uma grande presença dos professores que fizeram a formação continuada, e simplesmente podemos notar a importância dos programas de formação continuada para as escolas, principalmente para as escolas indígenas da comunidade de Bom Caminho.

Tabela 03 Quadro Administrativo da Escola

Formação	**Cargo**
Licenciado em Matemática UFAM	Gestor
Licenciado em Letras UFAM/PARFOR	Apoio Pedagógico
Ensino Médio Completo	Secretário

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Indígena Porto Cruzeirinho. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

Encontra–se no quadro administrativo da Escola Municipal Porto Cruzeirinho uma Gestão licenciada em Matemática pela UFAM, um Apoio Pedagógico, licenciado em Letras PAROR/UFAM, e Secretário com ensino médio completo, compondo assim o quadro administrativo da escola. E isso mostra a grande importância da nossa Universidade na formação de protagonistas sociais para a transformação da nossa comunidade indígena de Bom Caminho.

Dentro da universidade o preparo para a realidade das comunidades indígenas é abordado de forma que todos possam ter a reflexão dos conteúdos repassados em sala de aula, a forma como o conteúdo é trabalhado tem bastante influência no público para quem é dirigida. O quadro administrativo é formada por pessoas da própria comunidade na qual fazem parte da realidade educacional das crianças indígenas da escola.

3.4 Os recursos didáticos pedagógicos midiáticos e a educação escolar indígena

Figura 07. Recursos didáticos da Escola.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2017. (Arquivo do autor).

Durante o campo de pesquisa foi percebido que o diagnóstico feito aponta que os materiais necessários para o desenvolvimento do cinema na escola não estão presentes na sala de aula, alguns materiais estão disponíveis apenas na sala da coordenação, como já foi descrito anteriormente, esses materiais são: dois (02) notebooks.

Em 2014, a lei 13.006, ao alterar a LDB, determinou a obrigatoriedade às escolas exibirem filmes nacionais na educação básica, isso se torna um problema quando encontramos realidades nas escolas que não atendem as obrigações, mas não é culpa da escola em si, não ter esses materiais dentro de seu acervo. A realidade encontrada nos faz refletir sobre a formação que estamos de encarar, a Escola Municipal Porto Cruzeirinho é muito empenhada em suas obrigações, e com certeza não irão descansar enquanto não possuírem esses materiais didáticos tecnológicos em sua disposição. Souza (2015, p.184):

> A educação escolar não deve limitar-se ao modo tradicional educativo da linguagem escrita e falada. São necessários outros modos de expressão, aquisição e produção do conhecimento, como por exemplo, os conteúdos fílmicos, tendo em vista os objetivos do ensino fundamental, indicando que os educandos sejam capazes de utilizar diferentes linguagens e fontes de informação para construírem conhecimentos e posicionarem-se de maneira crítica, responsável a diferentes problemas da vida coletiva.

Conforme mostrado os problemas referente aos recursos didáticos e tecnológicos dentro da Escola Municipal Porto Cruzeirinho, a minoria dos professores se mostram com muita resistência para a execução do cinema na escola por falta desses

materiais, a maior parte dos professores mostram seu total interesse em tentar incorporar essa nova forma metodológica em relação a qualidade de ensino.

Souza (2015) mostra que a educação escolar não deve se limitar somente no modo tradicional de educação, ou seja, na linguagem escrita e falada como de costume. São necessários outros meios de expressão, e produção do conhecimento, como por exemplo, os conteúdos fílmicos de produção nacional como recomenda a LDB, tendo em vista os objetivos da inter-relação da vida cotidiana dos alunos.

Isso não diz que todos não estão buscando a melhoria de ensino na realidade da comunidade, alguns mostram interesse em participar do projeto Cinema na Escola, uma inciativa minha na busca de integração dos materiais midiáticos na escola indígena, de forma, que chame a atenção da comunidade externa, fazendo com que a mesma interaja com a escola em prol do desenvolvimento da educação local, que para muitos ainda precisa ser a prioridade.

É de grande importância a discussão sobre o cinema na escola, por sua gigantesca abrangência de conceitos que nos faz perceber o ensino com um olhar diferente, pois sua importância para sociedade é expressivamente positiva para pensarmos novas fundamentações que podem ser aplicadas dentro do âmbito escolar para melhoria do ensino, diante disto devemos expor ao público que segundo a LDB, em especifico o Art. 32, no qual diz:

> O ensino fundamental é obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:
> I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
> II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

De acordo, com essas declarações do Art. 32 da LDB, é importante destacarmos o segundo item que nos mostra a necessidade de alcançarmos o objetivo de fazer com que o aluno compreenda o sistema social, político e tecnológico para uma maior absorção sobre seu contexto educativo, aprimorando suas qualidades, fortalecendo seus conhecimentos e ensiná-lo de acordo com suas necessidades.

Mediante nossa sistemática compreensão social, as tecnologias integram-se aos níveis e modalidades da educação, para a formação de novas dimensões de trabalhos e trabalhadores que circulam diante desta nova forma de educação, o que vale destacar em nossos campos tecnológicos de ensinos são os materiais a serem utilizadas e, em que ambiente ele está sendo colocado.

O ensino fundamental é base que dá suporte para o indivíduo começar a caminhada nos níveis das modalidades de educação e ensino, e é nessa faixa da educação que são encontradas as necessidades do professor em adequar-se perante as tecnologias de mídias. Contudo, vale lembrar que:

> A aprendizagem pode se dar com o envolvimento integral do indivíduo, isto é, do emocional, do racional, do seu imaginário, do intuitivo, do sensorial em interação, a partir de desafios, da exploração de possibilidades, do assumir de responsabilidades, do criar e do refletir juntos. (KENSKI apud CAVALCANTE, 1996, p. 86)

Continuando na linha de pensamento dos autores, o ensino fundamental e as novas tecnologias são a parte que necessariamente devemos prestar bastante atenção no momento em que repassamos conhecimentos dirigidos aos educandos seria como um pedreiro começar a construir uma casa, primeiramente o mesmo teria que conhecer seus materiais, em seguida compreender o terreno, fazer o orçamento, para assim começar a construir.

Os materiais tecnológicos dependentes são importantes para a execução do cinema na escola. A escola está se preparando de forma autônoma para ter os materiais disponíveis como ferramenta na elaboração de novas metodologias para crianças.

Figura 08: Prédio da Unidade Básica de Saúde Indígena - UBSI Bom Caminho

Fonte: NETO, Horácio Souza Ramos, Novembro, 2018. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

Em 2017, a Escola Municipal Porto Cruzeirinho ficou sob responsabilidade da Prefeitura que se encarregou de fazer pequenas modificações para que a escola fosse transformada em um mini posto de saúde, então desde a sua inauguração a Unidade

Básica de Saúde Indígena - UBSI atende não só a comunidade local como outras comunidades vizinhas.

A infraestrutura da UBSI possui as seguintes dependências: 01 (uma) sala de farmácia, 01(uma) sala de consultório de enfermagem, 01(uma) sala de consultório médico com área, 01(uma) sala de triagem, 01(uma) sala de, 01(uma) sala procedimentos, 01(uma) sala de, 01(uma) sala de administração, 01(uma) sala de vacina, 01(uma) varanda, 01(uma) sala de consultório odontológico, 01(um) banheiro para funcionário, 01(um) banheiro, 02(dois) banheiros público cada sendo, 01(um) banheiro para masculino e 01(um) banheiro para feminino.

Para que o posto de saúde fosse construído encima da escola, obteve-se apoio entre a união da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, dirigentes da comunidade local, Cacique Edval Valejo Sales e Coordenadora da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho, Elizabeth Peres de Souza, uma das mais influentes pessoas da comunidade pelo seu poder feminista na comunidade, que também em conjunto às outras lideranças procuram melhoras nas condições da educação da comunidade indígena de Bom Caminho.

Novos rumos foram tomados na comunidade, a escola foi realocada em outro terreno onde se localizava o Estádio Professor Francerlino Emilio de Souza, onde diante de muita resistência por parte dos atletas que lutaram pela permanência do Estádio, foram surpreendidos pela decisão tomada pelas lideranças em barganhas ocultas. Em prol do desenvolvimento da educação na comunidade a escola foi construída, temos na imagem abaixo mostrando a escola inacabada, cerca de 70% da estrutura geral está completa, a educação na comunidade é muita valiosa, e assim se explica a preocupação das lideranças.

A comunidade possui duas (02) escolas no momento, Prof De’erecü é o anexo da escola Porto Cruzeirinho, Educação Infantil Pré I e Pré II, a sintonia entre as duas escolas é algo muito impressionante, estão sempre em total acordo na melhoria da educação dos alunos da comunidade, e isso se dá pela força e união dos profissionais da escola.

Figura 09: Construção da Nova Escola Municipal Porto Cruzeirinho

FONTE: NETO, Horácio Souza Ramos, Novembro, 2018. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

Acima mostra estrutura física da nova escola, a obra deu início no mês de julho de 2017, na administração do Prefeito David Nunes Bemerguy e Vice Doutor Sebastião. A estrutura de alvenaria tem 48 metros de comprimento e17 metros de largura, com 06(seis) salas de aula, 01(um) secretaria administrativa, 01(um) sala dos professores, 01(uma) sala de Diretoria, 01 (um) refeitório, 02 (dois) caixa d'água de mil litros cada, 01(uma) cisterna, 06 (seis) banheiro, 03 (três) para masculino e 03 (três) para feminino.

Figura 10: Prédio da nova escola Porto Cruzeirinho.

FONTE: SALVADOR, Fabio de Souza, Junior, 2019. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

Na atual administração Municipal em 2017, foi construída uma escola nova e inaugurada no dia 19 de abril de 2019, ganhando novas dependências: seis (06) salas de aula, uma (01) sala de coordenação, uma (01) sala dos professores, uma (01) sala de

secretaria, uma (01) sala de informática, uma (01) sala de refeitório, uma (01) cozinha, uma (01) sala de despensa, uma (01) depósito para merenda, dois (02) banheiro masculino, dois (02) banheiro feminino, um (01) banheiro para professores, oito (08) ar-condicionado, um (01) armário, um (01) notebook, uma (01) impressora, dez (10) mesa, cento e setenta e quatro (174) carteira, sessenta e nove (69) lâmpada, um (01) fogão de quatro boca, uma (01) pia, uma (01) freezer, trinta e cinco (35) pratos, três (03) panela, uma (01) caixa d'água de 1000 litros, uma (01) cisterna de cinco m^2.

A nova escola possui apenas um (01) notebook, material necessário para o início de projeção do cinema, com esse material tecnológico podemos ter mil utilidades, tendo início na seleção de filmes para serem exibidos em sala de aula, embora se diga que vivemos em uma sociedade do conhecimento, o acesso a esses materiais midiáticos fonte de conhecimento e de cultura, é muito difícil, isso mostra a crise permanente nas nossas escolas indígenas no sistema educacional do município.

Nesse sentido, o valor do conhecimento em nossa sociedade deveria revalorizar a importância dos processos de aprendizagem ou de aquisição do próprio conhecimento, já que podemos se constituir de boas e poderosas ferramentas para essas novas formas de fazer pedagogia.

3.5 O perfil do gestor da escola e o cinema na escola

O perfil da gestão é democrática participativa na relação com os professores, funcionários e com a comunidade, mostrando-se positivo e confiante no desenvolvimento dos trabalhos, atuando como mediador, compartilhando suas ideias sabendo ouvir, sendo aberto e flexível à contribuição de todos os profissionais da escola, fazendo com que os profissionais e a comunidade externa se sintam valorizados, reconhecida e motivada para que a escola atinja um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, mesmo sabendo que a dificuldades são enormes, não há nada impossível quando temos a força do povo, e a mão de Deus em ação.

A caracterização da gestão educacional é dialógica, onde ouvir e coordenar estão próximos, com boa expressão, mantém sempre as meta e suas características essenciais como perfil de gestor. Contudo essas características são aperfeiçoadas pelo gestor durante sua caminhada profissional, de acordo com suas vivencias, bem como o planejamento, a estrutura organizacional, o trabalho em conjunto, as decisões que são tomadas e tantas outras a serem realizadas.

A função do gestor é ter responsabilidades de liderar, reunir esforços, motivar sua equipe para que todos encontrem no ambiente de trabalho a motivação necessária para a prática cotidiana, conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre outras situações.

No exercício dessas contribuições foi importante estar em formação continuada, ou seja, estudar constantemente na busca do aprimoramento e amadurecimento, criando dessa maneira uma bagagem de experiências enriquecida e que favoreça o desenvolvimento profissional.

Durante a observação do cotidiano escolar e em reuniões com os professores, foi possível notar que o gestor da Escola Municipal Porto Cruzeirinho mantém um relacionamento muito amigável e profissional com a maioria dos professores dessa instituição, colabora com os professores na produção de projetos, aceita as opiniões dos professores, ajuda na interação da escola juntamente com a comunidade, desenvolve a gestão de maneira democrática. E esta direção se resume em apenas duas palavras: Democracia e Participação, onde todos têm liberdade de expressão, poder da autonomia em suas escolhas, voz e vez.

O gestor da escola é licenciado em Matemática, pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, assumiu a função em janeiro de 2017. O mesmo afirma que a prefeitura municipal tem total apoio com as demandas da escola, onde relata que a família é a peça principal junto à escola na busca de melhorias na educação. Reforça que a participação dos pais é fundamental no desenvolvimento dos filhos em seu caminho educacional.

De acordo com suas atribuições, a escola não possui materiais de caráter midiático para o desenvolvimento de novas práticas metodológicas que possam contribuir para o enriquecimento e fortalecimento de conhecimentos que podem se benéficos para o sujeito mediante a sua realidade.

A gestão escolar trata-se de uma equipe, um grupo de pessoas que trabalha racionalmente no coletivamente, respeitando a realidade de cada sujeito que está inserido no contexto organizacional da escola a fim de alcançar os objetivos, buscando resultados positivos. Sendo que a gestão democrática abrange todo o campo escolar, é importante elevar a participação da população da comunidade, assim como a gestão participativa é importante, e todos os funcionários tem a obrigação de participar das atividades proposta pela gestão.

Portanto, é importante que a escola reconheça a democracia, contemplando como exigência no seu projeto político pedagógico, na constituição federal, assim como

na lei que está dentro das instituições de ensino a fim de gerar a integração, cooperação e participação. Conforme Lück (2004, p.21) destaca que, “não é a ferramenta que é importante, na organização humana, mas a energia que a move, e a inteligência que a orienta”.

De acordo com Lück (2004), a proposta precisa ser construída e reconstruída pelas próprias pessoas envolvidas com a escola, juntamente com a comunidade em geral, para assim propor sua ideologia etnológica, fazendo de forma transversal às questões de conservação da cultura local, respeitando a importância e a capacidade orientadora da pessoa na figura do gestor.

Para Sander (*apud* LEITE 2009, p.127) “A definição de gestão da educação aproxima–se, assim dos conceitos de governo, governação ou governança, termos extensamente utilizados na educação”. Continuando com o pensamento do autor, é importante destacar que:

> No âmbito dessa definição compreensiva, desenvolvem-se as chamadas funções pedagógicas especificas nas instituições de ensino, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e em outros estatutos legais, como planejamento, e administração escolar, supervisão escolar, coordenação pedagógicas no cotidiano da escola está em função da relevância política e cultural da gestão, que abarca a totalidade das relações que ocorrem no interior das instituições de ensino e entre estas a sociedade. (LEITE 2009, p.130)

Este trabalho faz uma análise sobre a importância do papel do gestor educacional dentro da instituição e como isso é importante para o trabalho produtivo da equipe e para um bom clima organizacional, o Gestor Educacional deve liderar uma gestão participativa e democrática na relação com os professores, funcionários e com a comunidade.

Mostrando-se positivo e confiante no desenvolvimento dos trabalhos, atuando como mediador, compartilhando suas ideias sabendo ouvir, sendo aberto e flexível à contribuição de todos para que os profissionais da escola e a comunidade se sintam valorizados, reconhecidos e motivados para que a escola atinja um processo de ensino e aprendizagem com sucesso. Nesse sentido a gestão escolar e composta por todos os funcionários que atuam na escola, como o gestor, coordenador pedagógico, professores, alunos, familiares e a comunidade local, onde todos esses sujeitos fazem a parte de um contexto da gestão escolar democrática.

O Gestor deve fiscalizar aplicar as regras escolares com sabedoria procurar penalizar os que infringirem as regras, sempre em sua formalidade profissional, mas sem abuso do poder e principalmente assumir com responsabilidade o cargo que lhe foi

posto. A pessoa com essa função deve ser inovadora, criativa, atualizada com as mudanças da sociedade e ser muito responsável.

É partindo desse pressuposto de relação aos que fazem parte da gestão que podemos destacar os desafios e perspectivas a serem enfrentados na escola, sempre com a visão para o coletivo. Entretanto, na gestão escolar, a função do gestor da escola, seu trabalho se mostrou bastante empenhado na formação de agente que possam modificar de forma exemplar a realidade na comunidade.

Notou-se que o coordenador não só assume somente a sua função de gestor e sim como uma pessoa que está sempre apoiando os seus funcionários nos momentos que eles precisam tantos a comunidade escolar como a comunidade em geral. Portanto a função de um gestor ou uma gestora é lidar com a comunidade escolar de forma inovadora, sempre visando o progresso no ensino e aprendizagem dos seus educando, procurando meios de facilitar com que os alunos e professores, pais entre outros vivenciem no âmbito escolar adequado em que todos participem da gestão escolar.

3.6 A organização do trabalho na escola

O planejamento da gestão, é uma das peças mais importante na construção de propostas para a melhoria da comunidade escolar, é nesses planejamentos que são discutidas as propostas pedagógicas, os projetos a serem desenvolvidas, as reuniões a serem marcadas e dentre outros. Para isso a gestão juntamente com sua equipe pedagógica se planeja para determinar o que fazer com as dificuldades encontradas no ambiente escolar envolvendo todo corpo docente e comunidade em geral.

Durante a pesquisa de campo pude observar na questão do planejamento da gestão com sua equipe gestionária, o sério embate de opiniões desnecessárias em relação aos fazeres pedagógicos, entre os professores efetivos e contratados, no final da reunião fica um ambiente de conflito sem solução, pois além de recursos didáticos limitados, a distribuição dos professores como já foi dito se torna um desafio para a gestão.

A gestão não só faz o seu planejamento como também cobra de todos os seus funcionários, mas envolve a comunidade em geral, para tratar e debater a educação de cada discente que se encontra dentro do contexto escolar da comunidade. Entretanto o planejamento é muito importante na vida de cada indivíduo para que se alcancem os objetivos, tanto como para os profissionais da educação como para o aluno, que de certa forma também pode aproveitar desse planejamento em sala de aula.

3.7 A comunidade escolar e local: Forma de participação

O fazer pedagógico da Gestão Educacional da escola se dá através de interações entre os agentes educacionais com a comunidade escolar e a comunidade local. O papel de cada um é de suma importância para fazer diferença na vida dos educandos.

Dessa forma os professores interagem através de trocas de opiniões e ideias para discutir da melhor forma democrática possível para os trabalhos e atividades que serão repassados para os alunos em prol do desenvolvimento dos protagonistas sociais e assim tornar esses trabalhos e atividades mais produtivos e proveitosos. Alguns professores que já tem anos de experiências fazem as trocas de ideias com os educadores considerados "novatos" na elaboração de planos de aula, tanto semanal, mensal e diário.

A minoria dos pais que frequentam a escola também contribui com opiniões junto aos educadores, e os educadores por sua vez valorizam as ideias dadas pelos pais dos alunos, pois uma das grandes oportunidades em localizar algumas dificuldades em relação ao aprendizado do aluno, é ouvir os pais, eles podem mostrar de forma detalhada a especificidade positivas e negativas do seu filho.

A presença da família para o desenvolvimento educacional da criança é de suma importância. A ausência da família é algo que assusta toda a comunidade escolar. Afirma-se isso, porque ao início do ano letivo, os pais levam os filhos para a escola e depois desaparecerem. Pensando que o corpo docente da escola tem o dever de educar seus filhos de qualquer forma, por esse motivo os pais não procuram despertar nos filhos interesse de estudar.

A ausência dos pais na vida escolar dos filhos tem sido a principal dificuldade detectada na instituição observada, durante minha observação prática na escola. Porém a escola precisa de um acompanhamento profissional psicopedagógico, tendo em vista as influências até mesmo pressões que os alunos sofrem fora do âmbito escolar, muitas vezes na própria família por serem pessoas que passam necessidades financeiras, principalmente os amigos, irmãos tornando vulneráveis as drogas e prostituição infantil. Fato como esses já estão sendo ocorridas na comunidade.

Esse medo recente é combatido com algumas palestras feita pela parte dos agentes de saúde e alguns enfermeiros da Sesai – Secretaria de Saúde Indígena, junto aos funcionários da Funai – Fundação Nacional do Índio, mas na prática os problemas

permanecem como forma de resistência alternativa, isso de fato deve acabar, mas nossas lideranças não estão preparadas para atuar com firmeza dentro desse assunto.

Já foram acionados a Policia Militar, Serviço de Proteção Indígena e até mesmo a própria Policia Federal, e o resultado de tudo isso foi (0) zero. O intuito da elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso surgiu a partir das observações no campo de pesquisa, na tentativa de possibilitar relatos de experiências, como forma de entender profundamente o futuro campo de atuação profissional, além de possibilitar no educando a sua inserção no mercado de trabalho, bem como de desenvolver suas relações interpessoais visando o enriquecimento profissional.

Piconez (1991, p.29) "na relação dialógica, troca de opiniões, experiências contribui para a elaboração conhecimento. A teoria, com efeito, surge a partir da prática, é elaborada em função da prática, e sua verdade é verificada pela própria prática". A forma dialógica na prática do educador é fundamental, pois com ela se abre um leque informações, e isso não estava na prática do professor dentro da sala de aula durante as observações, sendo que sua prática é algo já automatizado dentro da escola. Assim, como formadores de pequenos robôs sendo preparados para levantar e sentar nas cadeiras da escola.

Para com isso, os aspectos culturais quase não são trabalhados nas escolas indígenas. É comum as escolas seguirem mais os padrões dos livros didáticos e as propostas pedagógicas hegemônicas repassadas do que trabalhar seus conteúdos culturais. Duarte (2004. P. 02) "os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação do povo, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade".

A ideia de trabalhar com o cinema nas escolas indígenas através de filmes relacionados à realidade local possibilita o enriquecimento tradicional de conhecimento do povo Ticuna onde, podemos refletir sobre a vida social de cada um, isso pode ser uma oportunidade de resgatar a cultura local, como forma de resistência cultural, para que os alunos não percam a grandeza e os valores de sua cultura em suas comunidades indígenas, garantindo o respeito pela sua integridade.

Uma das formas de sensibilização para a comunidade é apresentar os valores que podemos encontrar dentro do fazer cultural da própria comunidade, com apresentação de vídeo e documentários que retratam o redescobrimento da cultura local, onde as riquezas da comunidade podem se vistas como fator importantíssimo na educação das crianças e dos jovens, como na economia local.

A prática pedagógica do professor deve ser mais flexível diante da riqueza encontrada na própria comunidade como ferramenta no fazer pedagógico da própria escola, aproveitar o bem natural é transmitir cultura através de mídias, e com isso construir conhecimento e passar de geração após geração. Diante disso, conhecer as riquezas de um povo é manter sua existência cultural, o “el dourado” de cada etnia é sua identidade, sua forma de expressão, mostrando sua real fortaleza para o mundo.

Produzir itens didáticos com os materiais produzidos dentro da comunidade, além de ser uma forma bastante eficiente e moderna, é uma grande ferramenta de construir novas formas de pensar a educação para as comunidade e escolas indígenas. Assim podemos usar todas as disciplinas valorizando todo o conhecimento humano encontrado dentro da comunidade.

3.8 As práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas e sua relação com o audiovisual.

Figura 11: Prática Pedagógica do Professor

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2017. (Arquivo do autor).

Na Figura nº 11, podemos perceber que o material utilizado pelo professor na sua prática de ensino é o quadro branco, registrando os conteúdos a serem copiados pelos alunos. Não observamos na prática pedagógica do educador, atividades com o uso das tecnologias, para incluir o cinema, no fazer da educação para ensinar e aprender. A prática se inscreve na tendência pedagógica tradicional.

As práticas pedagógicas do professor na educação escolar indígena estão distantes de uma educação com o uso dos recursos audiovisuais, devido a falta de materiais de caráter tecnológico, que possam fazer parte do conjunto que integram o

cinema, necessário para a exibição de filmes e documentários. A maioria dos professores não possui relação alguma com os materiais que compõem o cinema, e isso acaba dificultando a inclusão dos referentes materiais no ambiente escolar indígena, sem levar em consideração a estrutura do ambiente da escola. Diante dos fatos, vejamos o que diz SOUZA (2015, p. 175):

> Em sala de aula, em todas as escolas, foi que os educadores usam massivamente o quadro branco, as aulas expositivas centradas na autoridade do educador, e não fazem uso de livro didático, do repasse oral dos conteúdos para os educandos registrarem no caderno.

A utilização do quadro branco pelo professor, nos leva a refletir a falta de infraestrutura na escola, recursos didáticos para o uso de audiovisual provavelmente, muitas escolas indígenas não são beneficiadas com materiais didáticos midiáticos como se apresenta na escola rede municipal pesquisada.

Os recursos audiovisuais têm como ponto chave a exibição vídeos/filmes e imagens atrativas dando oportunidade tanto ao educador e ao educando ua aula inovadora em sua prática pedagógica que possibilite contribuir ampliar o conhecimento do aluno, e para que o mesmo possa se autodescobrir diante da realidade da comunidade em sua relação com o local/global/local.

Nesse sentido, concordamos com Miron e Porto (apud CAVARLHO e CARVALHO, 2012, p.49) para quem "gerenciar tecnologias, tanto da informação quanto da comunicação, e pressupõe [ainda] ajudar a perceber onde está o essencial, estabelecendo processos de comunicação cada vez mais ricos e mais participativos".

De acordo com os autores acima citados, os conhecimentos adquiridos por meio do uso das novas tecnologias levam muitos alunos a se tornar muito mais participativos dentro do ambiente escolar, a maioria dos casos levam os alunos a questionar seus professores a buscar respostas mais atualizadas para sanar a sua curiosidade sobre determinados conteúdo. Para Orozco (apud ARANHA, 2003, p.70) "a televisão e o cinema não são apenas uma máquina que tenha se desenvolvido de maneira vertical e cumulativa, mas um processo tecnológico híbrido dependente de fatores mercantis, científicos [...]".

De acordo com Aranha (2003), quando aproveitamos os recursos tecnológicos audiovisuais como é o caso do cinema e da televisão onde os mesmos possuem muita semelhança, podemos fazer com que as pessoas possam ver o mundo com outro olhar, e esse tipo de leitura, está inserida dentro das casas, da escola, entre jovens e adultos. O

que podemos notar frequentemente é que, os materiais tecnológicos são utilizados de forma mercantil, sempre visando o capital das grandes empresas.

A oportunidade que os professores têm e devem aproveitar para unir essas tecnologias midiáticas, são os conhecimentos que os alunos já carregam para dentro do ambiente escolar, e isso é um fator muito importante para desenvolver e questionar os alunos sobre temas da atualidade e fazendo as devidas relações com a realidade social dos sujeitos da aprendizagem, e assim ser um espectador mais crítico quanto ao que as sociedades produzem.

Para a utilização dos recursos de mídias como o cinema na escola devemos estar preparados para encarar as adversidades que podemos encontrar a inspiração na hora de selecionar os materiais a serem exibidos é um dos pontos principais para uma boa prática pedagógica, diante disso (SOUZA, 2015, p. 174):

> A motivação dos educadores evidencia o potencial da articulação de filmes e documentários, para colocar em prática no aprendizado das novas gerações e aos novos modos de interferir e interagir com a realidade, articulando o local ao global, o global ao local, o individual e o coletivo, o público e o privado nas interações sociais.

De acordo com Souza (2015) essas situações criadas pelo professor propiciam às crianças indígenas a participação ativa e a aprendizagem significativa, levando-o a uma investigação e a uma problematização para a produção e desenvolvimento de conhecimento em relação ao uso do cinema como ferramenta pedagógica do professor.

Ora, a escola ao negar a oportunidade de aprendizagens inovadoras por meio do cinema, pela falta de infraestrutura e recursos tecnológicos e audiovisuais, não permite ao educador inovar em sua prática educativa para que "possa trazer para o âmbito da escola o uso de filmes e documentários, e inseri-los no espaço da sala de aula, por meio de dinâmicas que incorporem atividades reflexiva crítica de entendimento aos filmes relacionados aos temas" de interesse da comunidade escolar indígena". (SOUZA, 2015, p. 182)

Durante minha trajetória no campo da pesquisa, notou-se que os professores da Escola Municipal Porto Cruzeirinho não possuem nenhum material didático tecnológico que são necessários para a exibição de filmes e documentários, os recursos que são disponibilizados para esses profissionais são livros no qual a realidade não tem nenhuma relação com a comunidade local.

> Diferentemente dos livros didáticos e dos textos, que abordam questões dissociadas de sua realidade, ou seja, filmes tematizam o que os educandos

> necessitam aprender para serem cidadãos críticos. Mas em relação ao cinema a escola parece virar as costas para essa cultura, que cultiva o afetivo, gera inquietude, faz vibrar o corpo e a mente dos educandos (GADOTTI apud SOUZA, 2015, P. 274).

Conforme os autores citados, o cinema na escola vai além de apenas recursos tecnológicos cujo interesse é levar o conhecimento para um número maior do que o habitual de pessoas, mas levar o conhecimento de forma que os alunos possam se integrar junto à sociedade, buscar encontrar seu lugar, e sua importância no meio social da comunidade.

O cinema ajuda as pessoas a serem mais críticas, sempre buscando de formas diferentes resolverem inquietações pertinentes, o poder do cinema ajuda as pessoas a serem a se auto descobrirem, é fundamental que o cinema na escola seja compreendido para possa utilizada, de forma integrada, na prática pedagógica do professor e no desenvolvimento do currículo.

Não deve ser, por tanto, apenas apêndice do processo educacional. Para isso, e necessário que o professor aprenda não apenas ao operacionalizar os recursos tecnológicos disponíveis nas escolas, mas também a conhecer as qualidades pedagógicas envolvidas nas diferentes tecnologias e os modos de empregá-las ao desenvolvimento do currículo.

A maioria dos professores está apto para utilizar os materiais da tecnologia dependente que compõem o cinema, mas a resistência de muitos professores faz com que esses materiais sejam vistos como apenas um problema que as sociedades impõem.

Precisamos de profissionais que atenda a demanda para o uso desses materiais dentro do ambiente escolar, isso volta a repetir o que foi dito anteriormente, essas condições em relação aos recursos humanos da escola sem força de vontade em querer melhorar o processo de ensino das crianças indígenas da comunidade. Muitos desses profissionais veem o cinema na escola como forma de perda de tempo e dinheiro.

No entanto, a escola se vê dentro da tendência tradicionalista na forma de ensinar seus alunos, alguns possuem a mentalidade de que os conteúdos não mudam, e que pode ensinar da mesma forma como foi ensinado, e constatam que é a melhor forma para se controlar uma turma de alunos. Como esse pensamento retrogrado esses profissionais estão se limitando as mudanças da sociedade.

Planejar as práticas do professor na educação de crianças indígenas é uma ação que se trata do desenvolvimento de uma atividade organizada a ser aplicada no campo de pesquisa a partir dos diagnósticos feitos durante a coleta de dados, a coleta de dados realizada sob a orientação do/a professor/a, no campo da pesquisa, tem objetivo a

relação teoria e prática pedagógica em formação dos protagonistas sociais, bem como contribuir satisfatoriamente com a instituição concedente, no campo da educação.

O trabalho monográfico se justifica no diagnóstico verificado na escola durante a coleta de dados, porque é importante o papel do professor nas práticas pedagógicas das crianças indígenas e sua relação com o audiovisual. A realidade da instituição busca compreender o trabalho do professor em meio os desafios e perspectivas do ambiente escolar com os meios tecnológicos que auxiliam no desenvolvimento de novas metodologias.

A experiência de mostrar como o professor pode utilizar os recursos tecnológicos dentro da sala de aula, principalmente quando se trata da educação de crianças indígenas, foi um dos grandes desafios já enfrentado, a maioria dos docentes não se preocupa com seus educandos na questão do ensino-aprendizagem com as novas tecnologias e no seu desenvolvimento de seguir em diante no processo do conhecimento, e isso também é um desafio de toda comunidade escolar.

Figura 12. Projeto cinema na escola como ferramenta didática no fazer pedagógico do professor.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2015. (Arquivo do autor).

Na figura 12 temos a apresentação do projeto de pesquisa intitulado cinema na escola como ferramenta didática no fazer pedagógico do professor na escola municipal Porto Cruzeirinho, foi realizada a partir de uma intervenção pedagógica, que foi composta de vários funcionários da própria escola, como também a presença do professor orientador Josenildo Santos de Souza. Diante das atribuições com relação ao tema, a apresentação foi realizada em uma sala de aula da escola onde a metade é feita de madeira e a outra em alvenaria.

A estrutura física da sala não possuía espaço adequado para a utilização dos materiais midiáticos para que a apresentação tomasse o caminho planejado, o quadro branco serviu de tela para a projeção de imagem do data show, o reflexo do projetor atrapalhou bastante na visualização dos slides da apresentação, mas isso não atrapalhou a apresentação.

Dentro da apresentação dos materiais tecnológicos, foi de muita relevância mostrar para os professores a sua importância dentro do processo de ensino e aprendizagem com uso dos materiais midiáticos dentro do ambiente educacional como mediador fazendo as pontes necessárias para expandir o conhecimento, a instrução passada para os professores sobre o uso do cinema em sala de aula fez com que os mesmos se interessassem na inclusão do cinema na escola.

O uso do cinema como cultura dentro da escola indígena ainda é um grande desafio, mas com acompanhamentos constantes de profissionais que entendam da área dos conhecimentos tecnológicos podemos chegar ao ponto de fazer com que essa cultura de mídia possa ser integrada dentro dos ambientes da escola.

Argumentar sobre os estudos da cultura cinematográfica é esclarecer brevemente um amplo contexto, mas de forma resumida a apresentação dos recursos midiáticos foi mostrada para os professores na apresentação do projeto cinema na escola. O conhecimento da comunidade em relação ao uso do cinema deixa claro que o interesse dos professores em utilizar os materiais que compõem o cinema é grande, e não deixa a desejar, aproveitando o poder de massa do cinema muitos conteúdos poderão ter oportunidades para serem reaproveitados.

Após a exibição dos slides sobre o cinema como ferramenta no fazer pedagógico do professor, passei a palavra para nossa palestrante convidada, a Coordenadora Pedagógica Francislane Emilio de Souza, a mesma se mostrou confiante dentro dos aspectos teóricos colocados na apresentação, seu pensamento em relação ao tema proposto foi muito importante, a mesma também pôs com grande relevância a importância de discutir a inclusão do cinema na escola, mas com o apoio dos pais dos alunos dentro das reuniões da comunidade e da escola.

Conforme ela destacou que, a presença do Gestor e Coordenador Pedagógico é indispensável dentro do ambiente escolar visando à melhoria do ensino para nossos alunos indígenas, para que os mesmos possam conhecer o mundo além dos olhos da comunidade.

As práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas e sua relação com o audiovisual é algo esplendoroso, cuja importância da inclusão dos

materiais que fazem parte do cinema pode ser bastante decisiva no desenvolvimento dos protagonistas sociais da própria comunidade.

Nossas crianças indígenas são o futuro da comunidade, são elas que vão escrever as novas linhas da história da comunidade. Então, elas precisam ter uma experiência que mostre como ela pode levar o que aprende na escola e fazer a inter-relação com a vida social, porque tudo que se aprende na escola, deve ser levada para vida inteira.

A palestrante convidada pediu que a comunidade de forma geral fosse convidada para as reuniões da escola para tratar de interesses a qualidade de ensino dos alunos, sua colocação mostra a preocupação na melhoria do ensino e aprendizado das nossas crianças. É extremamente importante a presenças dos pais de família nas reuniões da escola, pois eles podem exigir que a escola também pudesse inserir o cinema como ferramenta no fazer pedagógico do professor. Para Souza (2015, p.208):

> Isso significa que os mesmos consideram relevante o uso de filmes e documentários para firmar relações concretas com a realidade educativa na formação dos educandos para temas de desenvolvimento sustentável. Demonstram que o uso de filmes melhora o conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável, permitindo aos educandos conhecerem outras realidades propiciando debates em sala de aula.

De acordo com Souza (2015) os desafios e perspectivas dos professores em relação às novas tecnologias na escola Porto Cruzeirinho foram colocadas de forma que todos pudessem entender que a vida de quem dirige uma instituição social como a escola não é fácil, principalmente quando se trata do ensino de qualidade e libertador para as crianças indígenas.

Após 04 (quatro) horas de apresentação sobre o cinema no ambiente escolar foi realizada uma pequena confraternização junto aos participantes, incluindo muitos alunos que tiveram curiosidades em conhecer o mundo encantador dos instrumentos midiáticos. Relacionar o cinema na vida cotidiana das pessoas é uma forma de resistir e perpetuar a cultura, é resistir no tempo, é conhecer novos mundos, é ver o mundo com outros olhares.

3.9 Roda de Conversa Cinema e Educação na Escola Indígena

Figura 13. Palestrante convidada, Francislane Emilio de Souza.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2015. (Arquivo do autor).

Na figura 13, temos a roda de conversa com os professores da escola municipal Porto Cruzeirinho, esse diálogo foi uma das atividades propostas no plano de intervenção, a participação dos professores foi muito importante para que os mesmos pudessem apresentar suas ideias, comentar os desafios para integração dos recursos tecnológicos, suas perspectivas diante dos materiais midiáticos como ferramenta metodológica no fazer pedagógico.

Para despertar o interesse dos educadores quanto ao cinema na escola, organizamos uma roda de conversa com os professores, que se transformou em momentos de reflexão do fazer pedagógico, como principal ponto dessas reflexões, momento em que teoria e prática se fundem na busca de superação das dificuldades no ensino.

O objetivo da roda de conversa é apresentar a importância do cinema dentro ambiente escolar para o ensino e aprendizagem de crianças indígenas, as particularidades dentro da comunidade escolar como vivência, trajetória histórica da própria escola e de seus fundadores se tornam uma grande oportunidade em apresentar para os pequenos protagonistas sociais da comunidade indígena de Bom Caminho.

Momentos como a roda de conversa podem ser vistas como uma forma de conhecer quem são os personagens da educação escolar indígena, e como esses personagens veem a inclusão do cinema como uma nova pedagogia a ser utilizada.

Os professores participantes da roda de conversa, emitiram a compreensão quanto "*a importância da inclusão dos recursos tecnológicos dentro da escola*", discutiram quanto ao "*poder das mídias e sua influência na comunidade e na vida dos alunos*", mas que faltavam os "*recursos necessários e o aprendizado para o uso*". A fala dos professores mostra o grande interesse em aprender com as tecnologias midiáticas dentro do ambiente escolar indígena. E nesse caso é oportuno trazer o que escreve Souza (2015, p. 182):

> Sabemos que sem uma prática educativa inovadora, que possa trazer para o âmbito da escola o uso de filmes e documentários, e inseri-los no espaço da sala de aula, por meio de dinâmicas que incorporem atividades reflexiva crítica de entendimento aos filmes relacionados aos temas transversais de desenvolvimento sustentável, pouco discutido entre educadores, educandos e a comunidade, não haverá mudanças significativas nas dimensões da educação para o desenvolvimento sustentável, motivo pelo qual deve ser pensado no projeto político-pedagógico da escola, por todos os envolvidos.

De acordo com Souza (2015) os temas transversais podem nos auxiliar a conhecer melhor os materiais tecnológicos e sua importância para o meio social, mas o que temos que focar é no ensino das crianças e do professor como mediador fazendo as pontes necessárias para ligar o conteúdo com os alunos. A coordenação da instituição escolar tem o dever de promover o pedido de transformação do planejamento e trabalhar de maneira mais dinâmica para o incentivo do aluno e de todos os professores.

Os professores também podem se manifestar colocando sua opinião em relação às mudanças que podem feitas dentro do fazer pedagógico da escola, se manifestando eles estão participando de forma direta na tomada de decisões importante que podem traçar novos caminhos da escola, mas a mudança é de suma importância para a educação dos agentes sociais da comunidade.

O acompanhamento da Política de Educação, Secretária de Educação com apoio pedagógico, são os podem ajudar no desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças da comunidade, sempre ouvimos muita cobrança da Secretaria da Educação, mas a mesma não faz sua parte em colaborar com os professores onde eles tiraram do bolso para investir nos materiais que utilizam na escola.

Portanto, se nós nos mostrarmos empenhados em fazer da educação uma arma para quebrar os monopólios que a sociedade capitalista, individualista e separatista nos põem, então faça de nossos protagonistas sociais, um marco para o ponta inicial do descobrir e conhecer, refletir e buscar a soluções necessárias e cabíveis.

O cinema na escola pode ser visto como coração das instituições que mostra a realidade vivida de um povo, apresenta maneiras para se manter viva toda uma identidade, sendo que a vida são os alunos que entram e saem da escola como os olhos brilhando na espera de um futuro utópico ainda em construção.

3.10 Projeto Político Pedagógico da escola e os desafios do cinema na educação

Quando falamos de projetos em educação nos leva a crer e pensar no que queremos a curto, médio e longo prazo. Geralmente em longo prazo queremos formar protagonistas sociais dentro de uma determinada sociedade com capacidades éticas, estéticas, linguísticas, motoras, de interação. Isso não é simples porque depende muito da realidade onde estamos inseridos, o que ofereceremos a curto e médio prazo tem uma grande influência na elaboração desses projetos educacionais.

A referente escola possui um grande desafio pela frente, no qual é da continuidade a seu Projeto Político Pedagógico, que ainda está em construção. Todas as formas de manifestação cultural da comunidade e seus valores ainda são aproveitadas aleatoriamente pela então escola, de certa forma muitos fatores acarretam esse atraso na continuação do PPP, agravantes como falta de recursos humanos especializados na questão da elaboração, e falta de orientação pela parte da Secretaria de Educação do Município. É de muita importância trazer (SOUZA, 2015, p. 131):

> O Projeto Político-Pedagógico é o instrumento por meio do qual a instituição educativa realiza diagnóstico, identifica problemas e analisa e define prioridades, em busca de solucionar ou resolver situações encontradas e merecedoras de resolução. O projeto influencia e é influenciado pela comunidade, posto que busca dar sentido e clarificar o plano de gestão, a ação pedagógica e as demandas do ambiente escolar e da comunidade.

De acordo com Souza (2015) as condições socioeconômicas, sócio emocional e sócio cultural na qual a escola está submetida, elaborar esse projeto educativo escolar, precisa de revisão e ajustes constantes, por isso a grande necessidade de orientação. Um projeto educativo com essa dimensão é permanente, pois ele poderá dá um norte para a instituição escolar. Não existe um produto final, pronto e acabado. Um Projeto Político Pedagógico exige uma reflexão constante e permanente. Diante disso, Lück (2004, p. 26), destaca o Projeto Político Pedagógico como a ambição da escola.

> O Projeto Político Pedagógico (PPP) define a ambição da escola. É, ao mesmo tempo, processo e produto, porque, com base no ponto de partida, sinaliza o caminho a ser percorrido e aonde se chegará, em uma jornada

> diferente da escola. Esse planejamento tem a intencionalidade de orientar o funcionamento e a organização da escola para conquistar a Educação almejada de acordo com o contexto no qual está inserida, expresso no item "Caracterização da comunidade".

De acordo com Lück (2004), o PPP nada mais é do que o coração da escola, onde estão suas ambições a serem alcançadas para o benefício da escola, comunidade e pessoas que estão dentro do planejamento de sua elaboração. A intenção geral do Projeto Político Pedagógico é de orientar o funcionamento e a organização da escola para conquistar a Educação almejada de acordo com o contexto no qual está inserida, expresso no item particularidades da comunidade, como mostra a autora.

Quando a escola elabora o Projeto Político Pedagógico (PPP), ela acaba de afirmar sua identidade e revela sua organização dentro da sociedade, suas metas e seus planos a toda a comunidade, o que possibilita grandes avanços e construção de métodos para se relacionar e articular com o entorno.

> Importância da elaboração participativa do PPP, de maneira que todos atribuam sentido ao documento e, com isso, rompa-se a experiência de tarefa burocrática cumprida e entregue à Secretaria de Educação, algo comum em sua produção. Na ação coletiva devem envolver-se gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos, pais e familiares e representantes da comunidade vinculada ao processo educativo da escola. Lück (2004, p. 46)

Para notar a importância do PPP dentro da escola também ajuda na organização do trabalho pedagógico da escola, ao apontar não apenas o que fazer, mas como fazer para que cada um e todos os alunos avancem em suas aprendizagens, contribuindo para a vida social da instituição, superando conflitos e agregando valores humanos a todas as relações. (SOUZA, 2015, p. 176):

> De igual modo, provavelmente a falta de um projeto político-pedagógico que defina metodologia, referencial epistemológico, filosófico, sociológico e antropológico deve ser levada em conta nos processos de avaliar métodos usados pelos educadores, os quais devem ser investigados para buscar da relação causa e efeito, mas sem deixar de considerar o modelo tradicional de ensino enfadonho ao educando, que não muda a realidade do educando.

Conforme Souza (2015) dentro da elaboração do Projeto Político Pedagógico a participação ativa da comunidade externa é de suma importância, pois com ela a escola pode definir qual a melhor de ensinar os alunos da determinada comunidade, pode-se também definir que tipo de protagonista social a escola está preparando para a comunidade. Contudo, Gadotti apud Lück (2004, p.20), destaca quem são os

personagens que podem participar da construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola:

- Os alunos: crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos principais do processo educativo da escola.
- Os professores: profissionais da Educação, imprescindíveis e responsáveis pelo ensino e pela aprendizagem dos alunos.
- A equipe gestora: profissionais que regem toda essa orquestra, "empoderados" para gerir, orientar, conduzir, moderar e mobilizar todos os envolvidos com o intuito de entrelaçar os caminhos de cada um e de todos, em um alinhavo potencializador.
- Outros funcionários: profissionais dedicados ao bem-estar de toda a comunidade escolar, muitas vezes esquecidos no que se refere ao ensino e aprendizagem, mas potenciais parceiros no processo educativo da escola.
- Os pais ou responsáveis: pessoas que confiam os filhos à escola para compartilhar sua Educação, sujeitos ocultos ou não, mas parceiros na educação das crianças, adolescentes e jovens.
- A comunidade externa: a comunidade do entorno da escola, pessoas e entidades que podem estar envolvidas direta ou indiretamente o processo educativo da instituição.

A colaboração da comunidade na construção e elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola também pode definir os conteúdos que serão repassados dentro da sala de aula, onde os mínimos detalhes podem ser cruciais para a formação dos alunos, dentro dos conteúdos a escolha dos materiais utilizados para a produção metodológica do professor também tem seu peso no desenvolvimento do ensino aprendizagem no ambiente escolar. De acordo com, Lück (2004, p. 13).

> A qualidade da Educação será alcançada na medida em que a comunidade escolar se comprometer com suas escolhas, pensando-as de maneira ética, projetadas para superar desafios e ampliar o conhecimento sobre os problemas públicos e sociais vividos pela comunidade escolar. Só assim a escola continuará cumprindo seu importante papel de ser um ambiente de exercício da vida social.

Uma das principais formas para se elaborar um belo PPP, é começar pela realidade da escola ou até mesmo da própria comunidade, valorizando a cultura local, é mostrar o que acontece na vida real, é falar do que já existe dentro da comunidade, e aproveitar para tomar como uma base para o desenvolvimento do PPP, mostrando o que de fato acontece no cotidiano, tanto da escola como na comunidade de forma geral, e para definir o que melhorar na escola, é preciso olhar para a própria escola e pensar em novas formas de como alcançar o melhor para todos. Gadotti apud Lück (2004, p. 96):

> O PPP deve revelar as intenções da instituição – o que a comunidade escolar quer para conquistar uma Educação de qualidade e o que pretende desenvolver e oferecer aos alunos e à comunidade externa. De maneira

> sucinta, isso quer dizer: por que existe (esclarece seu grande propósito, sua missão), o que quer ser (define sua visão e sua principal meta) e o que norteia suas decisões (em função de seus princípios e valores), ou seja, qual é sua política educativa. Lück (2004, p. 96)

Portanto como já foi dito anteriormente, a elaboração do PPP é uma oportunidade para que os sonhos da escola sejam colocados à prática, compartilhando conhecimentos, em uma construção feita por muitas mãos. Envolvendo a comunidade escolar no registro dos sonhos comuns em prol da melhoria da Educação na escola, a colaboração de cada um dos públicos precisa ser planejada, pois eles apresentarão desafios diferentes ao gestor.

Podemos notar que para Souza o "Projeto Político-Pedagógico" seria o grande articulador entre a escola, o cinema e a educação como possibilitador e catalizador dos atores educacionais na realização de "diagnóstico, identifica problemas e analisa e define prioridades, em busca de solucionar ou resolver situações encontradas e merecedoras de resolução" na comunidade. Para (SOUZA, 2015, p. 131), o cinema seria um motivador educacional.

> A motivação dos educadores evidencia o potencial da articulação de filmes e documentários, para colocar em prática no aprendizado das novas gerações e aos novos modos de interferir e interagir com a realidade, articulando o local ao global, o global ao local, o individual e o coletivo, o público e o privado nas interações sociais. (SOUZA, 2015, p. 174)

O mais importante é que todos sejam participantes de uma construção coletiva que tenha como propósito contribuir para que crianças, adolescentes, jovens e adultos realizem o direito de aprender e possam, com a ajuda da escola, construir e rever seus projetos de vida.

Portanto, os costumes da cultura da comunidade podem ser aproveitados pelos moradores de modo geral, como também pelos alunos que são o futuro para a comunidade prospere de forma que todos reconheçam que a tradição é nossa identidade.

3.11 O cinema, a escola e a comunidade indígena de Bom Caminho.

3.12 Escola Municipal Profº De`erecü

Figura 14. Prédio da escola municipal Profº De’erecü.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

Inaugurada em março de 2014 a nova escola chamada Escola Municipal Professor “De’erecü”, tem esse nome em homenagem ao primeiro professor da comunidade, Francisco Julião Ferreira. A escola tem quatro (04) salas de aula, (01) sala de informática, (01) refeitório, (02) banheiros, Masculino e Feminino, (01) cozinha. Atualmente funciona como anexo da escola Porto Cruzeirinho.

A escola municipal Prof. De’erecü possui espaços que podem ser aproveitados para a execução do cinema. Além de ser um dos espaços mais propício para a aplicação do cinema, a escola possui uma característica que a difere de outras escolas, a de sempre buscar a qualidade do ensino em diferente meio de comunicação e informação.

O uso do cinema na educação de crianças indígenas requer sem dúvidas um olhar mais refinado e mais abrangente, onde é preciso que o professor ou quem for usar esses materiais como ferramenta dentro do processo de ensino, tenha um envolvimento com a realidade dos sujeitos da comunidade.

A escola tem como modalidade de ensino a Educação Infantil, Pré I e Pré II. O uso dos materiais de mídias acaba ficando mais complexo, pois estamos tratando de crianças com uma determinada faixa etária, mas isso não impede o uso dos materiais midiáticos dentro do ambiente escolar como ferramenta metodológica no fazer pedagógico do professor.

No entanto, o uso dos materiais tecnológicos dependentes possui uma grande variedade de potencialidades e possibilidades que devem ser aproveitadas, onde a forma de manuseio logicamente é algo bastante decisivo no processo de ensino dos sujeitos do aprendizado, como mostra (ALMEIDA, 2005, p. 47):

> Para que seja possível usufruir das contribuições das tecnologias digitais na escola, é importante considerar suas potencialidades para produzir, criar, mostrar, manter, atualizar, processar, ordenar. Isso tudo se aproxima das características da concepção de gestão. Trata de tecnologias na escola engloba, na verdade, na compreensão dos processos de questão de tecnologias, recursos, informações e conhecimentos que abarcam relações dinâmicas e complexas entre parte e todo, elaboração e organização, produção e manutenção.

De acordo com Almeida (2005), é preciso compreender as potencialidades e contribuições de cada tecnologia utilizada no processo de ensino e de aprendizagem independente de quem seja os sujeitos da educação, a utilização desses recursos engloba uma série de vantagens que pode fazer com que o indivíduo possa ver as possiblidades para seu auto descobrimento de formas e ângulos diferentes.

Ainda seguindo o pensamento de Almeida (2005), a utilização desses instrumentos tecnológicos como ferramenta no fazer pedagógico do professor, pode trazer avanços e mudanças na escola e na própria comunidade, onde elas se relacionam conjuntamente com o processo de conscientização e de transformação que vai além do domínio dessas tecnologias educacionais.

Na busca de uma forma diferenciada e significativa de ensino podemos destacar esplendorosamente o poder magnânimo do cinema, onde suas possibilidades em fazer com que as pessoas absorvam mais informações e transformem-nas em conhecimento significativo é algo vantajoso, Almeida (2005, p.96):

> O uso da tecnologia na escola, quando pautada em princípios que privilegiam a construção do conhecimento, o aprendizado significativo e interdisciplinar e humanista, requer dos profissionais novas competências e atitudes para desenvolver uma pedagogia voltada para a criação de estratégias e situações de aprendizagem que possam tornar-se significativa para o aprendiz, sem perder de vista o foco da intencionalidade educacional.

De acordo com Almeida (2005), quando o uso do cinema é pensado na construção do conhecimento, precisamos consequentemente de pessoas com força de vontade de exercer essa nova pedagogia de caráter interdisciplinar que forme cidadãos que possam atuar em sua realidade preparada para diferentes contextos sociais. (SILVEIRA; SOUZA, 2010, P.76):

> A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros: são valores e mecanismos da educação tradicional que podem e devem contribuir na formação de uma política e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea.

Portanto, a escola municipal Prof. De'erecü é um local no qual o cinema pode ser utilizado como uma proposta vantajosa no âmbito pedagógico, que pode ser aproveitado tanto pela escola como pela comunidade de forma geral.

3.13 Associação das mulheres artesãs Ticuna de bom caminho – AMATÜ

Figura 15. Prédio da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATÜ.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor)

Fundada em Dezembro de 2004, a Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATÜ possui um ótimo ambiente para a execução de filmes e documentários, onde o local já foi utilizado pelo projeto Cine Club Itinerante, coordenado pelo Professor Josenildo Santos de Souza em 2015 na exibição de filmes na presença de toda a comunidade, o cinema tem o poder de unir pessoas independentemente da classe social, cor e gênero, mostrando assim a grande importância do cinema para a socialização e confraternização entre as pessoas.

Figura 16. Projeto Cine Club Itinerante na Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho.

Fonte: SOUZA, Josenildo Santos. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant 2019.

Localizada no centro da comunidade, a Associação das Mulheres Artesãs Ticuna é um ponto turístico muito frequentado durante os meses de Julho e Setembro devido à grande produção de artesanato nesse período. Contudo, a localização do prédio da associação é acessível para todas as pessoas que tem interesse em conhecer a cultura local.

Logicamente, a associação é um local que podemos interagir com a educação, (BRANDÃO, 2001, p.9). “Não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

De acordo com Brandão (2001), não existe instituições únicas para que a educação aconteça, pois, ela está em todas as partes de todos os lugares, a associação das mulheres artesãs é um local que podemos aproveitar para que a educação com o uso do cinema aconteça de forma interativa e dinâmica, onde podemos aprender com o outro, compartilhando as mesmas emoções, vendo o mundo com outro olhar. (SOUZA, 2015, p.209):

> Para reinventar a escola, (re) encantar a educação, o *locus* da aprendizagem – a sala de aula – o educador necessariamente precisa ser educado para reaprender o olhar para os espaços educativos, os sujeitos do processo, os educandos, a comunidade e a sociedade. Mas para que isso ocorra faz-se necessário mudar o ambiente de aprendizagem, hoje centrado na sala de aula.

De acordo com Souza (2015), temos vários espaços a serem aproveitados dentro da nossa comunidade, e isso é fator importantíssimo para mostrar o cinema como

forma de interação com todos os moradores, a sociedade também faz parte do processo de ensino e aprendizagem das crianças no seu dia a dia letivo. Josenildo Souza desenvolveu o projeto de cinema na comunidade de Bom Caminho na Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho – AMATÜ.

O centro de artesanato também pode ser aproveitado para filmagens na criação de vídeos documentários que retratam da trajetória dos artesãos em suas caminhadas na procura de materiais que podem ser utilizados para produzir artesanatos. É evidente que o cinema também pode ajudar a comunidade de forma geral, mostrando o que a própria comunidade tem de melhor para mostrar não só para a região amazônica, mas também para o mundo.

3.14 A Igreja da Santa Cruz

Figura 17. Prédio da Igreja da Santa Cruz da Comunidade de Bom Caminho.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

Fundada no ano de 1978, a igreja da missão cruzada, católica, apostólica e evangélica, é a única instituição religiosa encontrada na comunidade de Bom Caminho, coordenada pelo diretor Irmão Izael Luciano de Souza, a igreja também pode ser um local que podemos utilizar para a exibição de filmes e documentários, pois é espaço que sempre está disponível nos dias da semana.

Utilizar a igreja como ponto para o uso do cinema é tornar a aprendizagem na comunidade de Bom Caminho mais significativa, mais envolvente, por tanto, integrar o cinema na base de conhecimento é fazer relações entre os conceitos já vistos e refletir sobre o tipo de pedagogia utilizada no ambiente educacional das crianças indígenas.

Além disso, a igreja assim como todas outras instituições da comunidade, deixa

de lado suas doutrinas para que seja valorizada a educação das nossas crianças, com isso pode-se destacar que a educação não entraria em conflito com a igreja da comunidade.

Para Leite (apud DUARTE 2004, p. 15):

> O cinema é um fato social total e, como tal não se presta a nenhum estudo científico mais rigoroso. Segundo ele ao falar de cinema estamos diante de uma grande estrutura multidimensional, que engloba todo um estudo de fatos que antecedem o filme, por dentro e por fora do mesmo: infraestrutura da produção, a seleção de equipes técnicas e de atores, tecnologias de aparelhos, estúdios, biografias de cineastas, contextos socioculturais, filmagem, montagem, lançamento, reação de espectadores, criticas e etc.

De acordo com Duarte (2004), o cinema é um instrumento de grande produção em massa que envolve todas as estruturas que podemos imaginar dentro da sociedade, onde tudo tem sua importância dentro da utilização das mídias tecnológicas, desde a escolha do material a ser exibido, como na seleção de equipes técnicas e filmagens, montagem e por fim a reação dos espectadores.

Conforme Duarte (2004) vem mostrando tudo que envolve o cinema deve ser pensado e repensado para que sua utilização seja positiva e de consequência trazer uma aprendizagem significativa para os agentes da comunidade, as seleções dos filmes para exibição podem ser decisivas na relação que os protagonistas têm com sua realidade.

Uma das grandes vantagens do cinema, é sua mobilidade e flexibilidade diante das adversidades que podemos encontrar dentro dos diferentes ambientes sociais, é impossível imaginar o cinema apenas dentro da escola (SETTON, 2004, p.67):

> Isso seria possível a meu ver, trazendo a mídia para dentro dos muros escolares, para dentro das salas de aulas. Não tal como ela se apresenta, como entretenimento o que seria possível: mas como material didático, como fonte de informação, como registro de uma época e história, bem como, em muitos momentos, servindo como instrumento ideológico que ajuda na construção das identidades individuais e coletivas.

De acordo com Setton (2004) a utilização do cinema como ferramenta pedagógica é um ótimo material didático de entretenimento que torna possível todas as buscas de informação e conhecimento, tornando as ideologias um instrumento para se desprender das correntes que a sociedade no impõem, o cinema como ferramenta no fazer pedagógico traz para de modo geral para a comunidade de Bom Caminho o reconhecimento da identidade local. (SOUZA, 2015, p.212):

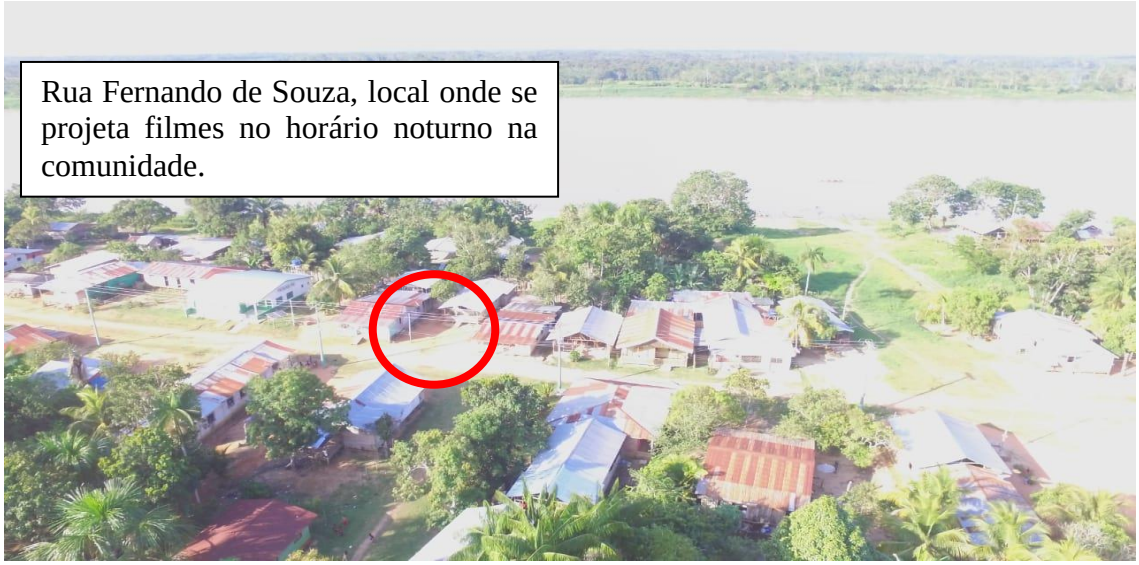
> Filmes e documentários ligam os atores da educação do espaço local ao global vice-versa, as permitem deslocar, em um mesmo ambiente o foco da aprendizagem, ou seja, o espaço enfadonho de aulas orais e quadro branco,

> para o quadro-tela do cinema, que possibilita uma educação prazerosa e atende as reais necessidades e aos desejos dos aprendentes, os educandos.

De acordo com os pensamentos de Souza (2015), é preciso que haja, dentro desse processo de educação, o envolvimento de novas formas de ensinar, aprender e de desenvolver o conhecimento necessário para que o sujeito da aprendizagem possa atuar nas especificidades de sua realidade como protagonista social. Entanto, podemos destacar com grande ênfase as imagens abaixo que mostram a trajetória do uso do cinema na comunidade indígena de Bom Caminho junto as crianças da escola e da comunidade como um todo.

3.15 A influência do cinema na aprendizagem das crianças indígenas.

Figura 18. Local onde é exibido filmes e documentários na comunidade de Bom Caminho.



Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

Quando o cinema não é exibido dentro das quatro paredes da escola, os professores que aderem o uso do cinema para fins educativos usam os ambientes da própria comunidade para chamar a atenção dos moradores a contemplar filmes de produção nacional e internacional.

Após terem visto os trabalhos desenvolvidos por mim na escola municipal Profº De'erecü como exibição de filmes educativos de cunho infanto juvenil como Kiriku e a Feiticeira, os professores sobre supervisão da Coordenadora pedagógica Jocilea Canuto de Lima, aderiram o uso de tecnologias de mídias dentro das aulas e geralmente nos finais de semana na escola e em alguns lugares alternados na comunidade.

Na imagem acima temos em destaque um local bastante utilizado na

comunidade para exibição de filmes e documentários pelos professores da escola municipal Porto Cruzeirinho na supervisão da Professora Dayane Peres de Souza, e a Vice Coordenadora da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho, Fabiola de Souza Forte, que fazem um grande esforço em fazer com que as pessoas da comunidade de Bom Caminho tenham interação entre si.

A utilização do cinema na escola e na comunidade se torna uma grande e chamativa atração para os moradores, pois a exibição de filmes e documentários é muito raro na comunidade para um número expressivo de pessoas. Em 2015 com o Projeto Cine Club Itinerante, o cinema na comunidade foi um grande sucesso, coordenado pelo Prof. Mestre em Estudos Amazônicos Josenildo Santos de Souza.

Figura 19. Projeto Cine Club Itinerante na Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho.

Fonte: SOUZA, Josenildo Santos. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant 2019.

Para (DUARTE, 2004, p.86):

> O cinema está no universo escolar, seja porque ver filmes (na telona ou na telinha) é uma prática usual em quase todas as camadas sociais da sociedade, seja porque se ampliou, nos meios educacionais, reconhecimento de que, em ambientes urbanos, o cinema desempenha um papel importante na formação cultural das pessoas.

De acordo com o pensamento de Duarte (2004), ver filmes independentemente do tamanho da tela, não deixa de ser uma prática que junta todas as camadas sociais de diferentes sociedades, a ideia de fazer com que as pessoas tenham uma relação com o filme é das grandes vantagens que podemos ter quanto apresentação do material midiático.

Através de iniciativas de pessoas comuns, de professores e coordenadores de associações e outras instituições que vem promovendo a exibição de filmes tanto na escola como nas ruas da comunidade, tem como objetivo principal encher os olhos das crianças e de todos moradores com a emoção de ver o mundo com de outra forma, de ângulos diferentes e com outro olhar.

Independentemente do local da exibição do cinema, a educação é o principal foco de quem faz do cinema uma ferramenta para fins pedagógicos de cunho educativo, a educação está em todos os lugares, e podemos aprender de formas diferentes, com pessoas diferentes. Em todos os sentidos (BRANDÃO, 2001, p.7):

> Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos modos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturaram a vida com a educação.

De acordo com Brandão (2001), ninguém escapa da educação, pois ela está em todos os lugares, e todos nós somos bombardeados por ela de diferentes maneiras, independente do lugar estamos sempre em sintonia com a educação, e o cinema é uma das maneiras que podemos utilizar para interagir com a educação, com o cinema juntamos traços, cores e formas dentro das diferentes sociedades que estamos inseridos.

3.16 A influência do cinema na aprendizagem das crianças indígenas.

Os alunos do 5º ano dos anos iniciais da Escola Municipal Porto Cruzeirinho, do município de Benjamin Constant – AM. A turma se compõe de 22 alunos, onde 12 são meninas e 10 meninos. Na turma do 5º ano podemos encontrar uma grande diversidade étnica, sendo que há alunos da Colômbia e Peru, mas que pertencentes à etnia Ticuna, lembrando também que há alunos não indígenas.

Portanto, em relação aos sujeitos e as necessidades de aprendizagem se trata dos educando como sujeito no contexto educacional, pois a gestão escolar tem o dever de reunir todos os professores e a comunidades para pleitear sobre a educação e o ensino aprendizagem para se trabalhar com projetos onde é essencial para motivar os educandos no seu aprendizado, pois a partir de projetos deve-se possibilitar que os sujeitos possam ser incentivados no seu estudo e ter uma visão de mundo diferente do que habitual.

Enfim, é de suma importância que a instituição atenda às necessidades dos educandos para sanar muitos desafios na educação, e os professores também coletivamente, a escola, e a comunidade buscar a solução para fazer a diferença na educação para nossos alunos.

Por outro lado, há uma representação social, ideal e universal de criança, pautada em fases apropriadas de desenvolvimento e formas de socialização que se caracterizam pela imaturidade e dependência, orientando práticas e ideias que a levem à maturidade e independência.

Dentre várias fases que o ser humana é sujeito a passar, a infância e a juventude são a meu ver as principais, pois os valores éticos são construídos conforme seus meios sociais definindo assim suas características como produtores de conhecimento e cultura.

A preocupação da escola sempre foi a forma de como os professores aplicam suas aulas e como os alunos assimilam os trabalhos repassados, os métodos empregados no âmbito escolar variam de acordo com a faixa etária dos alunos. Na turma visitada por mim, as aulas nos anos iniciais não são planejadas com antecedências pelo docente que trabalha com a turma.

A escola está voltada para a busca de uma boa aprendizagem para o aluno, e o papel do professor é procurar uma maneira dos alunos estarem compenetrados no cotidiano educacional, buscando juntamente com a comunidade novas maneiras de ensinar, e através de reuniões de pais, encontros pedagógicos, um diálogo aberto na busca de uma educação satisfatória para seus filhos, sem perder a cultura da comunidade. (SOUZA, 2015, p. 183-184):

> O cinema seria muito mais do que uma simples mediação pedagógica, um dispositivo de problematização da cultura. Para a autora, no processo de ensino aprendizagem, tomar o cinema como instância educativa implica redirecionar tradicionais questões sobre as relações entre pensamento e sensibilidade, entre juízos de gosto e prazer da fantasia, entre experiência reflexiva e consumo de experiências.

De acordo com Souza (2015), para conseguirmos resultados agradáveis, os fundamentos teórico-metodológicos do uso do cinema como ferramenta no processo educacional no Ensino Fundamental têm sua construção nos conceitos da experiência e vivencia dos alunos, e isso é que falta para o professor compreender o sujeito da aprendizagem.

O cinema na escola é uma forma privilegiada de representação humana, instrumento essencial para o desenvolvimento da consciência, pois propicia ao educando um contato consigo mesmo e com sua comunidade.

A forma conhecedora que podemos alcançar diante do uso do cinema na escola, nos faz despertar para nossa própria realidade, nos tornando pessoas mais conscientes, nos tornando protagonistas sociais com olhar autônomo em nossas escolhas e em nossas decisões, criando nossas próprias oportunidades no meio social de nossa realidade. (SOUZA, 2015, p.208):

> Consideram relevante o uso de filmes e documentários para firmar relações concretas com a realidade educativa na formação dos educandos para temas de desenvolvimento sustentável. Demonstram que o uso de filmes melhora o conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável, permitindo aos educandos conhecerem outras realidades propiciando debates em sala de aula.

O trabalho com as ferramentas que fazem parte dos materiais dependentes que compõem o cinema é desafiador, principalmente quando há alunos que enfrentam obstáculos como a interpretação e decodificação das situações, letras, palavras, frases e textos e imagens. É importante o professor ter criatividade e modificar sua metodologia na sala de aula para motivar seus aprendizes nas atividades.

Quando se trata da questão da interpretação de filmes, documentários e imagens como forma desafiadora no contexto da educação escolar cabem tanto ao professor, e a equipe da gestão escolar, juntamente com o corpo docente planejar projetos para ter a contribuição necessária nas metodologias do professor que também se encontra em dificuldade de planejar sua aula. Assim percebe-se que na realidade há professores nesse dilema de se deparar com sua própria capacidade de ensino.

Se o professor estiver sempre repetindo sua prática pedagógica, óbvio que será uma aula monótona para os alunos, ao vivenciar a realidade no campo da pesquisa percebeu-se que os docentes possuem uma grande necessidade de como fazer um planejamento, até os alunos se desmotiva nas atividades sugeridas pelo docente, por ser uma aula repetitiva onde o mesmo só escreve, o próprio aluno na maioria das vezes corrige seu professor na escrita, deixando assim o professor constrangido.

Portanto, é importante que o professor faça seu planejamento para quando for desenvolver na sala de aula o uso do cinema para o benefício do conhecimento do aluno para que o mesmo possa usufruir de uma forma dinâmica, onde incentivará o sujeito,

afim de que ele possa compreender que estudar é fundamental para seu crescimento social, moral e intelectual.

A colaboração da família é muito importante no acompanhamento dos filhos, se o professor passar alguma atividade para casa os pais têm o direito de colaborar com o docente para o desenvolvimento da aprendizagem, como cita na LDBEN, do art. 2° "que a educação, deve da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nas ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Na escola percebeu-se que não há materiais suficientes para a execução do cinema, para que os professores e alunos usufruam no trabalho pedagógico, essa escassez de materiais é importante para busca de novos desenvolvimentos de práticas do docente para com os alunos e, a partir disso desenvolver métodos que possa integrar os recursos midiáticos dentro da escola.

Creio que com as experiências que tive durante a trajetória acadêmica, não devemos nos preocupar somente com os conteúdos e registrar no diário, só por que a Secretária de Educação precisa corrigir, sem alcançar os objetivos e criar novas estratégias para desenvolver na sala de aula com os alunos.

Para que tenhamos sucesso no âmbito da educação não podemos deixar de refletir, que o espaço também é importante, ter o espaço adequado para as crianças com boa estrutura física, a escola deve oferecer biblioteca, sala de mídia, ludoteca e outros acervos que possam contribuir para incentivar os alunos a ver o mundo de uma forma diferenciada junto ao poder das novas tecnologias, em principal o cinema como forma de liberdade em busca do conhecimento.

Com o desenvolvimento do projeto na escola e em sala de aula, o cinema como ferramenta pedagógica na comunidade indígena de Bom Caminho apresenta-se com a necessidade de se criar uma cultura educacional cujo objetivo é divulgar os valores culturais da própria comunidade, a utilização das tecnologias midiáticas potencializadas na construção das redes de conhecimento e comunicação é um meio especifico para alcançar esse objetivo.

É de grande importância a discussão sobre o cinema na escola, por sua gigantesca abrangência de conceitos que nos faz perceber o ensino com um olhar diferente, pois sua importância para sociedade é expressivamente positiva para pensarmos novas fundamentações que podem ser aplicadas dentro do âmbito escolar para melhoria do ensino, diante disto devemos explorar o público que segundo a LDB, em especifico o Art. 32, no qual diz.

> O ensino fundamental é obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:
> III – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
> IV – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

De acordo, com essas declarações do Art. 32 da LDB, é importante destacarmos o segundo item que nos mostra a necessidade de alcançarmos o objetivo de fazer com que o aluno compreenda o sistema social, político e tecnológico para uma maior absorção sobre seu contexto educativo, aprimorando suas qualidades, fortalecendo seus conhecimentos e ensiná-lo de acordo com suas necessidades.

Mediante nossa sistemática compreensão social, as tecnologias integram-se aos níveis e modalidades da educação, para a formação de novas dimensões de trabalhos e trabalhadores que circulam diante desta nova forma de educação, o que vale destacar em nossos campos tecnológicos de ensinos são os materiais a serem utilizadas e, em que ambiente ele está sendo colocado.

O ensino fundamental é base que dá suporte para o indivíduo começar a caminhada nos níveis das modalidades de educação e ensino, e é nessa faixa da educação que é são encontradas as necessidades do professor em adequar-se perante as tecnologias de mídias. Contudo, vale lembrar que.

> A aprendizagem pode se dar com o envolvimento integral do indivíduo, isto é, do emocional, do racional, do seu imaginário, do intuitivo, do sensorial em interação, a partir de desafios, da exploração de possibilidades, do assumir de responsabilidades, do criar e do refletir juntos. (KENSKI apud CAVALCANTE, 1996)

Diante disto, o ensino fundamental e as novas tecnologias as são a parte que necessariamente devemos prestar bastante atenção no momento em que repassamos conhecimentos dirigidos aos educandos seria como um pedreiro começar a construir uma casa, primeiramente o mesmo teria que conhecer seus instrumentos/materiais, em seguida compreender o terreno, fazer o orçamento, para assim começar a construir.

Observou-se que os professores da Escola Municipal Porto Cruzeirinho não possuem formação continuada que atenda a demanda para o uso desses materiais dentro do ambiente escolar, isso volta a repetir o que foi dito anteriormente, essas condições em relação aos recursos humanos da escola sem ao mínimo de capacitação se torna um grande problema não só para alcançar os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa,

mas como inserir esses materiais tecnológicos dentro da própria escola.

No entanto, a escola se vê dentro da tendência tradicionalista na forma de ensinar seus alunos, alguns possuem a mentalidade de que os conteúdos não mudam, e que pode ensinar da mesma forma como foi ensinado, e constata de é a melhor forma. Como esse pensamento retrogrado ele estará se limitando, sem ao menos enxergar o caminhar da sociedade. (SOUZA, 2015, p.209-210):

> O cinema é a ginástica do sentimento, da vida integral, o aprimoramento da sensibilidade estética, a aquisição de conhecimentos, devendo integrar-se aos currículos56 e metodologias escolares como meio articulador de reorientar o fazer pedagógico da escola. O cinema enquanto cultura de massa, um gênero hibrido (entretenimento e educação, indústria e cultura), impregna o ambiente escolar como mediação pedagógica, sendo necessário, portanto, uma reflexão dos problemas atuais da sociedade, mostrados em filmes e documentários, para a construção de valores, atitudes e posicionamento critico no debate dos temas transversais de desenvolvimento sustentável.

Conforme Souza (2015), o uso do na vida é o aprimoramento de conhecimento de forma integral e continua durante a trajetória do sujeito da educação, o cinema como ferramenta de formação do conhecimento coletivo, é um gênero que compõem todas outras formas de conhecimento, sempre com a mediação pedagógica necessária para a reflexão do saber.

Nas imagens abaixo podemos notar a grande presença do público infantil para a exibição de filmes com o uso das tecnologias dependentes que fazem parte do cinema no intuito de aprendizagem das crianças indígenas da comunidade de Bom Caminho, dentro do contexto da comunidade, devemos considerar a escola como uma extensão, repleta de reflexões quando se fala em tecnologia na educação, e isso sem dúvida requer um olhar mais abrangente em relação aos sujeitos da aprendizagem.

Os filmes em exibição são todos de produção nacional, “O auto da Comparecida” e “O homem que desafiou o Diabo”, após ambos os filmes foi aplicado um questionário para algumas crianças para entender no seu ponto de vista a importância do cinema para a vida social, individual e escolar de cada uma delas.

Figura 20. Exibição de Filmes na Comunidade de Bom Caminho

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019. (Arquivo do autor).

A partir da observação houve a necessidade de compreender o ponto de vista dos alunos em relação ao cinema e sua importância. Sabemos que o cinema possui um poder na qual é primordial ao acesso de informações em qualquer espaço, pois o cinema abre portas e horizontes que devem ser exploradas pelos alunos.

Neste sentido, realizou-se entrevista com os alunos do 5º ano sobre a importância do cinema na escola, muitos responderam que o cinema é importante para facilitar nas informações, a maioria respondia que gosta do cinema como forma de distração, ou para passar o tempo, um dos educandos disse que não gosta do cinema na sala de aula, pelo fato de o professor não saber explicar o porquê do filme repassado. (SOUZA, 2015, p. 174):

> Não podemos deixar de observar que, mesmo indiretamente, os sujeitos da pesquisa, demonstram real interesse na adoção deste instrumento em sala de aula. Percebemos na resposta dos educadores desta instituição que há preocupação com o aprendizado dos educandos do ensino fundamental, com a utilização de filmes e documentários, tendo em vista a formação de opinião, o interesse pelos assuntos e as novas ideias.

Conforme Souza (2015), os alunos precisam entrar em contato com materiais de mídias para interagir com os colegas num só contexto, que une todos os conteúdos, ligando novas ideias, criando perspectivas positivas para o protagonismo social, e bem estar dentro de suas especificidades.

Para que fosse possível obter alguns dados em relação às crianças indígenas e o cinema aplicado os seguintes questionamentos em forma de questionário: “Qual é a importância do cinema dentro do seu ambiente escolar? ”, “Qual é o papel do cinema

para sua escolar?”, “O cinema na escola ajuda no seu processo de ensino e aprendizagem?”.

Tabela 04. Resultado do Questionário

Aluno A	O cinema é importante para entender o mundo do lado de fora, e bom para interagir com os outros alunos para saber o que ele sabe também.
Aluno B	O cinema é importante sim, importância que ela tem na vida de cada um, pra ver a arte do mundo.
Aluno C	O cinema é importante para aprender a leitura, em casa e os meus pais também colaboram.
Aluno D	Eu gosto de ver vídeos que me ensinam a ler, agora eu já sei ler e é importante, mas quero seguir em frente, para um dia ser professor e usar o cinema também com meus alunos.
Aluno E	É importante.

Fonte: SOUZA, Caio. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant/AM, 2019.

Percebeu-se que os alunos se encontram no desafio de aprender a ler e escrever. Sua maioria tem a timidez impedindo de se expressarem, no entanto dizem da importância do cinema como forma de liberdade para a busca incessante da leitura para que tenha sucesso na vida escolar, profissional e social. Para tanto é preciso metodologias diferenciadas que permitam aos alunos indígenas se envolverem nas atividades.

A estrutura física da escola não está adequada para receber as tecnologias que fazem parte dos referentes materiais que compõem o cinema, isso dificulta na elaboração e desenvolvimento do projeto, a sala do 5º ano fica na metade que é feita completamente de madeira, sem nenhum tipo de iluminação ou ventilação, onde a maioria das cadeiras está sem nenhuma condição de uso.

A sala não possui apagador, lixeira e nem um simples pincel para quadro branco, a realidade encontrada na escola torna os objetivos mais difíceis de alcançar, estrutura da escola não está compatível com os avanços tecnológicos encontrados em outras escolas de mesma rede de ensino, conforme a LDB no TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar do Art. 4º, ressalta que, O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de, IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

O ambiente de estudo não propicia nenhuma qualidade que beneficie o desenvolvimento do aprendizado, muito menos o uso dos materiais que fazem parte do

cinema, diante disto posso destacar a falta de interesse na mobilização do corpo docente desta escola, da administração escolar e do poder que rege o município.

O diagnóstico aponta que os materiais necessários para o desenvolvimento do cinema na escola não estão presente na sala de aula, alguns materiais estão disponíveis apenas na sala da coordenação, como já foi descrito anteriormente, esses materiais são: dois (02) notebooks, o material essencial para o uso do cinema, apenas falta um retroprojetor de imagens (Datashow) para que o projeto venha como recurso metodológico dentro da própria escola, pois a necessidade de materiais eletroeletrônicos não impede o desenvolvimento dessa prática.

Conforme venho mostrando os problemas em recursos didáticos tecnológicos dentro da Escola Municipal Porto Cruzeirinho, os professores se mostram muito abaixo da média de capacitação para a execução do cinema na escola, realmente a maior parte dos professores mostra seu total desinteresse em tentar incorporar essa nova forma metodológica em relação à qualidade de ensino.

Isso não diz que todos não estão buscando a melhoria na realidade de sua comunidade, alguns mostram interesse em participar do projeto Cinema na Escola, de forma, que chame a atenção da comunidade externa, fazendo com que a mesma interaja com a escola em prol do desenvolvimento da educação local, que para muitos ainda precisa ser a prioridade.

São grandes os entraves que encontramos nas escolas públicas, principalmente nas escolas indígenas, pois poucos são os recursos disponibilizados, a clientela é mista, alunos indígenas e não indígenas dividindo o mesmo espaço na busca de aprendizagem. Para se trabalhar com o cinema em sala de aula não é tão fácil, tendo em nossa cidade poucas pessoas especializadas neste contexto.

Não devemos parar diante dos obstáculos que se antepõem diante dos objetivos que pretendemos alcançar, onde as dificuldades para realizar o cinema no contexto educacional dentro da comunidade acabam se deparando com a falta de estrutura adequada apara exibição de filmes e documentários, mas isso não nos impede de usar a criatividade que contribui para que não tenhamos escolas de qualidade nas comunidades indígenas.

De modo geral, a maioria dos professores gosta da ideia do cinema na escola, porque sairiam da rotina quadro e pincel, fazendo com que as salas de aulas fossem mais dinâmicas e atrativas. Porém, podemos encontrar algumas resistências em trabalhar com o cinema em sala de aula, a minoria dos professores alegam que é difícil

encontrar filmes relacionados aos conteúdos trabalhados ou que esses materiais iriam trabalhar na execução da aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola indígena Porto Cruzeirinho por meio do Curso de Pedagogia/ INC/UFAM, permitiu uma reflexão para a prática profissional em relação às novas tecnologias midiáticas que a partir de pesquisas percebeu-se há uma grande necessidade de entender e compreender os alunos na sala de aula e esses materiais para assim motivá-los nas atividades e propriamente no processo escolar.

Sendo assim, compreender suas funções e utilização de maneira mais crítica e, criativa. Porém é o que sempre acontece tem crianças que fazem uma boa leitura, e uma boa escrita, mas não compreendendo o que se pode realmente não basta apenas saber ler e escrever, mas o importante de tudo são decodificar o código e compreender de maneira mais ampla o quanto é importante interagir com materiais que servem de mediador entre o ensinar e o aprender.

A pesquisa objetivou verificar os recursos didáticos pedagógicos midiáticos para a educação na escola, entretanto no campo de pesquisa não localizamos durante as observações materiais didáticos pedagógicos midiáticos voltados para possibilitar ao educador o uso do cinema na educação.

Outro objetivo foi identificar as práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas com o uso de filmes, também não identificamos durante o período de observação, na prática pedagógica do professor trabalhar os conteúdos relacionando-os ao cinema, para mostrando sua importância e despertar no aluno a possibilidade de aprendizagem como o cinema, o que para SOUZA (2015) o cinema seria, muito mais do que uma simples mediação pedagógica, mas uma instância que ajuda a direcionar o aprendizado prazeroso do aluno.

O projeto cinema na escola é uma influente forma de integrar permanentemente os materiais midiáticos na escola, com seu grande êxito na exibição de filmes nacionais na comunidade, o projeto continua ativo, sempre visando a qualidade de ensino na Educação Escolar Indígena.

A pesquisa também buscou compreender a influência do cinema na aprendizagem de crianças indígenas. Muito embora na escola não oportunize o ensino por meio do cinema educativo, encontramos na comunidade a oportunidade para compreender se o cinema influencia no aprendizado de crianças indígenas se considerarmos a fala do aluno A: "*O cinema é importante para entender o mundo do lado de fora, e bom para interagir com os outros alunos para saber o que ele sabe também*".

SOUZA (2015, p. 208) nos auxilia ao considerar relevante o uso de filmes e documentários “para firmar relações concretas com a realidade educativa na formação dos educandos”, permitindo conhecerem outras realidades pela tela do cinema influencia no aprendizado de crianças indígenas.

Por fim, para compreender o papel do cinema na educação escolar indígena, foi necessário fazer uma revisão bibliográfica quanto a educação escolar indígena, para trazer o cinema para a educação escolar indígena, sua articulação aos parâmetros legais norteadores, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de educação e seu papel catalizador quanto ao cinema na educação.

Foi necessário buscar compreender a realidade não somente da educação escolar indígena, mas sua realidade social, populacional, territorial, institucional público-privado, fazendo levantamento na própria comunidade, por entendermos que a escola não está dissociada em sua relação com a comunidade como indicam os teóricos da educação quando da construção e revisão do projeto político pedagógico.

Nesse sentido, concluímos que o cinema se trabalhado na escola terá um papel importante na educação escolar indígena, pois a fala do aluno B, ao dizer que “*o cinema é importante sim, importância que ela tem na vida de cada um, pra ver a arte do mundo*”, nos permite tal conclusão.

Concluímos quanto a necessidade de adequação da infraestrutura escolar para a inserção do cinema na educação escolar indígena, destinação de recursos didáticos e pedagógicos midiáticos e a formação continuada dos professores para compreenderem o papel do cinema na formação do educando, tendo em vista que em 2014, a lei 13.006, ao alterar a LDB, determinou a obrigatoriedade às escolas exibirem filmes nacionais na educação básica.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Gestão de Tecnologias na escola: possibilidades de uma prática democrática. Boletim do Salto para o Futuro: Série integração de tecnologias, linguagens e representações. Brasília: MEC, SEED, 2005. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005itlr/tetxt2. htm. Acesso em: 27 nov 2019.

ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofando: Introdução à filosofia**. -3. ed. revista- São Paulo: Moderna, 2003.

BANIWA, Gersem: **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos.** — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BARBOSA, Guilherme Oliveira. **A formação docente significa como processo continuo em entender a auto formação de professores.** Campinas, SP. Saraiva, 2003.

BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica.** in: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 40ª reimpr. – São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016. – Brasília, DF: Inep, 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais nº 1/92 e 28/2000 e Ementas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena** (Resolução nº 5, 2001-2005-2012).

_____. LDBEN**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Darcy Ribeiro, 1996.

_____. Ministério da Educação e do desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: volume 1: Introdução. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Edemirde**,** CARVALHO**. Carmem Silva B. F.** Práticas pedagógicas: entre as teorias e metodologias, as necessidades educativas especiais**. Marília 2012.**

CAVALCANTE, Márcio Balbino**.** A Educação Frente às Novas Tecnologias: Perspectivas e Desafios**. João Câmara Passa e Fica – RN 1996.**

Disponível em: http://www.dicionarioOUL.usp.br/prof/moran/desafio.htm, data: 25/06/2002 Acesso em: 03/03/2016.

DUARTE, Rosália. et. al. Produção de sentido e construção de valores na experiência com o cinema.In:. SETTON, Maria da Graça Jacintho, Org. **A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação**. São Paulo: Annablume: Usp, 2004. p.37- 52.

Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Educação Indígena:** Brasília: MEC/SEF, 1998.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa;** Tradução de Jucelia Elias Costa. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOLLEBEN, Índia Mara Aparecida Dalavia de Souza. **CINEMA & EDUCAÇÃO**: Diálogo Possível. Orientadora –IES Esméria de Lourdes Savelli–UEPG Arte-capa, 2015.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas** / Christian Laville e Jean Dionne; tradu9§o Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

LEITE, Lígia Silva. **Tecnologia Educacional: Descubra suas possibilidades na sala de aula.**3. ed. revista e atualizada. – Petrópolis. RJ: vozes, 2009.

LIBANÊO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira. TOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização**, 2010.

LUCK, Heloisa. **MARCONI**, M. de A. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LAKATOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos. Pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório.** Publicações e Trabalhos Científicos. 6ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008. BRASIL.

LUCK, Heloisa. **Projeto Politico Pedagógico: Caminhos para a elaboração de novos rumos para a educação.** 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MACIEL, Willyans. Dialética: **O poder do dialogo na construção do saber coletivo**. São Paulo, Carta Livre, 2010.

MARTINS, Ronei Ximenes. **Metodologia de pesquisa:** guia de estudos / Ronei Ximenes Martins. – Lavras: UFLA, 2013. 64 p.: il. Uma publicação do CEAD-Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Lavras. Bibliografia. 1. Pesquisa qualitativa. 2. Educação ambiental. 3. Formação de professores. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

Ministério da Educação. **Associação Brasileira de Tecnologia Educacional**: Brasília: MEC, 1982.

Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação Indígena**: Brasília: MEC/FUNDEB/ SEF e outros Órgãos, 1999.

Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Indígena**: Brasília: MEC/FUNDEB/ SEF, 2012.

Ministério da Educação. **Diretrizes Para a Educação Indigena**: Brasília: MEC/FUNDEB/ SEF, 2012.

Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação Indígena**: Brasília: MEC/FUNDEB/ SEF, 2001.

MONTE, Nietta Lindenberg. Cronistas em viagem e educação indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PICONEZ, Estela, C. Bertholo. ARANTE, Ivani Catarina. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: Formação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP. Papirus, 1991.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: orientações para o gestor escolar / textos Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SANTOS, O.S; **AQUINO,** O.C. Tecnologias Midiáticas: Consciência Social. São Paulo: Cortez. 2011.

Secretaria de Gestão Educacional; Departamento de Gestão Educacional; Divisão de Ensino Fundamental; Gerência de Educação Escolar Indígena: **Diretrizes Pedagógicas da educação escolar indígena no Município de Manaus.** Manaus, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho, Org. **A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação**. São Paulo: Annablume: USP, 2004. p.67-79.

SILVA, Maria Divanete Sousa. Práticas Educativas Populares na Licenciatura em Educação do Campo, no território da Amazônia Tocantina. Belém, 2019.

SOUZA, Francislane Emilio. AS DIFICULDADES DE LEITURA NA ESCOLA INDIGENA DE BOM CAMINHO. Trabalho de Conclusão de Curso. INC/UFAM, 2014.

SILVEIRA, Edson Damas; **SOUZA**, Ádria Simone Duarte. POLITICAS PUBLICAS E DIREITOS INDÍGENAS**.** UEA Edições. Manaus/AM, 2010.

SOUZA, Josenildo Santos. O USO DO CINEMA NA ARTICULAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS DEDESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AMAZONAS-BRASIL. Dissertação de Mestrado pela Universidad Nacional de Colômbia - UNAL 2015.

VIANNA, Heraldo Marelim**. Pesquisa em Educação: a observação**. – Brasília: Plano Editora, 2003.

6 APÊNDICE A:

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente trabalho visa à aprendizagem de minha biografia de vida e o ingresso na Universidade, detalhando minuciosamente nos tópicos a seguir. Objetivo do memorial é esclarecer a minha história de vida e a trajetória acadêmica dentro do Instituto de Natureza e Cultura (INC-BC), o memorial é um documento muito importante e relevante para a minha vida enquanto profissional, e da mesma forma este trabalho servirá como prova de qualificação em outros cursos que eu vier a fazer.

Sou Caio de Souza, filho de Francisco de Souza e Darcy Emilio de Souza, nasci no dia 13 de março de 1995, na comunidade Indígena de Bom Caminho-Benjamin Constant. Sou o caçulo de 06 homens e 02 mulheres.

Meus irmãos e irmãs: Francisley Emilio de Souza, Francerlino Emilio de Souza, que faleceu em 2004, Franklin Emilio de Souza, Francisney Emilio de Souza, Francislane Emilio de Souza, Francisnete Emilio de Souza, Francismar Emilio de Souza e Francisco Filho de Souza.

Os tempos se passaram, e com 05 anos de idade em 2000, iniciei a minha vida escolar, comecei a estudar na Escola Municipal Porto Cruzeirinho, que antes a mesma não era uma escola sofisticada, ou seja, bem estruturada, contudo para o acesso das crianças, era uma escola de improvisada, mas era muito “divertido”.

Estudei a maior parte da minha vida na comunidade, mesmo sendo um lugar que não oferecia um suporte favorável para o desenvolvimento educacional tive que suportar muitas dificuldades como preconceito, humilhação e dor. Se um dia alguém me perguntar como vai a minha vida, tenho o prazer de dizer que superei a maior parte de meus obstáculos, mas as pessoas ainda me veem como alguém que sem futuro mesmo estando finalizando meu nível superior.

O motivo de me ausentar em muitos lugares quando pequeno, é muito simples, sofri muito preconceito pela família do meu pai, por ser Ticuna, até na escola eu também sofria preconceito dos meus coleguinhas, minha vida mesmo de pequeno já me mostrava que nada seria tão fácil.

Quando pequeno minha mãe me disse:

- Filho agora você está vendo como são as pessoas. Elas falam que por sermos Ticunas, devemos ser duas vezes melhores, para ser vistos com outros olhares diante deles.

Eu apenas ouvia, não entendia como a vida funcionava, nem o mundo em que havia nascido, mas continuei a estudar como se nada houvesse acontecido, nesse processo de fase e várias etapas teria que escolher entre sonhar e sobreviver, nossa vida financeira não era uma das melhores, mas tivemos que superar juntos como uma família.

O processo da minha de aprendizagem apesar de cessar por um tempo foi bastante tradicional, porém me motivava muito, apesar de ser tão rígido, foi assim que progredi no meu ensino.

O que mais marcou na minha vida escolar, foi quando aprendi a decodificar as palavras, fiquei muito feliz quando consegui ler bem antes dos meus coleguinhas, sendo que, há pontos negativos, o preconceito dos colegas, tudo isso ficou na minha memória, mas, o mais prazeroso é da minha felicidade ao meu processo de leitura, foi isso que mais marcou no meu percurso escolar.

Em 2003, já me destacava nos estudos, era sempre o escolhido para participar de reuniões fazendo leituras para a população, nas datas comemorativas não era diferente, contando que visse a minha mãe sorrir em ver seu filho lhe dando orgulho, sabendo das dificuldades passadas, isso não tinha preço.

Em 2005, participei de uma conferência na biblioteca municipal, sendo que para isso tive que passar por uma prova para ser escolhido, não foi nada fácil, mas me superei e passei em 1º lugar tendo uma vantagem significativa em relação a outros candidatos da mesma escola, acompanhado dos Professores: Artur Moçambite Fortes, Bernardo de Souza Agostinho, Beatrice Salinas Zagury, Edgar Mariano Ferreira e Mendinson Chota Agostinho.

No entanto, passei por várias dificuldades, quem é que não passa por isso, óbvio que houve muitos obstáculos para eu chegar e alcançar meus objetivos, hoje digo que sou capaz de buscar outros, todos nós temos essa capacidade de progredir e seguir em diante na busca de nossos sonhos.

Em 2009, conclui meu ensino fundamental como o melhor aluno, sempre em destaque dos professores, Edgar Mariano – Matemática, Beatrice Salinas – Ciências, Fátima, Geografia e História do Brasil, Denise – Língua Portuguesa e Mendinson Chota – Língua Ticuna e Ens. Religioso.

Então comecei a trabalhar como carregador de botijas de gás no porto do município para me manter e comprar meu material escolar, meus pais naquele período não tinham condições de comprar, mas eles faziam o esforço, porém não era o suficiente por sermos 09 irmãos, nunca esperei que meus pais comprassem algo para mim.

Tive que aprender a andar com minhas próprias pernas, e buscar meus objetivos de terminar o meu estudo, pensei várias vezes em desistir, mas pensei na minha família, principalmente nos meus pais quando não tinha nada para comer em casa, eles faziam de tudo para nos manter, isso me deixava muito triste, e precisava estudar para dar melhor condição de vida.

Quando terminei meu Ensino Médio na Escola Estadual Professor Gildo Sampaio isso já no ano de 2012, fiz apenas minha colação de grau, e continuei a trabalhar como carregador de produtos no porto do município.

Parei de perder tempo quando fui chamado pelo então secretário da Escola, o Sr. Alzenir Seabra, para começar no ramo da informática como técnico de manutenção em computadores, me formei como técnico pela empresa Cshop Digital, e trabalhei na mesma por um bom tempo.

As coisas mudavam devagar, as oportunidades com certeza vinham em minha direção, até que um dia saiu o edital para o processo seletivo do IF – CTBT, mas antes tinha que arranjar dinheiro para fazer a inscrição, não consegui, mas meu irmão, sem eu saber fez minha inscrição para o curso técnico em informática, sendo que já havia concluído esse mesmo ramo.

Certa noite, num dia de sábado, meu irmão e eu, havíamos saído para uma festa, no antigo Bar Alternativa, nos divertimos muito, na hora da volta para casa ele me contou que havia feito minha inscrição, e que a prova seria no outro dia, em pleno domingo, isso já era umas 4:20 horas da manhã do próprio domingo, o dia da prova.

Voltamos para casa, deitei para dormir, mas às 5:00 horas da manhã minha mãe me acordou a vassouradas pedindo para me arrumar e pegar o barco para ir para o município de Tabatinga fazer a prova do IFAM. Na altura do campeonato, eu ainda no estado critico de cansaço estava lutando para vestir, nem havia notado que tinha algo errado, o Zip da calça estava virado para o lado de trás do meu corpo, coisa que acontece sempre.

Depois, passei meia hora procurando o celular debaixo da cama com a lanterna dele mesmo, notavelmente nada andava bem. Nos trancos e barrancos, consegui me vestir, pegar o barco e seguir para a prova. Como toda prova, não foi nada fácil, mas terminei-a. Voltei para casa, e esperei o resultado. Semanas depois, já havia esquecido que havia feito a prova, quando um colega meu me chega e diz que eu tinha passado e que meu nome estava no topo da lista, em 1º lugar, cai para trás de surpresa.

Então, fiz minha matricula, semanas depois já estava estudando, mas em 2013 tive que desistir por motivos familiares, sabendo que minha reputação no instituto

estava decolando, mas Deus sempre tem algo melhor. Voltei para casa de minha família e em 2014 fiz o PSMV- Processo Seletivo Macro Verão – UFAM.

Não era minha vontade fazer algum curso oferecido pela Universidade, mas o abençoado do meu irmão entrou em cena de novo, fazendo minha inscrição pelas costas, já havia esgotado todas as vagas para a maioria dos cursos, menos para Pedagogia e para Ciências Agrárias, agora me diz qual desses cursos ele escolheu?!

Sim, pedagogia! Acabei passando, no inicio não gostei, mas isso me tornou mais humano, pois quando fazia informática no IF, eu era um robô pensava pelos outros sempre levados pela razão única de que as ciências exatas seriam as melhores, muito critico na forma de pensar, me rendi para o mundo que tem como objeto de estudo a Educação.

A luta incessante no Ensino Superior e auxílio da prática pedagógica

As disciplinas estudadas durante os períodos foram fundamentais para ampliar mais meus conhecimentos, é lógico que já tinha algumas experiências adquiridas no meu dia a dia, mais não tão sistematizado como uma fonte de pesquisa para me aperfeiçoar melhor na minha formação.

No dia 8 de junho de 2014 comecei minha nova vida como acadêmico na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, meu primeiro período começou já no 2° Semestre do referente, na minha turma havia aproximadamente 45 pessoas, todos ainda sem nenhuma noção do que seria o curso de pedagogia.

Já no 1° período do ano de 2014 tive apenas (03) três disciplinas somando um total de (07) sete disciplinas: Introdução à Filosofia; Metodologia do Estudo e da Pesquisa; Introdução à Pedagogia simplesmente por falta de professores no Curso.

Introdução à Filosofia, ministrada pelo Professor Josenildo Santos de Souza; introdução antropologia; Psicologia Geral; Sociologia Geral; a importância dessa disciplina foi nos fazer refletir sobre a realidade onde nós estamos vivendo. Metodologia do Estudo e da Pesquisa, ministrada pela Professora Gilvânia Plácido; a disciplina nos ensina a fazer pesquisa e trabalhos acadêmicos. Introdução à Pedagogia, ministrada pela queridíssima Professora Jarliane da Silva Ferreira, e nos ensinou a ter um olhar diferenciado para com as pessoas, simplesmente nos ensinou a ter coração e vestir a camisa de curso, sou muito grato a ela.

No meu 2° período teve as disciplinas: Língua Portuguesa I; Filosofia da Educação; Informática Básica; Sociologia da Educação; Psicologia da Educação;

Prática da Pesquisa III. Ainda com falta de professore no referente período, sem sombras de dúvidas o período foi bom, tivemos contado com a prática pedagógica na disciplina de Filosofia da Educação. Tivemos curso de férias na disciplina de Saberes Tradicionais, ministrada pela Professora Marinete Sangama, onde pudemos ter uma boa experiência.

No meu 3° período de curso na universidade, tive as disciplinas de Fundamentos da Matemática e Estatística; Libras; Política Educacional e organização do ensino básico; Fundamentos da Educação Ambiental; Prática da Pesquisa Pedagógica II; História da Educação. O professor Gabriel Zanata ministrou a disciplina de Fundamentos da Educação Ambienta e foi bastante proveitoso, tivemos várias aulas práticas, andando nas trilhas que cercam a universidade, pesquisando sobre as diferentes espécies de árvores. A disciplina de História da Educação foi ministrada pelo professor Crijânio, onde foi possível refletir sobre a trajetória da educação no nosso país.

Já no 4° período tivemos muitas disciplinas de prática de campo, onde me senti muito sobrecarregado, pelo simples fato das disciplinas sem professores terem que se colocar no caminho de disciplinas do período regular, um dos grandes problemas da universidade em relação às disciplinas do curso e para com os alunos.

Novas Tecnologias da Informação/Comunicação, ministrada pelo professor Raimundo Valdan, onde tivemos contato com os materiais midiáticos da universidade e utilizando-os para fins educativos. Educação de Jovens e Adultos, ministrada pelo professor Flávio, onde o mesmo teve que se ausentar por motivo de saúde. Na disciplina de Didática I, ministrada pela professora Maria Francisca Nunes, tivemos muitas oportunidades em conhecer as diferentes formas de ensino.

No meu 5° período tive as disciplinas de Didática II com o Professor Sebastião Campos; Fundamentos da Educação Especial Professora Maria Francisca Nunes. Arte na Educação Infantil e nos Anos Iniciais ministrada pela Professora Marinete Mota; Prática da Pesquisa Pedagógica IV ministrada pela Professora Gilvânia Plácido; Princípios e Métodos da Educação Infantil, Marinete Mota. Essas disciplinas foram importantes para minha vida, pois com elas pude aprender o sentido de ser “Humano” e que todos nós temos nossas especificidades a serem respeitadas.

No meu 6° período de universidade, tive as disciplinas de Libras ministrada pela Professora Maria Francisca Nunes; Psicologia da Aprendizagem ministrada pela Professora Eliane Paiva, Prática da Pesquisa Pedagógica V ministrada pelo Professor Josenildo Santos de Souza. No referente período quero agradecer a minha Professora Maria Francisca Nunes, por me mostrar a humildade.

No meu 7° período, estudei apenas três disciplinas, Escola, Currículo e Cultura ministrada pelo Professor Ismael Negreiro; Avaliação Educacional e Institucional, ministrado pela magnifica Professora Dr. Francisnaine Priscila. A relação que tivemos diante das peculiaridades das disciplinas foi importante para que pudéssemos perceber o que realmente queremos como futuros pedagogos, e dedico minhas palavras a Professora Francisnaine Priscila por ser minha orientadora voluntária nos dias de folga, nunca abaixar a cabeça para ninguém, mesmo as pessoas se sentirem que estão erradas, ouvir é a melhor parte.

Já no meu 8° período, fiz as disciplinas que havia reprovado em nos períodos regulares, como Literatura Infantil, onde fiz essa disciplina duas vezes, o mesmo caso aconteceu com a disciplina de Gestão Democrática do Trabalho Pedagógico, no semestre de 2017/02, onde os estágios foram os motivos dos conflitos de horários, com esse problema tive que escolher entre estudar as disciplinas e deixar de lado os estágios,, ou fazer os estágios e esperar as disciplinas serem ofertada novamente, foi minha maior escolha de todas, esperar as disciplinas serem ofertadas de novo.

As disciplinas desse período foram muito importantes por serem bastante teóricos, pois primeiro começamos na teoria e depois passamos a praticar todas os ensinamentos da sala de aula no campo de pesquisa, a disciplina que me ajudou bastante a superar esse período foi a Gestão Democrática do Trabalho Pedagógico, ministrada pela Professora Samara Bemerguy, onde pude me ver dentro da sociedade como protagonista social.

Ainda nesse período, não consegui defender meu Trabalho de Conclusão de Curso, pois me encontrava diante de uma depressão que mudou minha vida de forma drástica, todas as lembranças de um passado vindo com a força de mil temporais, tentei ser o mais forte possível, mas a dor de ver meu passado não me deixou resgatar a pouca esperança que me restava para concluir o curso de pedagogia.

Muitas pessoas me perguntavam o que eu fazia e o que estava acontecendo comigo. Muitos enxergavam apenas falta de interesse e saíam falando coisas a meu respeito, enquanto sempre busquei me superar todos os dias. Depois de várias tentativas de querer ficar, mas nunca deram certo, escondia minha vida de desespero agonia e dor dentro de sorrisos forçados, sem levando a vida nas costas sozinho como sempre.

Agradeço muito pelo professor Josenildo Santos de Souza, ao Pastor Aminadebi Alves e a Psicóloga do Instituto de Natureza e Cultura, Professora Michele, por terem me resgatado. Muitas disciplinas não foram bem aproveitadas por essa minha situação momentânea, não está dando para respirar direito, mas está tudo bem.

No meu 9° período, fiz a disciplina de Psicomotricidade, mas reprovei por falta, decepcionei muitas pessoas com isso, mas garanto a todas elas que irei me esforçar bastante para que minhas obrigações sejam cumpridas, comecei a disciplina de TCC novamente, mas as coisas não estão indo muito bem, mas se Deus quiser, tudo vai dar certo, e irei mostrar pra todos que duvidaram de mim, que aquele rapaz que ninguém que seria alguém na vida, está crescendo sem pisar na cabeça de ninguém, sem atalhos para chegar ele quer, sem medo, com Deus guiando os caminhos.

O ingresso, o Ensino Superior colaborou muito para aprofundar a minha prática como professor voluntário de informática na Cshop Digital, porque antes não tinha essa visão tão rica que tenho hoje, o que incentivou para fazer o curso de pedagogia foi porque já tinha me adaptado de trabalhar com pessoas.

O ingresso na universidade foi muito importante para a vida pessoal, onde através da mesma procurei adquirir novos conhecimentos para contribuir com a sociedade. Sendo assim, o curso de Pedagogia está sendo muito importante para minha formação acadêmica, onde posso buscar mais informações sobre o ensino-aprendizagem, ou seja, relacionando o campo da educação. A experiência que eu adquiri durante esse processo, e sempre me aperfeiçoando mais para minha prática docente futuramente.

No 10 período tive a oportunidade de cursar a disciplina de Tópicos Especiais e Cinema, Educação e Temas Contemporâneos, ministrada pelo Professor Mestre Josenildo Santos de Souza, no qual sugeriu várias orientações para embasamento e estruturação do Capitulo teórico da minha monografia, diante de várias leituras em sala de aula, pude obter uma ampla visão sobre a importância do cinema nos meios sociais, indígena, como não indígena, e sua grande produção de conhecimento para desenvolvimento de protagonistas sociais.

7 ANEXOS

7.1 Questionário

QUESTIONÁRIO

NOME DA ESCOLA:
NOME DO (A) ALUNO:
IDADE: _____ SEXO: ( ) F ( ) M
SÉRIE:

1) Qual é a importância do cinema dentro do seu ambiente escolar?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) Qual é o papel do cinema para sua vida escolar?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

3) O cinema na escola ajuda no seu processo de ensino e aprendizagem?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

7.2 Termo de Consentimento livre e Esclarecido